



Sessão de 18.8.61

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XVI — Nº 136

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 22 DE APOSTO DE 1961

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Sessões conjuntas convocadas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º da Constituição e do art. 1º, nº IV do Regimento Interno, tendo em vista o número de vetos presidenciais que pendem de pronunciamento do Congresso Nacional, resolve alterar as Ordens do Dia estipuladas para as sessões conjuntas de 22 e 23 do corrente e convocar novas sessões, a realizarem-se nos dias 24, 25, 28, 29, 30 e 31, também do corrente, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, para apreciação da seguinte matéria:

Dia 22:

1) veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.691, de 1958, na Câmara e nº 130, de 1959, no Senado, que institui o "Dia do Trabalhador nas Minas de Carvão";

2) veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 244, de 1959, na Câmara e número 96, de 1960, no Senado, que altera a redação do art. 86 do Decreto-lei nº 483, de 8-6-1958 (Código Brasileiro do Ar);

Dias 23, 24, 25, 28 e 29:

Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 386, de 1959, na Câmara e nº 58, de 1961, no Senado, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores;

Dia 30:

1) veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.566, de 1960, na Câmara e número 23, de 1961, no Senado, que equipara a extranumerários-mensalistas da União servidores das ferrovias federais incorporadas à Rede Ferroviária Federal S.A., admitidos até 30 de setembro de 1957 e que contem ou venham a contar 5 anos de exercício;

2) veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.073, de 1960, na Câmara e número 99, de 1961, no Senado, que estende aos servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e da Campanha Nacional de Tuberculose os benefícios da Lei nº 3.485, de 8 de dezembro de 1958 e dá outras providências;

3) veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.688, de 1960, na Câmara e número 95, de 1961, no Senado, que estende os benefícios da Lei nº 3.483, de 8 de dezembro de 1958, ao pessoal tabelado do Departamento Nacional de Endemias Rurais;

Dia 31:

1) veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.616, de 1952, na Câmara e número 115, de 1956, no Senado, que cria uma Escola de Iniciação Agrícola em Curitiba no Estado de Goiás e dá outras providências;

2) veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.919, de 1960, na Câmara e número 91, de 1961, no Senado, que eleva a contribuição financeira estabelecida pela Lei nº 2.039, de 24-12-1956 às empresas de transporte aéreo que explorem linhas dentro do País, para fins de reaparelhamento de material de voo.

Senado Federal, 17 de agosto de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente no exercício da Presidência

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º da Constituição e do art. 1º, nº IV do Regimento Comum convoca as duas Casas do Congresso Nacional para em sessão conjunta a realizar-se no dia 27 do mês em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (nº 2.836, de 1961 na Câmara e nº 19, de 1961 no Senado) que dispõe sobre a prorrogação da Lei nº 1.360, de 28 de dezembro de 1950 (Lei do Inquilinato) e dá outras providências.

Senado Federal, em 5 de julho de 1961.

AURO MOURA ANDRADE

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

20ª Sessão Conjunta

3ª Sessão Legislativa Ordinária

4ª Legislatura

Em 22 de agosto de 1961 às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

1 — Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.691, de 1958 na Câmara dos Deputados e nº 130, de 1959, no Senado Federal, que institui o "Dia do Trabalhador nas Minas de Carvão (tendo Relatorio, sob nº 19, de 1961, da Comissão Mista);

2 — Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 244, de 1959 na Câmara e nº 96, de 1960, no Senado, que altera a redação do art. 86 do Decreto-lei nº 483, de 8-6-1958 (Código Brasileiro do Ar), tendo Relatorio, sob nº 17, de 1961, da Comissão Mista.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula.	Veto	Disposição a que se refere
Nº		
1	— 1º	Parte vetada do parágrafo único do art. 1º.
2	— 2º	Alínea a do art. 1º.
3	— 2º	Parágrafo único do art. 1º.
4	— 2º	§ 2º do art. 7º (parte vetada).
5	— 2º	Art. 9º.

21ª Sessão Conjunta

3ª Sessão Legislativa Ordinária

4ª Legislatura

Em 23 de agosto de 1961 às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Veto presidencial (parcial) ao Projeto de Lei nº 385, de 1959, na Câmara e nº 58, de 1961, no Senado, que reorganiza o Ministério das Relações Exteriores e dá outras providências, tendo Relatorio, sob nº 18, de 1961, da Comissão Mista.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Dispositivo a que se refere
Nº	
1	Do § 1º do art. 11, as expressões: "... e para outras carreiras e series funcionais ...";
2	Do § 1º do art. 11, as expressões: "... ou provas de habilitação ...";
3	Do § 2º do art. 11, as expressões: "... para Ministros de 2ª classe";
4	Do art. 18, as expressões: "... e de outras carreiras ...";
5	Do § 1º do art. 23; Do art. 30; Do art. 32, as expressões: "nato" e "natos".

NOTA: As demais partes vetadas serão votadas em outras sessões, a serem oportunamente convocadas.

MESA

Presidente: Joac Goulart (Vice-Presidente da República).
Vice-Presidente: Senador Moura Andrade.
1.º Secretário: Senador Cunha Melo.
2.º Secretário: Senador Gilberto Marinho.
3.º Secretário: Senador Argemiro Riquelme.
4.º Secretário: Senador Novaes Filho.
5.º Suplente: Senador Matias Campio.
6.º Suplente: Senador Guido Mondim.

LÍDERES E VICE-LÍDERES**Da Maioria**

Líder: Fúlvio Múder.
Vice-Líderes: Lima Teixeira e Nogueira da Gama.

Da Minoria

Líder:
Vice-Líderes:

Dos Partidos**DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**

Líder: Benedito Vaidadares.
Vice-Líderes: Gaspar Veloso e Victorino Freire.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Barros Carvalho.
Vice-Líderes: Nelson Maculan, Fausto Cabral e Arundo Rodrigues.

DA UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.
Vice-Líderes: Rui Palmeira — Daniel Krieger — Heribaldo Vieira.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Mem de Sá.
Vice-Líder: Aloísio de Carvalho.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Mendonça Clark.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Jorge Maynard.

Comissões Permanentes**Comissão Diretora**

Moura Andrade — Presidente.
Cunha Melo.
Gilberto Marinho.
Argemiro Riquelme.
Novaes Filho.
Matias Campio.
Guido Mondim.
Secretário: Evandro Mendes Viara.
Diretor-Geral substituto.
Reginaldo Fernandes (UDN).

Comissão de Constituição e Justiça**TITULARES**

Jefferson de Aguiar, Presidente (PSD).
Daniel Krieger, Vice-Presidente (UDN).
Venâncio Igrejas (UDN).
Milton Campos (UDN).
Heribaldo Vieira (UDN).
Silvestre Péricles (PSD).
Ruy Carneiro (PSD).
Lourival Fontes (PTB).

EXPEDIENTE**DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL****SEÇÃO II**Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
BRASILIA**ASSINATURAS****REPARTIÇÕES E PARTICULARES****Capital e Interior**

Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 89,00
Ano	Cr\$ 96,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior			
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

FUNCIONARIOS**Capital e Interior****Exterior**

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 a, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

SENADO FEDERAL

Nogueira da Gama (PTB)

Barros Carvalho (PTB)

Aloísio de Carvalho (PL)

SUPLENTE

1. Rui Palmeira (UL).
2. Freitas Cavalcanti (UDN).
3. João Arruda (UDN).
4. João Villasboas (UDN).

1. Ary Vianna (PSD).
2. Benedito Vaidadares (PSD).
3. Francisco Gallotti (PSD).

1. Lima Teixeira (PTB).
2. Vivaldo Lima (PTB).
3. Miguel Couto (PTB).

1. Mem de Sá.

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Comissão de Economia**TITULARES**

Gaspar Veloso, Presidente (PSD).
Fausto Cabral, Vice-Presidente (PTB).
Fernandes Távora (UDN).
Sérgio Marinho (UDN).
Dei Caro (UDN).
João Arruda (UDN).
Alc Guimaraes (PSD).
Lobão da Silveira (PSD).
Nogueira da Gama (PTB).

SUPLENTE

1. Mourão Vieira (UDN).
2. Joaquim Parente (UDN).
3. Irineu Bornhausen (UDN).
4. Ovidio Teixeira (UDN).
1. Eugénio Barros (PSD).
2. Francisco Gallotti (PSD).
1. Lima Teixeira (PTB).
2. Saulo Ramos (PTB).
3. Sebastião Archer (PSD).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras às 15h30 horas.

Aloísio de Carvalho (PL)

Comissão de Educação e Cultura**TITULARES**

Menezes Pimentel, Presidente (PSD).
Padre Calazans, Vice-Presidente (UDN).
Jarbas Maranhão (PSD).
Saulo Ramos (PTB).
Arlindo Rodrigues (PTB).
Mem de Sá (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).
2. Lino de Mattos (UDN).
1. Lobão da Silveira (PSD).
2. Paulo Fernandes (PSD).
1. Paulo Fender (PTB).

2. Lima Teixeira (PTB).
1. Aloísio de Carvalho (PL).
Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Finanças**TITULARES**

Freitas Cavalcanti — Presidente (UDN).
Ary Vianna — Vice-Presidente (PSD).
Irineu Bornhausen — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Fernandes Távora — UDN.
Dix-Huit Rosado — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Gaspar Veloso — PSD.
Nogueira da Gama — PTB.
Lobão da Silveira — PSD.
Barros Carvalho — PTB.
Victorino Freire — PSD.
Eugénio Barros — PSD.
Mem de Sá — PL.
Fausto Cabral — PTB.
Fúlvio Múder — PSD.
Saulo Ramos — PTB.

SUPLENTE

1. Milton Campos — UDN.
2. Joaquim Parente — UDN.
3. Rui Palmeira — UDN.
4. Coimbra Bueno — UDN.
5. João Arruda — UDN.
6. Dei Caro — UDN.
1. Silvestre Péricles — PSD.
2. Ruy Carneiro — PSD.
3. Jarbas Maranhão — PSD.
4. Menezes Pimentel — PSD.
5. Pedro Ludovico — PSD.
1. Vivaldo Lima — PTB.
2. Arundo Rodrigues — PTB.
3. Paulo Fender — PTB.
4. Lima Teixeira — PTB.
1. Aloísio de Carvalho — PL.

Secretário: Renato de Almeida Chermont — Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Legislação Social**TITULARES**

Lima Teixeira Presidente (PTB).
Ruy Carneiro, Vice-Presidente (PSD).
Venâncio Igrejas (UDN).
Mourão Vieira (UDN).
Lino de Mattos (UDN).
Menezes Pimentel (PSD).
Miguel Couto (PTB).
Francisco Gallotti (PSD).
Paulo Fender (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).
2. Padre Calazans (UDN).
3. Heribaldo Vieira (UDN).
1. Paulo Fernandes (PSD).
2. Lobão da Silveira (PSD).
3. Sebastião Archer (PSD).
1. Barros Carvalho (PTB).
2. Lourival Fontes (PTB).
3. Arlindo Rodrigues (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Redação

TITULARES

Francisco Gallotti, Presidente (PSD).

Sérgio Mário, Vice-Presidente (UDN).

Venâncio Igrejas (UDN).

Ary Vianna (PSD).

Lourival Fontes (PTB).

SUPLENTE

1. Padre Calazans (UDN).

2. Daniel Krieger (UDN).

3. Meneses Pimentel (PSD).

4. Ruy Carneiro (PSD).

5. Paulo Fender (PTB).

Secretária: Vera de Alvarenga Matos — Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas.

Comissão de Relações Exteriores

TITULARES

Alvaldo Lima, Presidente (PTB).

Rui Palmeira, Vice-Presidente (UDN).

Daniel Krieger — (UDN).

Heribaldo Vieira — (UDN).

Benedicto Valadares — (PSD).

Paulo Fernandes — (PSD).

Lourival Fontes — (PTB).

Aloysio de Carvalho — (PL).

Gaspar Veloso — (PSD).

SUPLENTE

1. Milton Campos — (UDN).

2. Venâncio Igrejas — (UDN).

3. Freitas Cavalcanti — (UDN).

4. Meneses Pimentel — (PSD).

5. Mem de Sá — (PL).

6. Jefferson de Aguiar — (PSD).

7. Ary Vianna — (PSD).

8. Fausto Cabral — (PTB).

9. Barros Carvalho — (PTB).

Secretário: José Soares de Oliveira Filho, Oficial Legislativo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

TITULARES

Reginaldo Fernandes, Presidente (UDN).

Alô Guimarães, Vice-Presidente (PSD).

Fernandes Távora (UDN).

Pedro Ludovico (PSD).

Saulo Ramos (PTB).

SUPLENTE

1. Dix-Huit Rosado (UDN).

2. Lopes da Costa (UDN).

3. Eugênio Barros (PSD).

4. Jarbas Maranhão (PSD).

5. Miguel Couto (PTB).

Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quinta-feira, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

TITULARES

Zacharias de Assumpção, Presidente (UDN).

Jarbas Maranhão, Vice-Presidente (PSD).

Sérgio Marinho (UDN).

Jefferson de Aguiar (PSD).

Francisco Gallotti (PSD).

Miguel Couto (PTB).

Arlindo Rodrigues (PTB).

SUPLENTE

1. Fernandes Távora (UDN).

2. Dix-Huit Rosado (UDN).

3. Ruy Carneiro (PSD).

4. Jorge Maynard (PSP).

5. Saulo Ramos (PTB).

6. Nelson Maculan (PTB).

Secretária: Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues.

Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

TITULARES

Daniel Krieger — Presidente (UDN).

Jarbas Maranhão — Vice-Presidente — PSD.

Joaquim Parente (UDN).

Sebastião Archer (PSD).

Paulo Fender (PTB).

Miguel Couto (PTB).

Aloysio de Carvalho (PL).

SUPLENTE

1. Coimbra Bueno (UDN).

2. Padre Calazans (UDN).

3. Ruy Carneiro (PSD).

4. Benedito Valadares (PSD).

5. Nelson Maculan (PTB).

6. Fausto Cabral — (PTB).

7. Mem de Sá (PL).

Secretária: Italina Cruz Alves, Oficial Legislativo.

Reuniões: Sextas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas

TITULARES

Jorge Maynard — Presidente (PSP).

Lino de Matos — Vice-Presidente (UDN).

Coimbra Bueno (UDN).

Vitorino Freire (PSD).

Fausto Cabral (PTB).

Suplentes:

1 — Sérgio Marinho

2 — João Arruda.

PSD

1 — Jefferson Aguiar.

2 — Eugênio Barros

PTB

1 — Nelson Maculan

Secretário: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Agricultura, Pecuária, Florestas, Caça e Pesca

TITULARES

Nelson Maculan — Presidente (PTB).

Eugênio Barros — Vice-Presidente (PSD).

Ovidio Teixeira (UDN).

Mourão Vieira (UDN).

Alô Guimarães (PSD).

Paulo Fernandes (PSD).

Nogueira da Gama (PTB).

Suplentes:

UDN

1 — Lopes da Costa

2 — Joaquim Parente

PSD

1 — Pedro Ludovico

2 — Lobão da Silveira

3 — Francisco Gallotti

PTB

1 — Saulo Ramos

2 — Lima Teixeira

Secretária: Julieta Ribeiro dos Santos, Oficial Legislativo.

Atas das Comissões

Comissão de Segurança Nacional

REUNIAO REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 1961

Aos 19 dias do mês de agosto de 1961, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a presidência do Senhor Jarbas Maranhão, reúne-se a Comissão de Segurança Nacional, presentes os Srs. Sérgio Marinho, Miguel Couto, Jefferson de Aguiar, Saulo Ramos, Jorge Maynard e Fernandes Távora. Deixando de comparecer com causa justificada, os Srs. Francisco Gallotti e Arlindo Rodrigues.

É lida e aprovada, sem alteração, a ata da reunião anterior.

O Sr. Jarbas Maranhão, reator do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1961 (na Câmara nº 2.113-B-60), que assegura aos Taifeiros da Marinha e da Aeronáutica acesso até a graduação de suboficial, oferece parecer favorável à referida proposição, o qual é aprovada, unanimemente, pela Comissão.

A seguir, o Sr. Presidente propõe seja consignado em ata um elogio ao Oficial Legislativo José Soares de Oliveira Filho, pela dedicação e competência, reveladas durante o exercício de suas atribuições como Secretário da Comissão, que ora deixa, por ter sido designado para outra função, o que é aprovado.

O Sr. Presidente designa para Secretário da Comissão o Oficial Legislativo Julieta Ribeiro dos Santos.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Julieta Ribeiro dos Santos, Secretário, a presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

Comissão de Serviço Público Civil

ATA DA REUNIAO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 1961.

As dezessete horas do dia dezessete de agosto de mil novecentos e sessenta e um, reúne-se a Comissão de Serviço Público Civil, sob a presidência do Sr. Jarbas Maranhão, presentes os Srs. Joaquim Parente, Paulo Fender e Sebastião Archer. Demam de comparecer, com causa justificada, os Srs. Mourão Vieira, Aloysio de Carvalho e Miguel Couto.

É lida e aprovada, sem alteração, a ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente passa a presidência ao Sr. Sebastião Archer, de acordo com o parágrafo primeiro do artigo 82 do Regimento Interno, a fim de emitir parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1961 (nº 439-B, de 1959, na Casa de origem) que dispensa de inspeção médica periódica os funcionários públicos aposentados, que contem sessenta anos de idade ou mais de trinta anos de serviço. A Comissão aprova o parecer, sem discussão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Italina Cruz Alves, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Ata da 127ª Sessão, da 3ª Sessão Legislativa, da 4ª Legislatura, em 18 de agosto de 1961.

PRESIDÊNCIA DOS SRS. GILBERTO MARINHO, NOVAES FILHO E MATIAS OLYMPIO.

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Paulo Fender — Lobão da Silveira — Victorino Freire — Sebastião Archer — Eugênio Barros — Leonidas Meilo — Mathias Olympio — Joaquim Parente — Fausto Cabral — Fernan-

des Távora — Meneses Pimentel — Sérgio Marinho — Argeniro de Aguiar — Novais Filho — Jarbas Maranhão — Silvestre Pereira — Lourival Fontes — Jorge Marinho — Heribaldo Vieira — Ovidio Teixeira — Lima Teixeira — Aloysio de Carvalho — Ary Vianna — Jefferson de Aguiar — Miguel Couto — Gilberto Marinho — Benedito Valadares — Nogueira da Gama — Milton Campos — Moura Andrade — Lino de Mattos — João Villasboas — Gaspar Veloso — Nelson Maculan — Saulo Ramos — Brasílio Celestino — Guido Monard, (36).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 36 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, e sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

Manifestações favoráveis à aprovação do Projeto de Lei nº 13-60 (Número 2.222-57, na Câmara) que fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional.

Do Sr. Sebastião Ferreira, de Alt. nopolis, SP;

Do Sr. Melchisedes Siqueira, de Aparecida do Norte, SP;

Do Sr. Milton Santos, de Aparecida do Norte, SP;

Da Sra. Terezinha Moraes, de Aparecida do Norte, SP;

Da Sra. Geralda Viana, de Aparecida do Norte, SP;

De Leonor Mesias de Paulo, de Aparecida do Norte, SP;

Do Sr. Antônio S. Almeida, de Aparecida do Norte, SP;

Da Sra. Ofelia Siqueira, de Aparecida do Norte, SP;

Da Sra. Ana Cristina Silva, de Aparecida do Norte, SP;

Do Sr. José Messias de Paula, de Aparecida do Norte, SP;

Da Sra. Maria Teresa Siqueira, de Aparecida do Norte, SP;

Do Sr. Alceides Almeida, de Aparecida do Norte, SP;

Do Sr. Benedito Marques, de Aparecida do Norte, SP;

Da Sra. Maria Regina R. Silva, de Aparecida do Norte, SP;

Da Sra. Hosana Galvão Passim, de Aparecida do Norte, SP;

Da Sra. Trindade Vieira dos Santos, de Aparecida do Norte, SP;

Da Sra. Helena Vieira dos Santos, de Aparecida do Norte, SP;

Do Sr. Oswaldo Carvalho, de Aparecida do Norte, SP;

Da Sra. Ilza Oliveira de Almeida, de Aparecida do Norte, SP;

Da Sra. Maria Augusta Sampaio, de Aparecida do Norte, SP;

Da Sra. Geralda Pereira dos Santos, de Aparecida do Norte, SP;

Do Sr. Querino de Almeida, de Aparecida do Norte, SP;

Do Capitão Manoel Castilho e Família, de Aparecida do Norte, SP;

Do Sr. José e Filhos, de Aparecida do Norte, SP;

Do Sr. Fernando Nunes da Silva, de Aparecida do Norte, SP;

Do Sr. Otávio Siviery, de Araras, SP;

Da Sra. Maria Hermínia Gatto, de Bauri, SP;

Da Sra. Marina Paes Pianchi, de Bragança Paulista, SP;

Do Diretor da Escola Família Brasileira, de Cafelândia, SP;

Da Sra. Terezinha Pereira, de Campinas, SP;

Da Escola Católica Ambrosia, de Campinas, SP;

Do Sr. José Roberto Magalhães Teixeira, de Campinas, SP;

Do Monsenhor Salim, Reitor da Universidade Católica de Campinas, SP;
 Da Sra. Mariana Figueiredo, de Campinas, SP;
 Da Sra. Maria Vilas, de Campinas, SP;
 Da Sra. Marcia Lopes, de Campinas, SP;
 Do Sr. Paulino Costa Eduardo, de Campinas, SP;
 Da Sra. Lucia Moraes, de Campinas, SP;
 Da Sra. Vitalina Rosatelli, de Campinas, SP;
 Do Sr. Dirve Grilo, de Campos do Jordão, SP;
 Do Sr. Jacinto Spricio, de Cândido Mota, SP;
 Do Sr. Carmo Russo, de Cândido Mota, SP;
 Do Sr. Alcir Castelo Branco, de Cândido Mota, SP;
 Da Sra. Roza Zibordi, de Cândido Mota, SP;
 Da Sra. Marina Brito Cardoso, de Cândido Mota, SP;
 Do Prof. Jose Matarazzo, de Capão Bonito, SP;
 Do Diretor da Escola Técnica de Comercio de Catanduva, SP;
 Do Diretor do Ginásio de Catanduva, SP;
 Das Irmãs da Santa Casa de Cruzzeiro, SP;
 Do Sr. Ludgero Rodrigues Peixoto, de Guaratinguetá, SP;
 Do Sr. Angelo Posta, de Guaribá, SP;
 Da Sra. Soledade Araujo Lopes, de Itú, SP;
 Do Sr. Antônio Cristo Foletti, de Itú, SP;
 Da Sra. Maria de Lourdes Magalhães de Toledo, de Itú, SP;
 Da Sra. Maria do Carmo Oliveira, de Itú, SP;
 Do Sr. Miguel Cian, de Itú, SP;
 Da Sra. Olivia Furquim Pereira, de Itú, SP;
 Da Sra. Maria Rodrigues de Moraes Andrade, de Itú, SP;
 Da Sra. Encarnação Fernandes Land, de Itú, SP;
 Da Professora Irene Franceschini, de Itú, SP;
 Das Famílias Gurgel Arantes Ramos e Ggliotti Godoi Castro Alves, de Jamberto, SP;
 Do Sr. Alexandre Buarnieri, de Jamberto, SP;
 Da Sra. Lucia Alessio Massola, de Jamberto, SP;
 Da Cruzada da Mocidade Católica de Jundiá, SP;
 Do Sr. Armando Gaspar, de Jundiá, SP;
 Do Sr. Fernandes Corrêa Lemos, de Jundiá, SP;
 Da Sra. Benedita Borges, de Lorena, SP;
 Do Sr. Clementino de Aquino Lemos, de Lorena, SP;
 Do Sr. Lino Caidas Campos, de Lorena, SP;
 Do Sr. Gabriel Yamanaka, de Lorena, SP;
 Da Sra. Maria Borges, de Lorena, SP;
 Do Diretorio Municipal da UDN, de Guaraci, de e Olimpia, SP;
 Da Família Capatto, de Oswaldo Cruz, SP;
 Da Família de Jesus, de Pindamonhangaba, SP;
 Da Família Leme, de Pindamonhangaba, SP;
 Da Família Saigado, de Pindamonhangaba, SP;
 Das Famílias Alves e Fonseca, de Pindamonhangaba, SP;
 Da Família Bueno, de Pindamonhangaba, SP;
 Da Família Lopes, de Pindamonhangaba, SP;
 Da Família Santos, de Pindamonhangaba, SP;
 Da Família Perena, de Pindamonhangaba, SP;

Da Família Carvalho, de Pindamonhangaba, SP;
 Da Família Leite, de Pindamonhangaba, SP;
 Da Família Guerreiro, de Pindamonhangaba, SP;
 Da Sra. Rosalina Pinto Alves, de Pirambóia, SP;
 Do Sr. João Elias, de Registro, SP;
 Da Capela Itapemirim, Apostolado da Oração, e de Romão Freitas Gonçalves, de Registro, SP;
 Do Sr. Sate Barros, de Registro, SP;
 Do Sr. Alfredo Mattar, de Vila Mariana, SP;
 Da Sra. Angela Iris Petrocelli, de Pinheiros, SP;
 Da Associação de Pais e Mestres, de S. Paulo, SP;
 Do Prof. Manoel Garrido, de São Paulo, SP;
 Do Sr. Cleo Alencar Vicente, de São Paulo, SP;
 Do Sr. Aldemir e Família, de São Paulo, SP;
 Do Sr. José Thompson, de São Paulo, SP;
 Do Sr. Arnando Augusto Lopes, de S. Paulo, SP;
 Do Vigário e Vinte mil católicos da paróquia S. Pedro, de S. Paulo, SP;
 Da Sociedade Educadora Infância e Juventude, de São Paulo, SP;
 Do Prof. Chediak, de S. Paulo, SP;
 Do Instituto Madre Mazzarello, de S. Paulo, SP;
 Do Sr. Antônio Valadares de Paiva, de S. Antônio da Alegria, SP;
 Do Sr. José Simão Cirimem de São Antônio da Alegria, SP;
 Da Sra. Esmeralda Calixto, de S. Antônio da Alegria, SP;
 Do Sr. Jose Bento da Silveira, de S. Antônio da Alegria, SP;
 Do Sr. Jose Moreira dos Santos, de A. Antônio da Alegria, SP;
 Do Sr. Jose Moreira dos Santos, de S. Antônio da Alegria, SP;
 Da Sra. Dagmar Domingos Lopes, de S. Antônio da Alegria, SP;
 Do Sr. Lázaro Simão, de S. Antônio da Alegria, SP;
 Do Sr. Elias Felício, de S. Antônio da Alegria, SP;
 Da Sra. Ayda Felício, de S. Antônio da Alegria, SP;
 Do Sr. Domingos José dos Santos, de S. Anastácio, SP;
 Do Sr. Samuel Rodrigues da Silva, de S. Anastácio, SP;
 Do Sr. Joé Victor da Silva, de S. Anastácio, SP;
 Do Sr. Valdemar Moreira de Carvalho, de S. Anastácio, SP;
 Do Sr. Luiz Gonzaga, de S. Anastácio, SP;
 Do Sr. Antônio Alves de Oliveira, de S. Anastácio, SP;
 Do Dr. Galeno do Brasil, de Santa Fé do Sul, SP;
 Do Sr. Caminho de Colo, de São Carlos, SP;
 Do Sr. Oscar Engler, de S. Carlos, SP;
 Da Sra. Cristina da Silva, de São João da Boa Vista, SP;
 Da Nobre Brasilidade Santo Pirassol, de S. J. da Boa Vista, SP;
 Do Sr. Benedito José Xavier, de S. Jose do Rio Preto, SP;
 Do Sr. Auro Manoel Novais, de S. Jose do Rio Preto, SP;
 Da Sra. Maria Helena, de Sertãozinho, SP;
 Do Sr. Elias Cailli, de Sertãozinho, SP;
 Da Sra. Declinda Doniello Cailli, de Sertãozinho, SP;
 Do Sr. Jose Pereira de Carvalho, de Sertãozinho, SP;
 Do Sr. Afonso Penha, de Sertãozinho, SP;
 Da Federação Mariana de Sorocaba, SP;
 Do Sr. Antônio Mariano, de Tatuí, SP;
 Do Sr. Waldemar Checki, de Tatuí, SP;

Do Sr. Horácio Moraes dos Santos, de Tatuí, SP;
 Da Família Santos, de Valparaíso, SP;
 Da Professora Maria Ferreira, de Valparaíso, SP;
 Da Família Pigliarbs, de Valparaíso, SP;
 Da Sra. Professora Hideco Watanabe, de Valparaíso, SP;
 Da Família Santos, de Valparaíso, SP;
 Dos funcionários bradesco, de Valparaíso, SP;
 Do Lar Santo Antônio, de Valparaíso, SP;
 Da Família Breda, de Valparaíso, SP;
 Do Vice-Prefeito Frederico Stevanato, de Valparaíso, SP;
 Do Grêmio José de Anchieta, de Valparaíso, SP;
 Dos Estudantes de Valparaíso, SP;
 Da Professora Sebastiana Guilhermina, de Valparaíso, SP;
 Do Estudante Bento Abremense, de Valparaíso, SP;
 De Terezinha Tatster, de Valparaíso, SP;
 Da Sra. Alzira Bernardi e Família, de Valparaíso, SP;
 Das professoras de Valparaíso, SP;
 Do Sr. Azemiro Benes, de Valparaíso, SP;
 De estudante de Valparaíso, SP;
 De Professora primária de Valparaíso, SP;
 Do Sr. Manoel Osório da V. Cruz, de Valparaíso, SP;
 Da Família Benes, de Valparaíso, SP;
 Da Família Barreto Filho, de Valparaíso, SP;
 Dos Estudantes Akiko Nakamura, de Valparaíso, SP;
 Do Sr. Eurico Velasco de Azevedo, de Bela Vista, GO;
 Da Professora Teresa Carneiro, de Bela Vista, GO;
 Do Sr. Sebastião Brandão, de Bela Vista, GO;
 Da Sra. Conceição de Jesus, de Bela Vista, GO;
 Do Sr. Abraão Batista, de Bela Vista, GO;
 Da Sra. Milonda Costa Fonseca, de Bela Vista, GO;
 Da Sra. Eunice de Paula, de Bela Vista, GO;
 Do Conselho Universitário da Universidade de Goiás;
 Da Sra. Maria Antonieta Cabral, de Goiânia, GO;
 Da Escola Serviço Social da Universidade de Goiás, GO;
 Do Sr. Aziz Gratão e Família, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Ataliba Costa e Família, de Ipameri, GO;
 Da Sra. Tereza Vaz de Carvalho, de Ipameri, GO;
 Da Família Goetz, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Francisco Lopes e Família, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Ozório Rodrigues e Família, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Tibúrcio Dias Carneiro, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Luiz Costa e família, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Enisio Danela, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Gil Mundim, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Antônio Emidio, de Ipameri, GO;
 Da Família Esteves, de Ipameri, GO;
 Da Sra. Belisária Lourenço, de Ipameri, GO;
 Da Sra. Julieta Pedrigues, de Ipameri, GO;
 Do Sr. José Machado, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Anibal Ramos, de Ipameri, GO;
 Da Sra. Lourdes Cey, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Jerônimo Martins de Deus, de Ipameri, GO;
 Da Família Sugari, de Ipameri, GO;

Do Sr. Victorino, de Ipameri, GO;
 Da Sra. Mariana Matias da Silva, de Ipameri, GO;
 Da Família Borges, de Ipameri, GO;
 Da Sra. Edith Lopes, de Ipameri, GO;
 Do Sr. José Pio Santana, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Lázaro Pereira da Silva, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Domingos José da Silva, de Ipameri, GO;
 Da Sra. Nadir Gomes Barbosa, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Luiz Gratão, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Legal Porto, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Joaquim Gonzaga, de Ipameri, GO;
 Dos Irmãos Lenza, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Norberto Fale e família, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Luiz Duarte e família, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Osires Barreto e família, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Alcides Xavier e família, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Antônio Soares Chaves e família, de Ipameri, GO;
 Da Conferência N. S. de Fátima, de Ipameri, GO;
 Da Conferência Divino Espirito Santo, de Ipameri, GO;
 Da Sra. Jorgina de Jesus e família, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Cassiano Felisbino e família, de Ipameri, GO;
 Da Sra. Elga Fátima e família, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Pedro Carneiro, de Ipameri, GO;
 Do Sr. José Melo e família, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Alarico Rodrigues e família, de Ipameri, GO;
 Da Sra. Sebastiana Siqueira e família, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Osires de Almeida, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Jerônimo Alves e família, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Fuad Simão e família, de Ipameri, GO;
 Do Sr. José Quinan e família, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Pedro Caldas, de Ipameri, GO;
 Do Sr. Júlio Rodrigues Prado, de Jaraguá, GO;
 Do Sr. Paulo Leite Moraes, de Jaraguá, GO;
 Do Sr. Oswaldo Cardoso, de Jaraguá, GO;
 Do Sr. José Rodrigues de Oliveira, de Jaraguá, GO;
 Do Sr. José Augusto Luz, de Jaraguá, GO;
 Do Sr. Leonelo Toniello, de Sertãozinho, GO;
 Da Sra. Maria Eunice Vaz Borges e outras (manifesto da escola secundária de Goiás — 455 assinaturas).
 Manifestações contrárias à aprovação do Projeto de Lei nº 13-60 nº 2 222 de 1957, na Câmara, que fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional
 Da União da Mocidade Presbiteriana Independente de Jataí, GO;
 Da Sra. Francisca de Melo Silva e outras (memorial com 43 assinaturas), de Patrocínio, MC;
 Da Sra. Antonieta Faria Rodrigues, de Uberlândia, MG;
 Do Sr. Orlando Rodrigues, de Uberlândia, MG;
 Da Sra. Rachel Rodrigues de Vasconcelos, de Uberlândia, MG;
 Da Sra. Yolita Assunção, de Uberlândia, MG;
 Da Sra. Moema Rocha, de Uberlândia, MG;
 Da Sra. Jacira Rocha, de Uberlândia, MG;
 Da Sra. Ledan Livingston, de Uberlândia, MG;
 Do Sr. Roberto Rodrigues, de Uberlândia, MG;

Da Sra. Mariza Pereira, de Uberlândia, MG;

Do Sr. Melquisedeque Probi e outros (memorial com 63 assinaturas), de Araçatuba, SP;

Da Sra. Terezinha Teixeira de Freitas, de Avaré, SP;

De Ivone S. da Silva, de Avaré, SP;

De Carlos de Freitas, de Avaré, SP;

De Isaias de Freitas, de Avaré, SP;

De Etelvina da Rocha Freitas, de Avaré, SP;

De Etelvina da Rocha Freitas, de Avaré, SP;

Da Sra. Lory Gomes da Silva e outras (memorial com 165 assinaturas), de Batista Botelho, SP;

Dos Metodistas Presbiterianos de S. Paulo, SP.

Do Sr. Ulysses Quarita, de S. Paulo, SP;

Do Sr. Orlando Salles Gastão Rabeiro Silva, de S. Paulo, SP;

Da Sra. Odete Catiste Prezotto, de S. Paulo, SP;

Do Sr. Bráulio Fortunato, de São Paulo, e outros (memorial com 600 assinaturas), de S. Paulo, SP;

Manifestações favoráveis à aprovação ao Projeto de Lei nº 15-60 (Nº 2.222 de 1957, na Câmara), que fixa as diretrizes e Bases da Educação Nacional

Do Corpo Docente do Instituto Nossa Senhora da Piedade, de Ilheus, BA;

Do Sr. Abílio Gallegari, de Cachoeiro de Itapemirim, ES;

Do Sr. Santo Valenti e Família, de Cachoeiro de Itapemirim, ES;

Do Sr. Salemo Rondon, de B. Guandu, ES;

Da Escola Normal Particular e do Ginásio São José, de Jau, SP;

Da Associação das Antigas Alunas do Ginásio São José, de Jau, SP;

Da União Estudantil de Jau, SP;

Do Sr. Moacir Figueiredo, de São Paulo, SP;

Do Revdo. Padre Bernardo, em nome da Comunidade Redentorista de Belo Horizonte, MG;

Da Sra. Dulce Ramos, de Barra Mansa, RJ;

Do Sr. Joaquim Sá, de Barra Mansa, RJ;

Do Sr. João Inácio de Almeida, de Barra Mansa, RJ;

Do Sr. M. Biancardini, de Campos, RJ;

Da Sra. Carolina Martins Cançado, de Itaperuna, RJ;

Do Sr. José Maia, de Madalena, RJ;

Da Sra. Maria Felipe da Silva e outras, de Petropolis, RJ;

Do Sr. Carlos Roberto, de Resende, RJ;

Da Sra. Raimunda Avelina de Jesus, de Resende, RJ;

Do Sr. Antônio Borgonha, de Rio do Sul, SC;

Do Sr. José Otavio, de Porto Alegre, RS.

Mensagem:

Nº 178, de 1961 (nº de origem 422), de 10 de maio em curso, do Sr. Presidente da República, agradecendo a remessa do autógrafo referente ao Decreto Legislativo nº 9, de 1961.

Ofícios:

Nº 1.301, de 16 de agosto de 1961, do Senhor 1º Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando haver aquela Casa aprovado emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 248, de 1957 (nº 767-17, de 1955, na Casa de Origem), que modifica o art. 330, da Lei nº 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

Da Câmara dos Deputados números 1.292, 1.293, 1.295, 1.296 e 1.299, encaminhando autógrafos dos seguintes Projetos:

Projeto de Lei da Câmara Nº 109, de 1961

(Nº 2.413-B, de 1960 - NA CAMARA)

Organiza o Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Distrito Federal e o constante da Tabela anexa.

Art. 2.º Os cargos de carreira serão providos mediante concurso público de provas, organizado pelo próprio Tribunal.

Art. 3.º O Procurador-Geral no Tribunal será nomeado pelo Presidente do Distrito Federal, atendidos os requisitos do art. 30 da Lei nº 830, de 25 de setembro de 1949.

Art. 4.º Para as primeiras promoções e até que se complete a movimentação das carreiras do Quadro da Secretaria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, fica dispensado o interstício de que trata a legislação federal em vigor.

Art. 5.º O Procurador Adjunto do Tribunal, em número de um, e os Auditores, em número de dois, serão nomeados pelo Prefeito, dentre Bacharéis ou Doutores em Direito, aprovados em concurso de provas, obedecida a ordem de classificação:

§ 1.º O concurso, a que se refere este artigo, se processará no que for aplicável, de acordo com as normas legais que regem a investidura do cargo de Auditor do Tribunal de Contas da União.

§ 2.º O Procurador-Adjunto e os Auditores terão vencimentos iguais aos de idênticos cargos do Tribunal de Contas da União.

Art. 6.º Os membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e os servidores de sua Secretaria são segurados obrigatórios do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado - I.P.A.S.E. — com as mesmas obrigações e direitos estabelecidos para os da União, de acordo com o disposto nos Decretos-Leis nºs 2.865, de 12 de dezembro de 1940; 3.347, de 12 de junho de 1941, art. 1.º e 8.450, de 26 de dezembro de 1945 e demais legislação aplicável.

Art. 7.º Os valores dos símbolos e níveis de vencimentos do pessoal da Secretaria do Tribunal são os constantes da Lei nº 3.826, de 23 de novembro de 1960.

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Quadro do Pessoal da Secretaria

Número de Cargos	Natureza do Cargo	Símbolo ou Nível
Cargos isolados de provimento em comissão		
1	Diretor-Geral da Secretaria	3 — C
1	Chefe de Gabinete	4 — C
2	Chefe de Serviço	4 — C
Cargos isolados de provimento efetivo		
1	Arquivista	16
1	Bibliotecário	18
2	Auxiliar de Portaria	10
5	Servente	8
Cargos de Carreira		
4	Oficial Instrutivo	17
3	Oficial Instrutivo	16
5	Oficial Instrutivo	15
1	Contador	18
2	Contador	17
1	Documentarista	16
1	Documentarista	15
3	Datilógrafo	12
6	Datilógrafo	11
2	Assistente-Técnico	18
3	Assistente-Técnico	17
1	Faquirato	17
2	Faquirato	16
Funções Gratificadas		
2	Chefe de Seção	7 — F
1	Tesoureiro	7 — F
1	Chefe de Portaria	9 — F
6	Secretário	8 — F

Obs: A gratificação do funcionário será igual à diferença entre o vencimento do seu cargo efetivo e o valor do símbolo fixado para a função.

As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara Nº 110, de 1961

(Nº 1.871-B, DE 1961, NA CAMARA)

Fixa norma para pagamentos aos servidores do Ministério da Educação e Cultura, aproveitados nas Escolas Técnicas e Industriais, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os servidores aproveitados nos termos do art. 28 da Lei número

3.552, de 16 de fevereiro de 1959, perceberão seus vencimentos, salários, gratificações e demais vantagens por conta dos mesmos recursos ou verbas pelos quais são pagos os demais funcionários públicos civis e extranumerários mensais da União, consignando-se no Orçamento Geral da União as despesas próprias, necessárias ao cumprimento da presente lei.

Parágrafo único — São competentes para efetuar os pagamentos de vencimentos, salários, gratificações e de-

mais vantagens aos servidores de que trata este artigo, as mesmas instituições que lhes pagavam anteriormente à vigência da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959.

Art. 2.º Fica transferida, da verba 2.000 — Transferências; Consignação 2.1.00, Auxílios e Subvenções Subconsignação 2.1.01 — Auxílios: 3) Entidades Autárquicas, para a verba 1.0.00 — Custeio; Consignação 1.0.00 — Pessoal Civil; e respectivas subconsignações próprias do vigente orçamento (Lei nº 3.682, de 7 de dezembro de 1959) do Ministério da Educação e Cultura (Subanexo 4.1.1 — 18.01 Diretoria do Ensino Industrial) a importância necessária para atender, neste exercício, às despesas concernentes ao pessoal a que se refere a presente lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara Nº 111, de 1961

(Nº 38-B, DE 1959, NA CAMARA)

Concede ao Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose (I. B. I. T.) o auxílio de Cr\$ 50.000.000,00, para a construção de um Hospital de Cirurgia Torácica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica concedido ao Instituto Brasileiro de Investigação da Tuberculose (I. B. I. T.) o auxílio de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado à construção do seu Hospital de Cirurgia Torácica, a ser distribuído no Orçamento do Ministério da Saúde, durante 2 (dois) exercícios consecutivos em parcelas iguais.

Art. 2.º O I. B. I. T. reservará 5% (vinte e cinco por cento) dos recursos existentes no Hospital para o tratamento médico-cirúrgico de indigentes.

Art. 3.º O I. B. I. T. ou instituição que lhe venha a suceder ficará, no caso de venda, alienação ou destinação diversa do Hospital, obrigado a restituir à União Federal a importância do auxílio ora concedido, acrescida da valorização que se verificou.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

As Comissões de Saúde e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara Nº 112, de 1961

(Nº 2.596-A, de 1961, na Câmara)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 633.598.834,10, para o pagamento de dívidas resultante de serviços de emergência no Nordeste.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 633.598.834,10 (seiscentos e trinta e três milhões, quinhentos e noventa e oito mil, oitocentos e trinta e quatro cruzeiros e dez centavos), para ocorrer ao pagamento das dívidas resultantes dos serviços de emergência realizados no Nordeste no período da seca de 1958, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, assim discriminadas: a) Cr\$ 400.418.834,10 (quatrocentos milhões, quatrocentos e dezoito mil, oitocentos e trinta e quatro cruzeiros e dez centavos) para o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; b) Cr\$ 233.180.000,00 (duzentos e trinta e três milhões, cento e oitenta mil

grupos), para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Art. 2º O pagamento dos débitos a que se refere o artigo anterior será efetuado mediante o preço levantado e apuração dos mesmos, a que procedera o Ministério da Viação e Obras Públicas, através dos aludidos departamentos, designando-se, para esse efeito, comissões de engenheiros e contabilistas.

Art. 3º A presente lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara Nº 113, de 1961

(Nº 4 784-B, de 1958, na Câmara)

Isenção de impostos de importação de materiais importados pela Rádio Televisão Paulista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida isenção de impostos de importação e de consumo para os materiais constantes da licença nº DG-57 T-49.655-49.888, emitida pela Carteira de Comércio Exterior, importados pela Rádio Televisão Paulista.

Art. 2º A isenção a que se refere o artigo anterior não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Tendo o Sr. Ministro da Viação convidado o Senado a participar, por um de seus membros, da visita que altas autoridades do país vão realizar, de 20 a 28 do corrente, às obras da estrada BR-29, que ligará Curitiba à fronteira com o Peru, foi para esse fim designado o Sr. Senador Lopes da Costa.

O SR. PRESIDENTE:

O Sr. Nelson Maculan enviou à Mesa discurso a fim de ser publicado, na forma do disposto no art. 201, § 2º, do Regimento Interno.

S. Exa. será atendido.

E' o seguinte o discurso do Sr. Nelson Maculan:

(DISCURSO DO SENADOR NELSON MACULAN, EM 17-8-61)

O SR. NELSON MACULAN:

Sr. Presidente, Srs. Senadores: Quando, por duas vezes, ocupamos esta tribuna, para, através de uma crítica honesta e construtiva, apontar às nossas autoridades responsáveis pela política cafeeira a complexidade do esquema financeiro e do Regulamento de Embarques, e fizemos com o intuito único e exclusivo de trazer nossa modesta colaboração de homem prático e que vê com realismo as coisas.

Voltamos novamente à tribuna para, mais uma vez, e em plena safa cáfeira, trazer ainda nossa colaboração, depois de ter sido posto em prática o esquema cafeeiro.

Quisérámos retornar não para criticar e fazer novas sugestões a política cafeeira, mas, ao contrário, para reconhecer que o plano cafeeiro produziu os resultados esperados e apreendidos pelos seus autores através da imprensa escrita e falada. Infelizmente, porém, podemos afirmar hoje, com segurança, que o esquema gerou tamanha confusão nas zonas produtoras que o descontentamento se aprofunda cada vez mais entre os cafeicultores, sem que nenhum objetivo seguro possamos vislumbrar na nova orientação adotada.

Tínhamos razão quando afirmávamos que a "bebida" do café — conceito aleatório e subjetivo — não poderia absolutamente ser a determinante de uma política objetiva e realista. Observamos, então, que apenas uma minoria privilegiada pelas condições mesológicas e ecológicas se beneficia do atual esquema cafeeiro, enquanto que, para a grande maioria

dos cafeicultores de nosso País, os pretendidos benefícios continuam ausentes e até mais difíceis de atingir, pois, embora com os sacrifícios procuram colher e preparar os seus cafés, jamais poderão, pela ausência das condições acima citadas, estar em condições de oferecer ao mercado importador cafés de uma qualidade, isto é, de bebida "moio" ou "estritamente moio". Para aquela minoria, que, com justas razões, evidentemente, aplaudiu o esquema, também não faltaram os pronunciamentos isolados e mensagens laudatorias dirigidas aos responsáveis pela nossa política cafeeira, por associações de classe inteiramente divorciadas da produção, pois se situam dentro do setor da comercialização do café. De nossa parte, e após aqueles pronunciamentos contrários ao esquema, então apresentados, por julgarmos o mesmo contrário aos interesses, principalmente do País, aguardamos o desfecho e, mais uma vez, sinceramente repetimos, gostaríamos de nos ter enganado.

Marchas e contra-marchas no Regulamento de Embarques demonstram claramente que os dirigentes da política cafeeira não controlam a situação. Votos anulando dispositivos do Regulamento de Embarques e, posteriormente, resoluções anulando o efeito desses mesmos votos, constituem, assim, uma série de providências que bem demonstram a falta de confiança dos autores do plano na sua efetividade prática. Na exposição nº 17, de 22 de maio de 1961, justificando o veto proposto ao artigo 8º, letra "e" do Regulamento, que mandava incluir a bebida "duro" entre os cafés de boa qualidade, o presidente da Junta Administrativa do IBC afirmava, à página dois:

"Ademais, não se pode falar em discriminação, por privilégio de zonas de boa bebida, desde que os recursos da técnica permitem, atualmente, a produção de cafés moles nas diferentes regiões do país, dependendo dos processos adotados na sua colheita e preparo". Entretanto, é a própria diretoria do Instituto Brasileiro do Café, que, através da Resolução nº 200, em um de seus "considerandos", afirma:

"Considerando que a "bebida" não depende inteiramente do esforço do produtor, resolve:

Art. 1º — A critério da Diretoria, serão registradas declarações de venda de café tipo 4, bebida "duro para melhor", comprovadamente vendido para o Exterior, ficando assegurado, em consequência, o livre trânsito desses cafés para os portos de exportação, com isenção da quota de retenção de que trata o art. 2 da Resolução 188, de 12 de maio de 1961".

Veta-se o termo "duro" do Regulamento de Embarques no seu artigo 8º, letra "e", e através da Resolução 200, maiores facilidades ainda são concedidas para o envio de cafés duros para os portos, desde que sejam comprovadamente vendidos para o Exterior.

Comprovar uma venda não será difícil, e hoje estamos assistindo à descida de cafés para os portos, "comprovadamente vendidos", sem a obrigatoriedade da quota de retenção a que faz referência o artigo 22 da Resolução 188. Evidentemente, esse fato tem efeito depressivo porque as ofertas se avolumam nos portos e, muito embora o Instituto Brasileiro do Café, através do registro fixado para esse tipo de café, tente obstaculizar essas ofertas, a realidade é que o conhecido processo das diferenças por fora fazem com que estes cafés sejam efetivamente vendidos por preço inferior ao registro, dando-lhes uma real situação de divisos, que é absorvida, em parte, pelas diferenças a que obrigatoriamente o exportador se sujeita a devolver através da compra de dólar no mercado livre. Agora, a última resolução do IBC, de número 22, permite que cada saca de bebida

"Rio", do Paraná, São Paulo e Goiás, de tipo 3/4 e de peneira 16 para cima, sejam exportados pelos portos de Angra dos Reis, Rio e Vitória, não sendo permitida a sua exportação pelos portos de Paranaguá e Santos, com receio, naturalmente, de que, desta resolução possa aproveitar-se algum exportador, registrando café de melhor qualidade pelos preços mais baixos fixados para aqueles portos.

Esqueceram-se os Srs. diretores do IBC que também para os portos de Angra dos Reis, Rio e Vitória poderão ser enviados cafés de melhor qualidade, e, através do registro mais baixo fixado para os cafés 3/4, bebida "Rio", peneira 16 para cima, transformar-se a resolução nº 204 num meio pelo qual a diferença de preços obtida pelo exportador não constituirá jamais uma receita cambial para o País, permanecendo no Exterior à disposição dos exportadores para futuras composições.

Por esse motivo, não sabemos como justificar os termos da resolução nº 204, quando impede que cafés produzidos no Paraná e em São Paulo, com as características nela mencionadas sejam exportados pelos portos de Paranaguá e Santos, forçando a exportação por outros portos e onerando esses mesmos cafés com maiores despesas de transportes, etc.

Pelas resoluções 200 e 204, conclui-se que, efetivamente, as próprias autoridades responsáveis pelo esquema cafeeiro verificam, na prática, que a determinante "bebida", sendo de caráter aleatório e subjetivo, não poderá constituir a pedra fundamental do plano que se propuseram para a recuperação dos mercados tradicionais consumidores. E, a propósito da recuperação dos mercados tradicionais importadores, convém notar que é um contingente de perto de 14 milhões de sacas de café "robusta", proveniente do continente africano, que nos desaloja paulatinamente dos tradicionais mercados consumidores. Ainda há poucos dias, o brilhante jornalista, e economista J. Orsini, da "Folha de São Paulo", demonstrava que os cafés africanos, nos cinco primeiros meses deste ano ganhavam terreno nos Estados Unidos, enquanto, por sua vez, os nossos perdiam posição consideravelmente o que é fácil comprovar, pois a nossa quota-convenção, correspondente aos meses de abril, maio e junho, num total de aproximadamente 4 milhões e 500 mil sacas, não foi alcançada, deixando o País de exportar cerca de 800 mil sacas. Sobre o acordo celebrado com os países produtores, em outra oportunidade abordaremos mais detalhadamente o problema. Hoje pretendemos apenas trazer ao conhecimento desta Casa as deficiências observadas na prática do atual esquema cafeeiro, o qual, principalmente para o Estado do Paraná — e, por que não dizer? — para todos os Estados do Brasil, com uma única exceção talvez para Minas Gerais, é contrário aos interesses desses Estados, do País e da própria cafeicultura. Testemunhamos o esforço heróico dos funcionários do IBC na região norte do Paraná. Desdobram-se, lutam, procurando dar ao cafeicultor aquela garantia que os responsáveis pelo esquema cafeeiro apregoaram, mas que, infelizmente, na prática, não se realizam. De nada adiantam a classificação e a prova do café, levado em "côco" pelos produtores nos seus característicos "picuás", para que os provadores credenciados do I.B.C. determinem a bebida, com base na qual esses mesmos lavradores possam obter melhor preço. A realidade que enfrentamos nos mostra que a nossa produção ascende a 26 milhões de sacas de café. A nossa quota-convenção está limitada a 18 milhões de sacas. Recentemente se verifica um excedente também de 18 milhões de sacas, que teríamos de reter.

Pela Instrução 205, fica retida, em nome da contribuição, a quantia de 22 dólares por saca de café. Então

como afirmamos em nossos discursos de 13 e 24 de maio, seria mais justo que o ônus da superprodução fosse repartido em idênticas condições entre os cafeicultores do País. Naquela ocasião, procuramos chamar a atenção dos dirigentes da política cafeeira para o fato de que seria ideal, uma retenção definitiva de 50% da produção, a fim de se estabelecer uma política de cafés impostos; de tipos superiores, eliminando-se a determinante da bebida. Todos sabemos que bebida é paladar, e em todo o mundo existem interessados nesta ou naquela bebida de café. Ao mesmo tempo, não esqueçamos os produtores de cafés despolpados ou de cafés estritamente moles, apontando o estímulo para a produção desses mesmos cafés, através da não exigência para eles, da retenção de 50% dos mesmos. Assim, retendo-se 50% da produção no Interior, em armazéns do IBC, é lógico que para o porto apenas seriam enviadas 18 milhões de sacas de café, dentro, portanto, da nossa quota-convenção de exportação. O controle por parte do IBC, seria muito mais fiel e mais realístico e então poderíamos chegar a melhores resultados, sem que as ofertas maciças de café atuais, sem depressivamente nos preços internacionais, e, através da comercialização natural, seriam remetidos para os portos cafés cujo tipo seria muito melhor apurado.

Pode-se mesmo afirmar que o IBC estaria em condições de exigir como determinante do tipo, para o porto, somente cafés de tipo 5 para melhor. Entretanto, naquela ocasião, nenhuma das providências por nós apontadas teve sequer resposta. Agora, são os próprios autores do esquema cafeeiro que reconhecem a complexidade do mesmo, e, através de resoluções, marchas e contra-marchas do Regulamento de Embarques, procuram atualizá-los à verdadeira situação cafeeira de nosso País.

Podemos agora trazer ao conhecimento desta Casa que, na região norte do Paraná, principalmente, os conflitos se sucedem todos os dias, um flagelo talvez maior do que as geadas de 53 e 55 ameaça a região produtora de meu Estado. É fácil concluir que, através dos prejuízos que, a ser mantido esse esquema, sofrerão os lavradores, consequências imprevisíveis à estabilidade social da região e uma onda de descrédito se abaterá sobre todos em nosso Estado, onde os níveis de arrecadação dos impostos naturalmente baixarão. As vantagens do atual esquema ficarão inteiramente nas mãos dos intermediários que sabem e podem trabalhar sem se expor a um grande prejuízo a que eventualmente estariam sujeitos, desde que, ao encaminhar seus cafés aos portos não coincida a bebida apresentada com a exigida dentro do Regulamento de Embarques. Transferem eles, pois, por isso mesmo, o prejuízo para o lavrador, pagando-lhe preços mais baixos, mas é justo também que se diga que esses mesmos intermediários, assim agindo, fazem-no obrigados pelas próprias contingências instituídas pelo esquema cafeeiro, mas preferem que, pondo fim a essa confusão, uma providência radical no Governo lhes dê mais estabilidade aos seus interesses. É a instabilidade dos negócios, gerada por essa balbúrdia, que os faz acautelarem-se. Naturalmente, quem recebe o impacto é o produtor, que não tem para quem transferir esses ônus.

Mas, Senhor Presidente, Srs. Senadores, dentro do atual Regulamento de Embarques, do Esquema Financeiro e da Instrução 205, poderemos chegar ainda a tempo de socorrer a agricultura e impedir todos esses males, através de uma medida corajosa, que, estamos certos, não faltará ao Excmo. Sr. Presidente da República, Sr. Jânio Quadros.

Essa medida seria a de transformar a atual quota de 18 milhões de sacas, com reversão, em 26 milhões

definitiva, admitindo-se a entrega de café tipo 7 na proporção de 50% da quota de cafés de boa descrição, comuns e cooperativa que fossem encaminhadas para os portos, pagando-se para os mesmos um preço de 2.000 cruzeiros, para os cafés do Paraná, São Paulo e Goiás; 2.200 cruzeiros para os cafés de Minas Gerais, e 2.000 para os cafés do Espírito Santo, preços esses que poderão ser revistos após o aprovado os que foram reivindicados na última reunião dos representantes das Associações Rurais em Londrina.

Com a retirada de 50% dos cafés de imediato, enviar-se-á de imediato um prego que o Governo irá conter em março de 1962, pois, face às dificuldades para exportar, muitos estão preparando cafés comprados a baixo preço, não para remeter aos mercados estrangeiros, mas apenas para vendê-los ao IBC, a partir de março de próximo ano.

De outro lado, a imperiosa o restabelecimento da quota de expurgo, talvez não na base de 19%, como anteriormente. A falta dessa quota já está fazendo com que muitas torrefações adquiram os "fundos de maquiagem" — resíduos do beneficiamento do café — para vender no mercado interno, fazendo retornar ao comércio (para vender ao próprio IBC, agora ou mais tarde), as quantidades da cota de consumo interno a que têm direito. Dessa forma, café que obtém do IBC por aproximadamente 1.000 cruzeiros, essas torrefações entregarão ao próprio IBC por cerca de 1.700 o sacco, no mínimo, para a formação do direito de embarque.

Senhor Presidente, Srs. Senadores: Adotadas essas medidas simples mas eficientes, teríamos dado tranquilidade e estabilidade à cafeicultura nacional e, em consequência, o envio para os portos de exportação de um café tipo 5, de qualquer bebida podendo ainda neste momento, melhorar a situação da cafeicultura, porquanto cada cafeicultor receberia o preço de acordo com a quantidade de sua produção. Teríamos, então, nos portos, o florão de ouro de nossa produção de café, porque é óbvio que para lá seriam mandados os cafés de melhores tipos, melhores qualidades e de peneiras mais graduadas.

Acreditamos que o restudo, e, em consequência, novas disposições que poderiam ser adotadas através de uma resolução, fariam retornar a tranquilidade às regiões produtoras de café, evitando que o cafeicultor seja presa fácil dos intermediários e, como decorrência, seja restabelecida a normalidade econômica, financeira e social das zonas produtoras. Esperamos do Sr. Presidente da República uma providência nesse sentido e, mais uma vez, aqui afirmamos que continuaremos, dentro do mesmo critério, trazendo sugestões ou fazendo críticas construtivas, no interesse de nosso País.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente.

Há oradores inscritos.
Tem a palavra o nobre Senador Nelson Maculan, por cessão do nobre Senador Novaes Filho.

O SR. NELSON MACULAN:

(Lê o seguinte discurso — Não foi revisado pelo orador) — Sr. Presidente, que minhas primeiras palavras sejam de agradecimento ao nobre colega, Senador Novaes Filho que, desistindo de falar hoje, me cede a sua inscrição para que eu possa ocupar o tribuna:

(Lendo)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, grande contentamento devemos sentir os cafeicultores, principalmente do Paraná, ao terem conhecimento ontem, pela "Hora do Brasil" que suas justas reivindicações foram

atendidas pelo Presidente da República, Sr. Jânio Quadros.

As medidas adotadas dão ao cafeicultor, principalmente ao pequeno, a segurança de, ao menos, obter um preço que, não o estimulando a aumentar o plantio, possibilitar-lhe-á a oportunidade de, com os próprios recursos do café, orientar suas atividades para a diversificação das culturas, já que medidas anunciadas recentemente, como erradicação de cafés deficitários e garantia de preços para a produção agrícola, forçosamente nortearão o agricultor, para novos rumos.

Demonstrou S. Exa., o Presidente da República, estar vigilante aos justos anseios do povo e, ao atender aos cafeicultores, naturalmente estabelece condições para que eles melhor assistam seus trabalhadores e colonos.

A ameaça de uma onda de desvalorização se esvai, e a estas horas, aqueles valentes e denodados pioneiros do meu Estado, heróis da grande batalha que foi o tombamento das matas para nelas plantar o café, e com o café construir as bases de uma grande civilização que abrange mais de um milhão e quinhentas mil pessoas, estarão radiantes porque seus reclamos foram ouvidos.

Continuarão o Paraná e o Brasil a prosseguir na senda de progresso que multiplica nossas riquezas, trazendo em consequência, a tranquilidade e o bem-estar social.

Todavia, vencemos apenas uma batalha, que foi a da política interna. Outras batalhas, no entanto, também já se delineiam na política externa onde a nossa Pátria, através de acordos, procura dar as mesmas oportunidades a todos os países produtores de café, mas não tem recebido destes o correspondente cumprimento do acordo.

O Sr. Gaspar Velloso — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. NELSON MACULAN — Com muito prazer.

O Sr. Gaspar Velloso — A medida adotada pelo Sr. Presidente da República, em relação ao café riado, merece os louvores que V. Exa. lhe faz no seu discurso. Entretanto, manda a justiça que eu, como representante da bancada do Paraná nesta Casa do Congresso, exalte a atuação dinâmica de V. Exa., a quem o nosso Estado e os cafeicultores paranaenses ficam devendo mais esse grande serviço.

O SR. NELSON MACULAN — Agradeço a bondade do nobre Senador Gaspar Velloso.

Chegou o momento de nos entendermos de uma vez, ou então procurar conseguir para nosso País aquilo que mais nos interessa.

Não advogamos uma guerra de preços, que somente traria a miséria aos países que dependem exclusivamente do café, mas não poderemos mais continuar de braços cruzados como meros assistentes de nossa derrocada econômica, que também acarretará a debacle social e o caos para nós.

Também não o desejamos para nossos irmãos sulamericanos, nem para os produtores da América Central.

Somos latinos, povos irmãos por laços de sangue. Então, urge que nos entendamos e compreendamos que temos de ser fiéis aos dispositivos do acordo que assinamos e devemos espreitar.

Também como povo de sentimentos cristãos, não pretendemos levar aos recém-independentes países da África e demais produtores do mundo as dificuldades que fatalmente serão geradas de uma concorrência desmedida, que a nenhum país produtor do mundo interessará, porque, na verdade, a ninguém aproveitará, trazendo

do somente dificuldades de ordem econômica e, em consequência, um corolário de misérias, que a nenhum povo aproveita.

Devem unir-se os produtores de café do mundo inteiro, em torno de um convênio, onde os direitos de todos, desde o maior ao menor produtor, sejam respeitados. Não pretendamos nos iludir com vantagens passageiras e vãs, pois estaremos cavando a sepultura onde nos enterraremos a todos nós que dependemos em grande parte do comércio do café, como o sangue necessário à sobrevivência humana.

Sem que pretendamos explorar os consumidores de nosso café, é chegado o instante de estabelecermos um acordo, no qual todos os países produtores tenham a sua quota de participação, seja nas vantagens ou nos ônus, e juntos, pleiteemos a abolição dos pesados encargos que gravam o café em alguns países consumidores, bem como a eliminação de situações de tratamento prioritário que impedem o aumento do consumo em todo o mundo.

Ao Brasil cabe uma política mais ativa e realista, mais em consonância com os nossos dias, abrindo entrepostos onde as condições forem mais indicadas, colocando o café mais próximo do consumidor, e fazendo toda promoção que objetive o aumento de consumo e realmente redivida nele.

Devemos aproveitar a experiência de Trieste, e transformar esse entreposto no porto de trânsito normal para o envio de nossos cafés aos países da Europa Oriental e da Ásia. Não devemos perder o que começamos com grande sacrifício, pois outros países produtores de café já se instalaram naquele porto, para fazer exatamente o que já deveríamos ter feito.

Trieste é para o Brasil o grande entreposto, e posso afirmar, não somente para o café mas também para outros produtos agrícolas ou extrativos, que poderiam ser despachados para aquele porto. Dali ganhariam facilmente os mercados consumidores de todo o mundo, provocando, em consequência, grande aumento da receita cambial.

Outros depósitos deverão ser estudados e instalados, como em Hamburgo e outros centros importantes da comercialização do café. O próprio depósito de Trieste poderá servir a uma grande área da Alemanha, a ele ligada por excelente rede ferroviária. Nossos produtos, principalmente o café, poderão ser levados, por esse meio, a vários países da Europa.

Precisamos dinamizar nossa exportação cafeeira, e se preciso for, monopolizá-la, no interesse do País e para restabelecer a confiança dos consumidores de nosso produto. Temos de evitar a todo o custo, a evasão de nossas divisas. A multiplicidade de ofertas tem reflexos prejudiciais na receita cambial, pois, na verdade, preços oferecidos em concorrência quase sempre exigem o retorno de determinadas importâncias em dólares e o orçamento cambial aparentemente é um, mas na realidade é outro.

Este é o momento das grandes decisões e as teremos de tomar no interesse do País e somente no seu interesse.

Congratulo-me com o Sr. Presidente da República, por ter atendido aos justos reclamos da lavoura cafeeira. Congratulo-me com meus companheiros de luta do Paraná, que defendendo seus legítimos interesses defenderam o interesse de todos os cafeicultores do País.

Ao ilustre presidente do Instituto Brasileiro do Café, Ministro Armando Sérgio Frazão, não faltará a solidariedade dos cafeicultores de todo o Brasil, nas medidas que por certo

tomará em benefício da cafeicultura nacional.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Argenório de Figueiredo.

(Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho.

O SR. SENADOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO, QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do Expediente.

Tem a palavra o Senador Sérgio Marinho, por cessão do nobre Senador Guido Mondim.

O SR. SÉRGIO MARINHO:

(Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente, agradeço a gentileza do Senador Guido Mondim, cedendo-me a sua vez de falar.

Sr. Presidente, os jornais noticiam que estaremos presentes, em Belgrado, através de observadores, a chamada reunião dos neutros.

Não cabe incursionar nos domínios da semântica, para extrair do vocabulário a totalidade de sua significação. Nem, muito menos, fazer a exegese das gradacões correspondentes às atitudes assumidas por alguns Estados, nos dias que estamos vivendo.

Chamem-se neutros ou neutralistas; credenciem-se às regiões de mais alta temperatura do inferno de Dante, ou sigam o propósito de transformação no "n-ésimo". Pais isto é, naquele País cuja presença e atuação não cogitaram nem estadistas nem estrategistas, ninguém pode deixar de levar em conta que esses vários comportamentos, mesmo os de inspiração ideológica ou de tonalidade tática, são respostas aos termos, inenunciáveis, inerentes em que se situam os interesses fundamentais da humanidade de hoje.

A segurança de cada Estado não é uma dádiva; é uma conquista a realizar e a defender, a cada passo. Assim como há uma política decorrente do poder, há também uma política que se inspira na ausência do poder.

As guerras, mesmo admitindo-as como nascidas da realidade contraditória da natureza humana, jamais constituíram um fim em si mesmas; servem a um propósito de política exterior. Foi assim ontem e continua sendo, hoje, nos grandes embates ou nos conflitos locais.

Com a revolução tecnológica, a política exterior das grandes potências se exprime sobretudo no esforço de obter e controlar fontes de matéria-prima, mercados consumidores e rotas marítimas. Assim, as guerras que foram deflagradas, ao longo da era industrial, o foram como instrumentos para a realização daqueles fins.

O que há de tragicamente inédito, nos nossos dias é o assombroso poder de destruição, acumulado por alguns Estados. Certos engenhos de destruição subverteram o conceito físico de distância. Em termos de emissões intercontinentais, os Estados Unidos e a União Soviética convivem, hoje, em paredes meias tanto um como o outro detém o poder de numa arrancada, riscar do mapa cidades inteiras, destruir a quarta parte da humanidade. E o que há de mais trágico ainda é a verificação de que o homem, dotado de tão extraordinário poder de destruição, pode ser arrastado a uma guerra, acidentalmente.

Do ponto de vista do entrelaçamento entre fato e doutrina, há a considerar os movimentos nacionalistas e as realizações imperialistas. Aqueles são impetuosos sociais, de intensidade crescente, que objetivam autonomia de "status"; estes são

Memas de dominação ou de influência, entre os quais distinguem-se o imperialismo remanescente, devilitado pelo anti-colonialismo e o imperialismo crescente, impetuoso, agressivo, que já se espalha por quatro continentes.

Sr. Presidente, pertencemos, sem dúvida, a uma constelação de Estados nos quais nos vinculam múltiplos laços. Temos presente que para todos eles e para cada um é importante saber-se entraremos de futuro a dentro juntos ou separados.

Daí não se ingere que estejamos todos de examinar certos problemas, que, nas suas implicações, transcendem as fronteiras do continente.

A própria O.E.A., a despeito do seu caráter geográfico, perderá eficiência e atualidade se não se esforçar no sentido de extrair dos problemas e dos dissídios continentais, os motivos e as razões de ordem universal que a elas se entrelaçam.

O Brasil, apesar de não ser uma expressão econômico-militar, nem nutrir a veleidade de tornar-se o "n-ésimo" país não está impedido de ter uma política exterior, atenta às grandes transformações e aos grandes anseios, emergentes nas sociedades dos nossos dias.

Já tive ocasião de dizer, numa entrevista recentemente publicada que o Brasil, pelo seu extraordinário crescimento demográfico, pelos seus recursos potenciais e pela sua posição geográfica, é uma das áreas magnéticas do mundo.

Parece-nos uma pre-noção, que os fatos não autorizam, admitir-se que a vida de relação entre os Estados depende necessariamente da uniformidade ou homogeneidade das estruturas políticas e sociais, ali emergentes.

Inclinamo-nos à aceitação de que de vários quadrantes podem partir esforços e sugestões para o estabelecimento de uma ordem internacional a cujo abrigo possa o ser humano desenvolver as grandes potencialidades de que a natureza o dotou.

Partindo destas considerações, Sr. Presidente, emerge o direito que nos assiste de traçar a nossa política exterior, lançando mão daqueles meios que a nossa conveniência ditar. Dentro da mesma ordem de idéias, acho razoável não apenas que nos credenciamos, como observadores, a conclusões como o de Belgrado mas que participemos ativamente dos seus trabalhos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira. (Pausa).

Está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Miguel Couto.

O SR. MIGUEL COUTO:

(Lê o seguinte discurso):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Reaquire gravidade o problema da Tuberculose no Brasil — adverte o próprio Presidente da República o embaixador Sr. Jânio Quadros, em discurso proferido pela "A VOZ DO BRASIL". Meia milhar de brasileiros está atingida de mal. É alarmante a notícia, não felizmente verdadeira.

Sr. Presidente — Desde 1946 quando Presidente da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, durante sete anos consecutivos nos debates, com os meus colegas daquela Comissão entre os quais se destacava o atual Ministro da Saúde, Sr. Catete Pinheiro no combate à Tuberculose na época o maior flagelo da humanidade. Poucas eram as armas eficazes para enfrentar a peste branca.

Na profilaxia contra essa doença, que nos roubava nossa juventude, justamente quando ela devia irradiar saúde e alegria de viver, e representava esperanças da nacionalidade, surgi-

ram, netão, e se agigantaram em sua defesa, o BCG "brasileiro" e a abreu-grafia. Dois sábios brasileiros tornaram-se os beneméritos artífices da profilaxia contra a Tuberculose. Manoel de Abreu, pela sua "roentgenografia", ou melhor pela "abreugrafia", que idealizara e promovera. Fácilmente examinava as coletividades pela moderna radiologia, da maneira rápida, segura e econômica, surpreendendo a Tuberculose inaparente, o processo incipiente do mal, apanhando o doente em fase atípica curável, e providenciava assim a profilaxia do meio contagiante, evitando a propagação da implacável Tuberculose.

O sábio Professor Arlindo de Assis, pioneiro no emprego da vacina Calmett — Guérin no Brasil, conseguiu aperfeiçoá-la e oferecer às futuras gerações o BCG "brasileiro", a melhor arma contra a difusão da Tuberculose, preparando a vacina com a técnica dos seus recentes (14 dias) e doses maiores (nove centigramas). A vacinação repetida, "concorrente", enfrenta e imuniza até os casos de crianças expostas a ambiente fortemente bacilífero, como ficou comprovada na favela da Praia do Pinto. A Organização Mundial da Saúde averiguou e aprovou todos os resultados da eficiência do BCG, via oral, de Arlindo de Assis.

Somando-se depois a salvadora descoberta dos antibióticos específicos contra o bacilo de Koch, cada vez mais apurados e eficazes — "estreptomina e a insonizina" e outras, parecida, com todos esses recursos, estar subjugada a Tuberculose no Brasil. Os doentes se curavam; as formas graves, galopantes, melhoravam e se tornavam crônicas; a mortalidade decrescia dia a dia; a imunização das crianças estava comprovada.

Sr. Presidente — Ao ser chamado pelo inolvidável Presidente Getúlio Vargas para organizar o novo Ministério da Saúde, tendo ao nosso lado como consultor técnico o Professor Arlindo de Assis, nossa principal preocupação foi a de aproveitar todos esses meios de combate ao terrível flagelo oferecendo o máximo de atendimento à Campanha Nacional Contra a Tuberculose: leitos hospitalares, sanatórios, dispensários e os tratamentos esmerçados.

Agora, no momento em que o Presidente da República proclama as bases de um novo programa de combate à tuberculose para o nosso país e reclama a integração na Campanha Nacional contra a Tuberculose de todas as entidades oficiais e privadas que se orientam para o mesmo fim, é da maior oportunidade relembrar a recente atitude da Décima Quarta Assembleia Mundial de Saúde, ao discutir os fundamentos técnicos daqueles combates em todas as nações.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, esta revista da Organização Mundial de Saúde — "Chronique OMS", vol. 15, nº 5 — 6 — Maio — Junho de 1961.

Traça-se, no caso, de uma ponderada troca de idéias entre os representantes mais categorizados de numerosos povos, no sentido de ordenar e disciplinar um planejamento tão eficaz, quanto exequível às realidades práticas, mas, estritamente subordinando aos grandes progressos verificados nos últimos anos nas concepções do tratamento e da prevenção dessa doença.

Partindo judiciosamente da necessidade primária de rejeitar, desde logo, esquemas rígidos e uniformes de trabalho especializado a OMS recomenda com insistência significativa que se saiba aproveitar cada uma das armas de luta de acordo com as condições gerais (tanto as epidemiológicas, quanto as sociais e econômicas) de cada país. Ou, por outra, estabeleça-se, antes de mais nada, uma base nacional de campanha. Realmente é um sábio conselho.

Dentro de tal orientação utilizem-se, então, os recursos modernos da te-

rapêutica e da profilaxia, organizando os centros de ataque de tipo dispensarial, dotados da indispensável atividade para descobrir doentes e separar as pessoas sãs, e aparelhados com a imprescindível mobilidade para atender não apenas, às populações urbanas como também, às áreas rurais.

Ao pessoal médico e auxiliar de tais centros incumbe o rastrear das coletividades, não exclusivamente pela abreu-grafia, mas, ainda com o reconhecimento tuberculínico e com a identificação bacteriológica dos casos suspeitos. Simultaneamente se processa o registro estatístico dos dados de morbidade, a ser completado por meio da obrigatoriedade, das notificações dos clínicos.

Estes mesmos centros dispensariais estão aptos a promover, nos doentes, o tratamento medicamentoso extra-hospitalar, quer ambulatório quer domiciliar, aliviando poderosamente a sobrecarga das internações sanitárias, que são sempre difíceis nos países de economia fraca. Em havendo liberalidade de leitos hospitalares, é aconselhável internarem-se até doentes recém-descobertos;

A OMS dá destaque às medidas de prevenção antituberculosas, para a proteção das pessoas sadias, ressaltando a vacinação BCG, por via oral ou parentérica, mencionando a vantagem da vacinação bucal para as crianças recém-nascidas, de acordo com o método brasileiro de doses elevadas do germe imunizante, do Prof. Arlindo de Assis. Recomenda, igualmente a quimioprofilaxia com isonizida, que pode ser realizada, sobretudo, nas crianças já infectadas, mas, ainda aparentemente sadias.

Completando esta série de medidas de luta, a Décima Quarta Assembleia Mundial de Saúde na devida conta o problema do contágio através da tuberculose dos animais domésticos assim como o papel importante da assistência social geral e o da educação sanitária das populações.

Sr. Presidente:

Todos estes ensinamentos, oriundos da alta autoridade da Organização Mundial de Saúde em seu último pronunciamento, Maio-Junho de 1961, vêm a talhe de foice para reformular a campanha contra a tuberculose que já estava em vias de enfraquecimento progressivo, como era público e notório. Parece-nos que a Campanha Nacional Contra a Tuberculose entrava a padecer de vitalidade executiva e mesmo doutrinária, e, com isto, a desviar-se de sua conveniente diretriz.

Quase exclusivamente reduzida ao âmbito das cidades capitais da República no seu funcionamento efetivo, seus dispensários careciam de dinamismo que lhes é inerente, seus sanatórios se superlotavam com doentes cujo mal, sob a ação dos modernos antibióticos e quimioterápicos, se arrastava muito mais do que antes, e seus laboratórios não correspondiam à massa de trabalho que lhes era exigida.

Quanto à prevenção propriamente dita, a despeito de prevista na Lei nº 187, de 13 de novembro de 1948, que regulava a vacinação oral com BCG em todo o território do Brasil, a Campanha circunscreveu-se a empregar passivamente a vacina de Calmett-Guérin e a remetê-la para os centros de aplicação nos Estados e nos Territórios, sem promover os inquéritos que seriam necessários a adquirir convicção própria dos seus benefícios.

Não é de admirar, portanto, que alguns de seus dirigentes tenham, às vezes, manifestado dúvidas quanto ao valor de uma arma preventiva já hoje reconhecida como de primeira ordem no combate à tuberculose, como acaba de fazer, mais uma vez a Organização Mundial de Saúde endossando a vacinação, inaugurada neste país, pelo Prof. Arlindo de Assis.

A tal respeito, sobram razões de confiança quando se vem a saber que vários países estrangeiros, como a Re-

pública Argentina, o Uruguai, Cuba, espontaneamente se voltam para o exemplo do Brasil em matéria de prevenção com BCG. A Polónia desde 1955, chegou ao ponto de eleger oficialmente e com exclusividade a amostra brasileira de BCG (chamada BCG — Mourou) como fonte de todas as suas vacinações antituberculosas.

Assim, reformulando o planejamento da nova luta contra a peste branca, no qual incluiu a imunização das nossas populações, a oração presidencial timbrou em salientar nesse planejamento um dos seus elementos básicos: a prevenção dos indivíduos sãos. A este respeito dizia o Presidente da OMS, Dr. A. Sauter, da Suíça, falando da vacina BCG: "La valeur de cette méthode préventive est largement reconnue, on lui accorde une place de première importance dans la plupart des programmes anti-tuberculeux".

Sr. Presidente — Incorporando ao meu discurso a oração do Presidente Jânio Quadros, que situou o problema da Tuberculose no Brasil de maneira impressionante mas realística, quero como participante da Campanha Nacional Contra a Tuberculose, solidarizar-me com as providências por S. Exa. anunciadas: "Imunizar nossa população, na sua totalidade, contra o mal" — é uma medida sábia, um imperativo nadiável.

L. Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MIGUEL COUTO — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — O discurso que V. Exa. proferiu representa um alto subsídio à boa vontade com que o Presidente Jânio Quadros vem tratando da questão da tuberculose. Faço os melhores votos no sentido de que S. Exa. procure, na contribuição que V. Exa. hoje apresenta, novo motivo para servir mais uma vez ao Brasil.

O Sr. Miguel Couto — Muito grato à colaboração do nobre Senador Fernandes Távora ao meu discurso.

(Lendo).

Assim, permita-me S. Exa., que tem no atual titular da Saúde, Ministro Catete Pinheiro, um profundo conhecedor do problema, pedir que ordene completa observância da Lei BCG, nº 497, de 13-11-48 que manda promover a vacinação ampla e que, no seu art. 3º, ordena: "Denúncia de dois anos, será pedido o certificado de vacinação BCG, no registro de nascimento, matrícula nos estabelecimentos de ensino, serviços hospitalares, trabalhos coletivos, funcionalismo público e incorporação nas forças armadas. Na falta de sua apresentação será aconselhada ou facilitada a vacinação referida sempre que possível".

Sr. Presidente — Confiante, posso assegurar que a sábia resolução do Presidente da República se promover a reformulação da luta contra a Tuberculose, há de merecer as cêntes das futuras gerações do Brasil, imunes contra o flagelo da Peste Branca. (Muito bem! Muito em Palmas. O orador é cumprimentado).

DISCURSO A QUE SE REFERE O ORADOR

O Discurso do Presidente Jânio Quadros.

É a seguinte a íntegra do discurso pronunciado pelo Presidente Jânio Quadros:

"Reaquire gravidade o problema da tuberculose no Brasil. Em segunda a uma fase de acelerado decréscimo de mortalidade por essa doença os números estacionaram. E, já agora, coloca-se a assustadora evidência de que tendem, novamente a elevar-se.

Meio milhão de brasileiros estão atacados do mal. Dois milhões, expostos ao contágio direto. No entanto, os conhecimentos científicos e os recursos técnicos asseguram a cura da tuberculose e garantem o êxito da ação preventiva. Em outros países, cuida-

se, já, da erradicação definitiva da moléstia.

Impõe-se, entre nos, a imediata mobilização dos meios para a ofensiva redentora.

Não se justifica o regresso, n'essa matéria.

Os órgãos técnicos federais mobilizam-se para a batalha. Serão, de imediato, aplicados os 968 milhões de cruzeiros consignados ao Orçamento deste ano. Novos dispensários vão surgindo no interior do País, prosseguiremos as construções hospitalares interrompidas.

No próximo exercício, a Campanha Nacional Contra a Tuberculose contará com mais 1 bilhão e 600 milhões O serros, que se cometeram, serão corrigidos.

Sei que a tuberculose é doença que encontra estímulos na subalimentação e na pobreza. Colaboram com o terrível bacilo as más condições econômicas e sociais. Mas recursos científicos e técnicos, usados adequadamente, podem salvar a vida às centenas de milhares de brasileiros atingidos por ela e imunizar nossa população, na sua totalidade, contra o mal que a ciência condenou.

Vamos retomar o terreno perdido. Vamos enfrentar a tuberculose com realismo e decisão.

O Governo Federal lança hoje seu Plano de Emergência para a ofensiva total. Conclamamos os Governadores estaduais, os Prefeitos e demais autoridades, médicos, enfermeiros, professores, a apoiarem, com o máximo empenho, a Campanha Nacional Contra a Tuberculose. É uma batalha para a qual convoco a ciência, a técnica e os sentimentos humanitários de quantos possam ou devam dela participar. É uma luta de preservação dos índices de progresso e bem-estar, que já atingimos. É um desafio à capacidade de organizar e mobilizar a ciência brasileira e os recursos orçamentais na salvação de brasileiros e do Brasil.

O SR. LYCIO NAUER:

Tem a palavra o nobre Senador Jarbas Maranhão.

O SR. JARBAS MARANHÃO:

Sr. Presidente, não faz muito tempo, tive a oportunidade de manifestar desta Tribuna, a minha satisfação pela escolha do municipalista Doutor Araújo Cavalcanti para dirigir o Serviço Nacional dos Municípios, diretamente subordinado à Presidência da República.

Venho, hoje, apalancar outra designação, a do nosso confrade José Vitorino de Lima, decano da Bancada de Imprensa do Senado, para o elevado cargo de Assessor Técnico do SENAM, o elemento de ligação entre aquela entidade e o Parlamento.

Não é por ser mais um pernambucano chamado a colaborar na administração pública, em setor de tamanha significação, que estou a falar de meu regozijo, mas é por estar certo de que ele prestará valiosos serviços ao Governo e aos municípios brasileiros ainda mais que recebeu a incumbência de organizar o Serviço de Imprensa do Interior, junto ao aludido órgão, o que há de fazer na obediência dos critérios de seriedade e empenho no trabalho, que sempre o conduziram nas suas lides profissionais.

Sr. Joaquim Parente — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JARBAS MARANHÃO — Com todo o prazer.

O Sr. Joaquim Parente — Desejo regozijar-me também com a indicação do Sr. José Vitorino de Lima para Assessor do Serviço de Assistência aos Municípios. Conheço esse jornalista e sei que muito poderá fazer, notadamente pelos municípios do interior. Com relação ao Piauí, já o novo Assessor teve oportunidade de prestar relevantes serviços aos Prefeitos piani-

enses por ocasião da primeira Reunião de Prefeitos.

O SR. JARBAS MARANHÃO — Agradeço o aparte do nobre Senador Joaquim Parente e também o seu depoimento a respeito da capacidade de José Vitorino de Lima.

O Sr. Novaes Filho — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. JARBAS MARANHÃO — Com muita satisfação.

O Sr. Novaes Filho — Permite-me fazer ligeira interrupção no discurso de V. Exa. para dizer que igualmente me regozijo com essa nomeação, de que estou tendo conhecimento agora, através da palavra autorizada do meu prezado companheiro de Bancada. Conheço as qualidades de competência e de amor ao trabalho do jornalista José Vitorino de Lima e por isso nenhuma dúvida tenho do magnífico rendimento que ele dará às funções para as quais acaba de ser convocado.

O SR. JARBAS MARANHÃO — Sou grato ao aparte do nobre Senador Novaes Filho e a sua opinião, que é valiosa, como observador da personalidade e da ação daquele nosso co-estaduano.

Fundador, Diretor, redator e colaborador de vários jornais no Espírito Santo, no Rio ou em São Paulo; organizador, dirigente ou jornalista de agências de notícias, como a *Press-Continental*, a *Noticiosa Brasileira* e o *Bureau dos jornais do Interior*, hoje agrupado com a Agência Argus nas chamadas *Agências Associadas*, distribuindo noticiários, crônicas e reportagens para 460 jornais do país.

Inspetor escolar, professor de ensino médio em Ginásios e Escolas Normais, membro da Academia Matogrossense de Letras e do Instituto Histórico do mesmo Estado, foi ainda eleito para o Circulo Riograndense de Difusão Literária de Porto Alegre, Academia Espiritosantense dos Novos, publicando, entre outros trabalhos, "Poetas Capichabas" e "Resenha Bibliográfica Filosófica".

Num labor multifforme, já representou os jornalistas credenciados nesta Casa na Conferência Interparlamentar de Istambul, e tem contribuído através de estudos e projetos visando à implantação de indústrias siderúrgicas e usinas termo-elétricas em alguns Estados do Brasil.

O Sr. Saulo Ramos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JARBAS MARANHÃO — Pois não.

O Sr. Saulo Ramos — Quero tão somente me associar à homenagem que V. Exa. presta ao ilustre jornalista José Vitorino de Lima, que tem sido um incansável batalhador pela instalação de uma siderúrgica em Sta. Catarina, batendo-se ainda, sempre com ardor, para solucionar o problema carbonífero do meu Estado. É o ilustre jornalista suplente de Deputado Federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro de Santa Catarina e tem prestado, de modo indiscriminado aos Municípios catarinenses, relevantes serviços. Creio que agora, como assessor do SENAM os mesmos benefícios, serão prestados de modo equânime, a todos os Municípios brasileiros, pois se trata de um órgão que tem na direção um ilustre técnico, eminente brasileiro e homem público, como o Dr. Araújo Cavalcanti. Assim, nobre Senador Jarbas Maranhão associe-me à homenagem que V. Exa. presta ao ilustre jornalista José Vitorino de Lima.

O Sr. Lobão da Silveira — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JARBAS MARANHÃO — Muito obrigado ao nobre Senador Saulo Ramos, pelo testemunho que dá sobre a colaboração de José Vitorino de Lima, também no campo econômico, em favor dos interesses do País.

Havia-me referido à sua contribuição mediante projetos e estudos, para

a implantação de indústrias siderúrgicas e usinas termo-elétricas em alguns Estados do Brasil, entre os quais se encontra o de Santa Catarina, que o nobre Senador Saulo Ramos tão brilhantemente representa. Poderia acrescentar, que esses mesmos estudos foram destinados ainda pelo jornalista José Vitorino de Lima, aos Estados do Espírito Santo, Paraná e Rio Grande do Sul, numa larga operação.

Ouçó, agora, com muita honra, o aparte do nobre Senador Lobão da Silveira.

O Sr. Lobão da Silveira — Conheço a capacidade de ação do jornalista José Vitorino de Lima. Sei-o homem inteiramente ligado aos problemas dos Municípios e do interior do Brasil. Prestará inegavelmente, grandes serviços ao Serviço Nacional dos Municípios. Associe-me às homenagens que V. Exa., nesta oportunidade presta a S. S.

O SR. JARBAS MARANHÃO — Agradeço o aparte e a declaração de V. Exa.

Sr. Presidente, continuo as minhas considerações.

Assessor Legislativo da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e bem assim da Confederação Nacional da Indústria, como não poderia deixar de ser, há também desenvolvido ação política, sendo atualmente suplente de Deputado Federal pela legenda do PTB de Santa Catarina.

Estão, assim, as relevantes funções de assessoria técnica do SENAM e o seu entrosamento com o Congresso, confiadas a um cidadão cuja simplicidade e modestia, não são capazes de esconder os méritos de seu valor pessoal, do equilíbrio e compreensão que ressaltam de seu comprometimento, numa atividade mental e pública de amplo tirocínio.

Era o que, Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejava dizer, no momento, de José Vitorino de Lima em seu novo posto, anexando a este ligeiro registro, para publicação, o seu *Curriculum Vitae*, que passo a ler:

José Vitorino de Lima, natural do Estado de Pernambuco, iniciou seus estudos no Ginásio de Caruaru, continuando no Seminário de Olinda, diplomando-se pela Academia de Comércio de Vitória — Estado do Espírito Santo. Casado e residente nesta Capital.

1928 — Redator do jornal "A Gazeta" de Vitória — Estado do Espírito Santo.

1929 — Eleito pelos estudantes de Vitória o aluno mais aplicado do Estado do Espírito Santo, em concurso patrocinado pela "A Gazeta" conquistando o 1º lugar.

1929 — Colaborador da revista "Vida Capichaba" e "Diário da Manhã", de Vitória e "Correio da Manhã" e "Fon-Fon" do Rio de Janeiro.

1930 — Como líder estudantil tomou parte da Revolução de 30, comissionado no posto de 1º Tenente, ao lado dos ontem tenentes e hoje Generais Carlos Marciano de Medeiros, Wolmar Carneiro da Cunha e Milton Pio Borges.

1931 — Diretor do "Correio de Muqui", Muqui, Espírito Santo.

1931 — Nomeado Fiscal de Renda do Estado do Espírito Santo.

1932 — Nomeado, interinamente, Inspetor Escolar do Estado do Espírito Santo.

1932 — Coletor Estadual Interino.

1933 — Nomeado Professor do Ginásio e Escola Normal de Muqui, Espírito Santo.

1933 — Publica o seu 1º livro: *Poetas Capichaba*.

1934 — Publica a novela *Comadres Perigosas*.

1935 — Redator de vários jornais do Rio e São Paulo junto ao Senado Federal.

1936 — Eleito para a Academia Matogrossense de Letras, Circulo Rio-

grandense de Difusão Literária de Porto Alegre e Academia Espiritosantense dos Novos.

1937 — Representante do Estado de Mato Grosso junto ao Departamento de Imprensa e Propaganda.

1937 — Eleito para o Instituto Histórico de Mato Grosso e seu representante junto ao 1º Congresso Contra o Analfabetismo.

1938 — Representante da Academia Matogrossense de Letras junto ao Congresso das Academias de Letras.

1939 — Eleito membro, secretário e Redator do 4º Congresso da Brasilidade, tendo sido o Orador Oficial da "Unidade Americana" e Relator da "Unidade Patriótica", e da "Unidade Nacional".

1940 — Nomeado para o IAPC senão, até hoje, Fiscal dessa entidade.

1940 — Professor dos Ginásios Ipiranga e Vieira e Instituto Guanabara, do Rio de Janeiro.

1941 — Publicou *Resenha Bibliográfica Filosófica*.

1942 — Redator-Chefe do "Correio do Brasil" e Redator da Agência Nacional e da "Gazeta de Notícias".

1944 — Do Gabinete político do Marechal Dutra.

1948 — Chefe do Serviço de Imprensa da Presidência da República, no Governo do Marechal Eurico Dutra.

1949 — Diretor-Superintendente da "Gazeta de Notícias".

1950 — Funda a Agência Noticiosa Brasileira e o Bureau dos Jornais do Interior, com distribuição de noticiário, crônicas e reportagens para 400 jornais de todo o Brasil, em pleno funcionamento.

1951 — Redator-Chefe da Agência "Press-Continental" e Redator do "Rio Ilustrado", fundando, ainda a Agência "Rio Publicidade", com outros jornalistas e publicitários.

1951 — Designado pelo Senado Federal membro da Delegação do Brasil à Conferência Interparlamentar de Istambul, na Turquia, representando os jornalistas credenciados no Senado Federal.

1951 — Visitou 17 países da Europa e Oriente, como Observador da Comissão de Legislação Social do Senado Federal, após a Conferência da Turquia.

1952 — Diretor do "Correio Suburbano", Rio de Janeiro.

1952 — Nomeado assessor legislativo da Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, cargo que exerce até o momento.

1953 — Diretor da Agência Argus e em convênio com o Bureau dos Jornais do Interior é organizada nova entidade — "Agências Associadas", onde exerce o cargo de Diretor.

1957 — Nomeado Assessor Legislativo da Confederação Nacional da Indústria, cargo que exerce até hoje, cumulativamente, para São Paulo e todo o Brasil.

1958 — Diretor das Indústrias Químicas Brilhamais, até o momento.

Nota: Foi o autor dos projetos referentes à implantação da indústria siderúrgica no Estado do Espírito Santo e Santa Catarina e a termoelétrica em Santa Catarina.

1958 — É eleito Suplente de Deputado Federal pela legenda do PTB de Santa Catarina.

1959 — Está redigindo projeto para a implantação de três usinas termoelétricas em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul e estuda a construção de mais duas usinas siderúrgicas no Paraná e Rio Grande do Sul.

Nota: "Cidadão Honorário das Cidades de Vitória, Estado do Espírito Santo e Laguna, Santa Catarina. Agraciado, no grau de Comendador, pela Ordem de São Bernardo. Patrono da Rua Jornalista José Vitorino de Lima, em Laguna, Santa Catarina. Foi Secretário e Vice-Presi-

lente do Comitê de Imprensa do Senado Federal, de 1952 a 1957. Condecorado pela Cruz Vermelha Brasileira pelos grandes serviços prestados àquela entidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *(Muito bem! Muito bem. Palmas).*

Durante o discurso do Sr. Sérgio Marinho, o Sr. Novaes Filho deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Gilberto Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

(Sobre a Mesa, requerimento que vai ser lido.)

E' lido o seguinte:

Requerimento Nº 334, de 1961

Nos termos do art. 330, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1961, que assegura aos Taifeiros da Marinha e Aeronáutica acesso à graduação da Sub-oficial.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1961.

Jarbas Marinho — Nelson Maculan — Mathias Olympio.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento que acaba de ser lido será submetido a votação, no final na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a Mesa, projetos de resolução, que vão ser lidos.

São lidos os seguintes:

Projeto de Resolução Nº 41, de 1961

Aposenta Irene de Macedo Ludolf, Oficial Legislativo, PL-4, no Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º — E' aposentada, de acordo com o art. 191, item I, da Constituição Federal, combinado com o art. 341, item II da Resolução nº 6, de 1960, a Oficial Legislativo, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Irene de Macedo Ludolf.

Art. 2º — Fica extinto no Quadro Anexo, criado pela Resolução nº 23, de 1961, o cargo a que se refere a presente Resolução.

Justificação

O presente projeto visa a aposentar Irene de Macedo Ludolf por invalidez, tendo em vista o laudo de Serviço de Biometria Médica, do Ministério da Saúde, baseado no art. 1º, item III, da Lei nº 1.711, de 28.10.1952. O art. 341, item III, da Resolução nº 6, de 1960, é uma transcrição fiel do artigo invocado.

Legislação citada

Constituição Federal

Art. 191. — O funcionário será aposentado:

I — por invalidez;

Resolução nº 6, de 1960.

Art. 341 — O funcionário será aposentado com vencimento integral:

III — Quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, cardiopatia grave e outras que a lei indicar com base de conclusões da medicina especializada.

Sala das Sessões em 18 de agosto de 1961.

Auro Moura Andrade — Gilberto Marinho — Novaes Filho — Mathias Olympio e Guido Mondin.

Projeto de Resolução Nº 42, de 1961

Concede aposentadoria a Odete Lopes de Almeida, Enfermeira, no Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. — E' aposentada, de acordo com o art. 191, § 1º da Cons-

tituição Federal, combinado com o art. 345, item III, da Resolução nº 6, de 1960, a Enfermeira, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Odete Lopes de Almeida.

Justificação

A funcionária acima referida conta mais de 35 anos de serviço público, fazendo jus, portanto, à aposentadoria proposta nos termos da presente proposição.

Assim, damos como justificado o mesmo projeto.

Legislação Citada

Constituição Federal.

Art. 191. O funcionário será aposentado:

§ 1º Será aposentado, se o requerer, o funcionário que contar 35 anos de serviço.

Resolução nº 6, de 1960.

Art. 345. O funcionário que contar 35 anos de serviço será aposentado:

II — Com provento aumentado de 20 (vinte por cento), quando ocupante da última classe da respectiva carreira, desde que não tenha acesso privativo a outro cargo.

III — Com a vantagem do inciso II, quando ocupante de cargo isolado se tiver permanecido no mesmo durante três anos, desde que não tenha acesso privativo a outro cargo.

Sala das Sessões, em 18 de agosto de 1961 — Auro Moura Andrade, Gilberto Marinho — Novaes Filho — Mathias Olympio — Guido Mondin.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 160, DE 1959

(Nº 1.882-B, de 1956, na Câmara dos Deputados)

Extingue a Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' extinta a Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca, criada pelo Decreto-lei, nº 5.531, de 4 de dezembro de 1942, alterado pelo de nº 5.426, de 27 de abril de 1943, e substituído pelo de nº 5.531, de 28 de maio de 1943.

Art. 2º O Poder Executivo designará uma comissão especial, integrada de preferência por funcionários do Ministério da Agricultura, para proceder ao levantamento do ativo e passivo, ao inventário do patrimônio e à liquidação dos compromissos daquele órgão.

Art. 3º A comissão a ser designada entrará em entendimento com as autoridades competentes dos Estados do Rio de Janeiro e Maranhão e o Banco do Brasil S. A. quanto às refinarias ali instaladas mediante financiamento deste, e apresentará relatório circunstanciado ao Ministro da Agricultura, sugerindo as providências que julgar cabíveis, inclusive sobre o pagamento do débito da Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca em relação àquele estabelecimento bancário.

Art. 4º Os bens de propriedade da Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca, qualquer que seja a sua natureza depois de devidamente arrolados e avaliados, serão transferidos para a Divisão de Fomento da Produção Vegetal do Ministério da Agricultura, que estudará a maneira mais adequada para o seu aproveitamento.

Art. 5º Os atuais extraterrenários da Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca, amparados pelo art. 1º da Lei nº 2.24, de 9 de agosto de 1954, passam a integrar funções extintas, quando vacarem, em tabela numérica de mensalista, parte suplementar do Ministério da Agricultura.

Art. 6º A partir da data da publicação dessa lei, cessará a cobrança da taxa sobre a venda dos produtos derivados da mandioca, criada pelo

Decreto-lei nº 5.531, de 28 de maio de 1943, alterado pelo de nº 8.811, de 24 de fevereiro de 1946.

Art. 7º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) para pagamento dos salários atrasados dos quatro zeladores das destilarias existentes.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

Os projetos que acabam de ser lidos após serem publicados em avulsos, serão incluídos em pauta.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 160, de 1959 (número 1.882, de 1956, na Câmara), que extingue a Comissão Executiva dos Produtos da Mandioca, tendo pareceres sob nºs. 465 a 468, de 1961, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável; de Economia, favorável; de Serviço Público Civil, favorável; com a emenda que oferece: de Finanças, favorável ao projeto e a emenda.

Em discussão o projeto com a emenda.

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa).

Aprovado.

E' o seguinte:

O SR. PRESIDENTE:

Em votação a emenda da Comissão do Serviço Público Civil.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados.

(Pausa).

Aprovada.

E' a seguinte

EMENDA Nº-OSPC

Dê-se ao art. 5º do Projeto a seguinte redação:

"Art. 5º As funções de extraterrenários da Comissão Executiva de Produtos da Mandioca passam, com seus ocupantes, a integrar a Parte Suplementar do Quadro do Pessoal do Ministério da Agricultura, nos termos da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e serão extintas a medida que vagarem".

O SR. PRESIDENTE:

A matéria vai à Comissão de Redação.

Esgotada a matéria da ordem do dia.

Em votação o Requerimento nº 334, anteriormente lido, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1961.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa).

Aprovado.

A proposição a que se refere o requerimento será incluída na ordem do dia da terceira sessão ordinária que se seguir a presente.

Há oradores inscritos para esta oportunidade.

Tem a palavra o nobre Senador Saulo Ramos.

O SR. SAULO RAMOS:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, pronunciarei apenas algumas palavras para atender solicitação de trabalhadores do Estado de Santa Catarina que prestam serviços ao Ministério da Agricultura.

Funcionários da extinta Verba 3, daquele Ministério, não recebem seus vencimentos desde maio do corrente ano. A Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional só lhes paga a diferença referente ao Plano de Classificação e à

Lei da Paridade. Nos demais Estados o pessoal da Verba 3 recebe normalmente.

entre o Ministério da Agricultura e o Sr. Presidente, existe um acordo com o Governo catarinense, pelo que estou informado, o Ministro Romeiro Cabral Costa, desde que assumiu aquela Pasta, tem procurado, por todos os meios, cumprir tal acordo.

Não obstante, tendo em vista o apelo que me foi dirigido, solicito de S. Exª o resame da matéria a fim de que sejam atendidos os trabalhadores da "Verbo 3", do Ministério da Agricultura no Estado de Santa Catarina. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Jarbas Maranhão.

O SR. JARBAS MARANHÃO:

(Não foi revisto pelo orador) — S. Presidente e Srs. Senadores, sa bem tenha a Comissão de Serviço Público Civil, que é, no caso, a Comissão de mérito, aprovado nosso Parecer e haja o Plenário sancionando o nosso Requerimento de urgência para o Projeto nº 31, de 1961, desejo dizer, a seu respeito, ainda algumas palavras desta tribuna. E' o meio ou a forma mais prática e rápida de responder a inúmeras mensagens que me foram dirigidas com referência àquela proposição por servidores.

E' que o Projeto tem um sentido humano, pois visa dispensar de exame médico periódico funcionários aposentados que contem sessenta anos de idade ou trinta anos de serviço, inclusive o período de inatividade.

O Sr. Gilberto Marinho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JARBAS MARANHÃO — Com muito prazer.

O Sr. Gilberto Marinho — Quero, desde logo, dizer que dei o meu apoio ao Requerimento de urgência formulado por V. Exª, com a propriedade e a adequação com que sempre age nesta Casa, porque tenho também não só a convicção da justiça da Proposição, mas também para atender, como V. Exª, ainda há pouco, afirmou, a dezenas e mesmo centenas de apelos de servidores militares nesta condição. Tendo a maioria desses servidores sede na Capital do Estado da Guanabara, dali tenho recebido, diariamente, numerosas mensagens manifestando a esperança de que o Senado Federal, mais uma vez, atente para a situação em que se encontram os servidores de condições mais modestas. Esperam, assim, encontrar nesta Casa o mesmo acolhimento que a Câmara dos Deputados, no seu alto entendimento, resolveu dar às suas justas e instantes reivindicações. V. Exª, age, mais uma vez, acertadamente e conta com o meu integral apoio.

O SR. JARBAS MARANHÃO — Agradeço o apoio do nobre Senador Gilberto Marinho, apoio dos mais categorizados desta Casa, por ser S. Exª um vigilante defensor das causas justas pleiteadas ao Congresso pelos servidores militares e civis.

Sr. Presidente, o Projeto, que é de autoria do nobre Deputado Gurgel de Amaral, manda dispensar da inspeção médica periódica de que cogita o Art. 2º, da Lei nº 1.050, de 3 de janeiro de 1950, os funcionários aposentados que contem sessenta anos de idade ou mais de trinta anos de serviço, incluindo o período de inatividade. A Lei que acabou de votar reajustou os proventos de inatividade dos servidores públicos civis e militares atacados de moléstia grave, contagiosa ou incurável ou invalidados em consequência de acidente ocorrido no serviço, ou de doença adquirida no desempenho da profissão.

E no seu Art. 2º, focalizado pelo Projeto, estabeleceu a inspeção médica periódica de dois em dois anos, tendo em vista a possibilidade de reversão à atividade pela cessação dos motivos que deram causa ao afastamento.

mento que deram causa à aposentadoria.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocorre, porém, que o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, a Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e o Decreto nº 32.101, de 16 de janeiro de 1953, que regulamentou os Arts. 68 e 69 do Estatuto, ambos posteriores à Lei 1.050, nos dispositivos relativos à reversão, ou reingresso no serviço público do servidor aposentado, quando naturalmente insubsistentes os motivos da aposentadoria, determinou no parágrafo único do Artigo 19, *ipsis literis*:

"Parágrafo único. Para que a reversão possa efetivar-se, é necessário que o aposentado:

- a) não haja completado sessenta (60) anos de idade;
- b) não conte mais de trinta (30) anos de tempo de serviço, incluído o período de inatividade;
- c) seja julgado apto em inspeção de saúde;

d) tenha seu reingresso considerado como de interesse do serviço público, a critério da administração".

Como se vê, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não pode em hipótese alguma, a não ser que fosse ferida a Lei, não pode, em hipótese alguma, portanto, o servidor aposentado, mesmo considerado apto mediante inspeção de saúde, reverter aos quadros da atividade desde que já conte sessenta anos de idade ou trinta anos de serviço.

Então, Sr. Presidente, a medida determinada no Art. 2º da Lei nº 1.050, de janeiro de 1950, é, em parte, absolutamente inocua. É uma medida superada, e que deve ser realmente expungida de nossa legislação de pessoal.

O projeto é assim procedente, conveniente, necessário, pois visa evitar um transtorno, um sacrifício inútil para o servidor aposentado naquelas condições. E ainda tem uma virtude — a de amenizar da sobrecarga de trabalho os serviços encarregados desse mister.

Greio ter traduzido de maneira sumária e tanto quanto possível clara, os objetivos desse Projeto que é de uma grande simplicidade e capaz de despertar a simpatia humana e a compreensão dos Senhores Senadores. Usei da palavra, como disse de início, não para esclarecer o Plenário, que já havia aprovado o nosso requerimento de urgência, e os membros das Comissões técnicas, sobretudo os da Comissão de Serviço Público Civil que aprovaram o nosso parecer. Usei da palavra para deixar claro um depoimento de nosso interesse pela proposição apresentada pelo ilustre Deputado, representante do Estado da Guanabara, o Sr. Gurgel do Amaral, e para responder mais rapidamente aos servidores que se dirigiram ao modesto Senador por Pernambuco, que ora ocupa a tribuna, pedindo seu apoio e empenho na aprovação desta iniciativa.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a segunda-feira próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão do dia 21 de agosto de 1961

1

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 74, de 1959 (nº 325, de 1959, na Casa de origem) que dispõe sobre a correção do valor original dos bens do ativo das empresas de energia elétrica e das outras providências em regime de urgência, nos termos do art. 330, letra c, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 328, de 1961, aprovado na sessão de 16 de maio em curso), dependendo de pronunciamento das Comissões: de Economia e de Finanças

2

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1961 (nº 439, de 1959, na Casa de origem) que dispensa de inspeção médica periódica os funcionários públicos aposentados que contem sessenta anos de idade ou mais de 30 anos de serviço em regime de urgência, nos termos do art. 330, letra c, do Regimento Interno, em virtude do Requerimento nº 329, de 1961, aprovado na sessão de 16 de maio em curso), dependendo de pronunciamento das Comissões de Serviço Público Civil e de Legislação Social.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas e 50 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JOSE MAYNARD NA SESSÃO DE 4 DE AGOSTO DE 1961, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES.

O SR. JORGE MAYNARD:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, nesta oportunidade, apresento a V. Exª e ao Senado o Relatório elaborado pela Comissão de Estudos dos Problemas das Secas do Nordeste, desta Casa, que visitou recentemente os Estados Unidos da América, a convite do Departamento de Estado.

PREAMBULO

A Comissão Especial de Estudos dos Problemas das Secas do Nordeste, do Senado Federal, foi constituída, em 4 de abril do corrente ano com o convite do Departamento de Estado Norte-Americano para visitar os Estados Unidos da América, convite esse transmitido a esta Casa por intermédio do Senhor John Moors Cabot, Embaixador daquele país no Brasil.

O convite foi lido, para conhecimento do Senado e publicado no "Diário do Congresso" de 6 do mesmo mês. Naquela data, o Senhor Presidente Moura Andrade, ao mesmo tempo que comunicava ao Plenário ter agradecido e aceito o convite em nome da Comissão das Secas, designava os Senadores Reginaldo Fernandes, Presidente, Rui Carneiro — Vice-Presidente, Francisco Gallotti, Fausto Cabral e Jorge Maynard — Relator, integrantes da Comissão, para empreender a viagem.

Para secretariar a Comissão foi designado o Senhor Micio dos Santos Andrade, destacado funcionário do Senado.

Após os necessários entendimentos com o Senhor Embaixador Cabot, com o Senhor Philip Raine, Conselheiro Político; com o Primeiro Secretário Senhor Delgado Arias e com o Adido Cultural Senhor Abol Botowhi, ficou estabelecida a data de 8 de junho para a partida do Rio de Janeiro.

Naquele mesmo dia 8, o Senhor Embaixador ofereceu um almoço à Comissão o qual se realizou na sede da Embaixada, à Rua São Clemente Rio. A essa reunião, compareceram o Ministro Niles W. Bond, Encarregado de Negócios da Embaixada, e que substituiu o Embaixador Cabot, ausente do nosso país, naquela ocasião; os Senadores homenageados: o Embaixador Maurício Nabuco; Ministro Carlos Silvestre de Ouro Preto; membros destacados da colônia norte-americana e altos funcionários da Embaixada. Na oportunidade e em rápidas palavras, o Ministro Niles Bond saudou a Comissão, alentando a amizade brasileiro-norte-americana e destacando o interesse do Departamento de Estado no sentido de estreitar cada vez mais os laços que unem as duas grandes Nações. Em nome da Comissão, proferi eu palavras de agradecimento à homenagem de que fomos alvo.

Viajando pelo Boeing 707 da Braniff Internacional Airways, com escalas em Campinas, Lima e Panamá, alcançamos a cidade de Miami (Flórida), donde, no dia seguinte, partimos para Washington D. C., em avião D.C. 7, da National Airlines.

Em Miami, tivemos a gentil assistência da Senhora Etta Nicoletti do Departamento de Estado.

Esperavam-nos no Aeroporto Nacional de Washington o Dr. Carlos Alfredo Bernardes, Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil, que estava acumulando as funções de Embaixador; funcionários outros da Embaixada Brasileira e do Departamento de Estado.

Já no dia seguinte realizamos uma reunião com o Senhor James Hancock e com a Senhora Bird a fim de tomarmos conhecimento do programa a ser cumprido e trocarmos impressões a respeito do mesmo. Nessa oportunidade fomos informados de que esse programa havia sido elaborado pelo "American Council on Education", entidade particular especializada, à qual o Departamento de Estado confiou tal tarefa, cabendo-lhe também a adoção das providências necessárias ao cumprimento de tudo aquilo que estava planejado.

O bem elaborado programa foi patrocinado pelo Senhor Secretário de Estado, Dean Rusk pelo Sr. Philip H. Coombs, Secretário — Assistente para Assuntos Culturais e Educacionais; pelo Senhor R. Gordon Arneson, Diretor do Departamento de Intercâmbio Cultural e pelos Senhores Elliot Taylor e Frederick D. Burd, Peritos e Assuntos da América Latina. Da parte da "American Council on Education" funcionaram o seu Diretor, Dr. Frederick R. Mangold, e o Senhor James J. Hancock, orientador. Por parte do Departamento de Estado fomos assistidos pela Senhora Bird, em Washington e, durante toda a viagem, pelos Senhores Cônsul John B. Perkey e Neil Seidenman, intérprete.

Inicialmente esclareceram-nos que programas desta natureza foram instituídos pelo Congresso Norte-Americano com o fim de "promover" a melhor compreensão dos Estados Unidos nos outros países e para aprofundar o conhecimento mútuo entre os norte-americanos e os povos das outras nações.

Informaram, ainda que o programa proporcionaria aos visitantes meios de observação dos vários aspectos da vida norte-americana e o estudo do combate à seca e utilização da água nos Estados Unidos.

Feita esta parte do relatório, como introdução, passamos a expor com os possíveis detalhes, tudo aquilo que nos foi dado observar na proveitosa viagem empreendida ao grande país amigo. A proximidade da exposição reflete o desejo de transmitir-mos ao conhecimento do Senado Federal tudo aquilo que tivemos a oportunidade de observar, na esperança de que os Senhores Senadores encontrem muita coisa de útil. Todos os itens do programa oficial estão mencionados neste relatório.

I — WASHINGTON, D. C.

(10 a 15 de junho)

1 — Cemitério Nacional de Arlington — A primeira solenidade a que participamos teve lugar no Cemitério de Arlington, onde o Presidente da Comissão, Senador Reginaldo Fernandes, colocou uma coroa de flores no túmulo do Soldado Desconhecido. Recebidos no local pelo Coronel Lee, todos nós tomamos parte na tocante cerimônia em homenagem aos mortos da 1ª e 2ª Guerras Mundiais e da Guerra da Coreia. Terminada a solenidade, o Senador Reginaldo, em nome da Comissão

são, proferiu lígeiras palavras alusivas ao ato.

2 — Conselho Municipal do Distrito de Colúmbia — Em visita ao Comissariado do Distrito de Colúmbia, ali fomos recebidos pelo Sr. T. K. Fullerton, um dos três Comissários que governam a cidade de Washington. J. Eva, em ligeira alocução, deu as boas vindas à nossa delegação e ofereceu uma chave simbólica da Capital, demorando-se depois em palestra com os visitantes. Por delegação dos colegas, agradeceu a lembrança e a amável acolhida que nos dispensou.

3 — Almoo oferecido pelo "American Council on Education" — Realizado no Restaurante Pierre, o agradecimento à saudação foi feito pelo Senador Rui Carneiro.

4 — Banco Interamericano de Desenvolvimento — Visitando esse estabelecimento, fomos recebidos pelo Sr. Cleantho de Paiva Leite, um dos seus Diretores-Executivos o qual discorreu sobre as finalidades do Banco, criado de conformidade com o Convênio Constitutivo, aberto à subscrição dos países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1959. O BID que é uma instituição internacional de caráter público, foi criado com a finalidade de acelerar o processo de crescimento econômico das nações latino-americanas.

Referindo-se às atividades do Banco, explicou-nos o Sr. Cleantho que está se processando no momento um empréstimo de 10 milhões de dólares ao Brasil, para aplicação no Nordeste; para isso, já estava pronta a respectiva minuta, a qual seria enviada ao Banco do Nordeste, através do qual se faria o empréstimo. A importância deverá ser aplicada num plano de obras de caráter prioritário, de sentido reprodutivo compreendendo as diversas unidades do Nordeste, sem discriminações de qualquer espécie.

O Sr. Sérgio Marinho — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JORGE MAYNARD — Com todo o prazer.

O Sr. Sérgio Marinho — Se não me engano esse empréstimo cuja negociação se iniciou nessa época, já chegou à conclusão. Alguns jornais de ontem que o Governo havia assinado ou estava para assinar o contrato.

O SR. JORGE MAYNARD — Exatamente. Naquela ocasião, o Dr. Cleantho de Paiva Leite nos mostrou a minuta do contrato aprovado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e que seria submetida ao Governo brasileiro. Portanto, os termos dessa minuta já devem ter sido aprovados e ontem — se não me engano — foi o contrato assinado.

5 — Plano "Alimentos para a Paz" — Consta do nosso programa, uma visita ao Sr. George F. McGovern, Diretor do Plano "Alimentos para a Paz", durante a qual S. S. faria uma exposição sobre o plano lançado pelo Presidente John Kennedy no seu discurso de posse, em 20 de janeiro do corrente ano.

Proponho-me, nessa oportunidade, a dar explicações ligeiras a respeito deste Plano, conforme foi explicado pelo Dr. McGovern, que é o diretor.

Dizia o Presidente Kennedy na Mensagem de 30 daquele mês em que tomou posse da Presidência dos Estados Unidos da América do Norte:

"O Governo está ampliando o seu novo Plano de Alimentos para a Paz, de todas as maneiras possíveis. O produto da nossa abundância será mais eficazmente empregado para aliviar a fome e ajudar o desenvolvimento econômico em todos os recantos do globo".

Segundo esclareceu o Sr. McGovern, a produção agrícola norte-americana atinge índices recordes e estes no mundo, a ponto de um único

trabalhador rural produzir alimentos suficientes para 25 pessoas, desta forma — toda a população dos Estados Unidos está bem abastecida de gêneros, havendo ainda enormes excedentes que estão armazenados por todo o país. São estes excedentes que se propõe distribuir pelos países de-les necessitados, mediante condições previstas no plano "Alimento para a Paz". Das exportações globais de alimentos e tecidos dos Estados Unidos, são reservados 30% para atender ao plano, dos quais 24% se destinam à venda, mediante pagamento em moeda nacional do país adquirente; 4% se destinam a doações e 2% às trocas. Assim é que, em 1960, o total da exportação atingiu a cifra de 4,8 bilhões de dólares, tendo sido reservados 1470 bilhões para o citado fim. Disse mais o Senhor Mc Govern que, tradicionalmente, os países que precisam importar alimentos têm de adquiri-los no mercado internacional, pagando-os em dólares ou na moeda do país vendedor, o que traz geralmente sérias dificuldades aos países de fraca economia; pelo Plano Alimentos para a Paz, o pagamento poderá ser feito em moeda nacional. Demorou-se ainda o Senhor Mc Govern em outros esclarecimentos, terminando por solicitar a nossa opinião a respeito. Dando-lhe a nossa impressão de representantes de Estados Nordestinos, esclarecemos que, no nosso entender, a situação do Nordeste Brasileiro não pode ser considerada de permanente crise de alimentos. Somente nas calamitosas secas é que o regime alimentar cai a condições muito precárias. A presença de grandes quantidades de alimentos vindos de fora em certas épocas, a par de determinados benefícios que traria, também acarretaria certos problemas que merecem a atenção, como sejam: a possível desencorajamento da produção local e a concorrência que se estabelecerá; o modo de distribuição dos gêneros; o perecimento desses gêneros em virtude da falta de armazéns adequados à estocagem; as dificuldades tarifárias e alfandegárias; as dificuldades de transporte etc. Mereceu destaque a troca de idéias sobre a merenda escolar. Naquela oportunidade, sugerimos e salientamos a conveniência da presença do Sr. Celso Furtado, Superintendente da SUDENE, nos Estados Unidos, a fim de debater tão importante problema não somente porque reconhecemos a importância do Plano Alimentos para a Paz, como também por estar aquela autoridade a par da condições gerais do Nordeste e, portanto, em condições de bem estudar as vantagens e inconvenientes da solicitação. O referido Plano. Também outros órgãos da administração pública brasileira deveriam ser ouvidos a respeito.

6 — Recepção na Embaixada do Brasil — A noite do nosso primeiro dia de atividades em Washington, o Dr. Carlos Alfredo Bernardes, Ministro Conselheiro e Encarregado de Negócios, ofereceu uma recepção em honra da Delegação, na sede da Embaixada Brasileira, à qual compareceram numerosas destacadas figuras de um oficial norte-americano e personalidades brasileiras.

7 — Departamento do Interior — Serviço de Recuperação — Visitamos esse importante setor da administração pública federal, onde fomos recebidos pelo Comissário Sr. Floyd E. Dornin, o qual fez um relato dos trabalhos empreendidos pelo Serviço de Recuperação. Explicou que a sua Repartição desenvolve atividades em 17 Estados da Federação, situados todos no Oeste dos Estados Unidos. Na sua palestra, deu-nos a conhecer fatos interessantes.

Quando os primeiros povoadores penetraram no Oeste, encontraram uma terra imensa formada de colinas onduladas, de desertos arenosos, de planícies salgadas e também de altas montanhas. Tudo isto possuía uma característica comum, dramática — a secura, a aridez. Na maior parte daquela imensa região, as chuvas sempre foram escasas ou irregulares. Cedo, os colonizadores compreenderam que, para ali se fixarem e plantarem qualquer coisa, necessário seria irrigar a terra, utilizando as águas dos intermitentes rios e lagos; mas estes tinham descarga muito irregular, abundante na estação do degelo ou das chuvas, e nula ou quase nula nas outras estações do ano. Tiveram, então, de construir barragens para a acumulação da água. No começo deste século porém, os estadistas compreenderam que o problema do armazenamento de água e sua distribuição era demasiado grande e complexo para ser resolvido, apenas com recursos particulares. Por esta razão era que grandes áreas permaneciam atrasadas, sem aproveitamento, incapazes de acompanhar o fabuloso desenvolvimento da Nação. Então, o Congresso votou em 1902, o "Reclamation Act", o qual foi sancionado pelo então Presidente Theodore Roosevelt, e pelo qual o Governo Federal era autorizado a desenvolver e conservar os recursos de água no Oeste Norte-Americano. E assim tem sido feito desde então. A medida que o Oeste se desenvolvia, maiores eram as necessidades de água e mais arrojadas obras eram executadas. Nos tempos modernos, não era mais possível ficarem os trabalhos limitados a simples barragens e canais de irrigação; hoje, os projetos necessariamente abrangem propósitos múltiplos, como sejam: proteção ao solo, acumulação de água, irrigação, produção de energia, abastecimento público, navegação, controle das enchentes, proteção contra o assoreamento dos lagos, artificiais recreação, criação de peixes, proteção à flora e à fauna, etc. A água, um dos maiores bens da natureza está sendo transportada a distâncias cada vez maiores; em alguns casos, como no Vale Central da Califórnia, cujos trabalhos estão adiantados, a água é transportada a 800 quilômetros de distância.

O Senhor Sérgio Marinho — Permite V. Exa. outro aparte, apenas para me esclarecer? O transporte de água que V. Exa. acaba de referir alcançando uma distância de cerca de 800 km é feito por gravidade ou por bombeamento?

O SENHOR JORGE MAYNARD — Parte por gravidade e parte por bombeamento.

Quando eu entrar na descrição do importante projeto da Califórnia, V. Exa. conhecerá esses pormenores.

Há, hoje, aproximadamente um total de 15 milhões de acres irrigados nos 17 Estados do Oeste Norte-Americano; a quarta parte dessa área é servida pelas obras do Serviço de Recuperação. A capacidade geradora de eletricidade, já instalada por esse Serviço, é da ordem de 6 milhões de quilowatts e as colheitas atingem o valor anual de 1 bilhão de dólares.

Como os sistemas hidráulicos também produzem energia elétrica, como vimos, a renda resultante da venda dessa energia paga o custo da construção das usinas e ajuda o pagamento das despesas da irrigação, diminuindo o preço da água destinada a este fim.

O Serviço de Recuperação trabalha em colaboração com outros serviços federais e estaduais, desenvolvendo grandes programas, dentre os quais se destacam os sistemas dos vales do Colorado, do Sacramento, do Colorado e Missouri.

Apesar do estágio de aproveitamento atual, grandes áreas são ainda passíveis de irrigação e maiores recursos hidráulicos poderão ser ainda aproveitados.

Depois da exposição, trocamos idéias sobre o aproveitamento da água do sub-solo, sobre a salinização das águas acumuladas, sobre as experiências de chuvas artificiais e energia para bombeamento das águas. Após isso, assistimos interessante filme sobre as obras da Barragem Grand Coulee no rio Colúmbia.

8 — Serviço de Conservação do Solo — Departamento de Agricultura — Em visita a esse Serviço, fomos recebidos pelo técnico Sr. Cyril Becker, que discorreu sobre as atividades daquela Repartição do Departamento de Agricultura.

Inicialmente, disse que os Estados Unidos foram o primeiro país do mundo a organizar tal serviço, em âmbito nacional; nele trabalham mais de 14.000 pessoas, inclusive muitos cientistas. Há mais de 350 centros de operação, distribuídos por todos os Estados e Territórios, atendendo a cerca de 2 milhões de agricultores.

O principal objetivo de tão importante Serviço é ajudar os agricultores a usar suas terras e águas disponíveis, de modo eficiente e proveitoso, sem entretanto depauperá-las ou desperdiçá-las.

Vale a pena, historicamente, de modo breve, como nasceu e se desenvolveu a idéia da criação do Serviço de Conservação do Solo.

Somente de alguns anos para cá, foi que se compreendeu o tremendo mal causado pela erosão do solo e pelos outros tipos de degradação da terra. Antigamente, vários povos tiveram a intuição do problema, mas pouco fizeram para resolvê-lo, limitando-se à adoção de métodos simples de terraceamento e rotação de culturas. O ano de 1928 marcou o real começo do movimento conservacionista nos Estados Unidos: a publicação do livro "Erosão do Solo, uma Ameaça Nacional", de Hugh Bennett e W. R. Chaplin, despertou enorme interesse e, pela primeira vez, a imprensa começou a interessar-se pelo assunto. Naquele mesmo ano, o Congresso Norte-Americano criou a Comissão Buchanan, apresentada no Orçamento da Agricultura, que reservava pequena dotação destinada a lançar um movimento nacional para "salvar a terra cultivável do paulatino empobrecimento". Foram instalados em tempo recorde estações regionais, para medirem a extensão das perdas do solo e água, para fazerem levantamento dos danos causados pela erosão e dos locais mais atingidos; e estudarem os meios de combate e prevenção.

Os primeiros estudos, feitos em bases científicas, revelaram números verdadeiramente aterradores. Então, o Congresso Norte-Americano votou por unanimidade o "Soil Conservation Act", em 1935. Acresce notar que, pouco tempo antes, havia desencadeado a pior tempestade de poeira conhecida na história norte-americana, quando milhões de toneladas do rico solo das desmudas Grandes Planícies foram carregadas pelos ventos, para o Atlântico.

A Lei da Conservação do Solo admitia a erosão como, realmente, uma grande ameaça à prosperidade e à segurança da Nação e declarava que a conservação do solo passava a ser "uma política do Congresso". Melhor do que tudo, a Lei, como que aceitando o desafio da Natureza, reconhecia que a erosão do solo poderia ser dominada e que a Nação tinha a coragem de atacar o problema em bases de longo período. Hugh Bennett foi nomeado o chefe do novo serviço criado, começando o exaustivo trabalho de selecionar pessoal e interessar os agricultores no seu plano conservacionista. Era o primeiro passo desta natureza, na história do mundo, o serviço, contando com a

simpatia e cooperação do povo, foi se desenvolvendo de tal forma que, hoje, mais de um terço de todas as fazendas e granjas dos Estados Unidos possui os seus planos de conservação do solo. Novas atividades foram se incorporando ao Serviço, como sejam o controle das enchentes nas cabeceiras dos rios; as investigações sobre drenagem e irrigação e florestamento; as cartas pedológicas, etc.

Uma grande tarefa atribuída ao Serviço de Conservação do Solo é a supervisão do Plano de Conservação das Grandes Planícies, imensa e rica região que abrange 10 Estados, a qual é sujeita a severas variações climáticas que, periodicamente, causam grandes perdas econômicas e sofrimentos. Devido ao caráter de algumas solos da região e à baixa precipitação das chuvas, parte das terras não suporta cultivo contínuo; quando esse cultivo é praticado, ocorrem sérios problemas de erosão eólica, especialmente, resultando daí muitos prejuízos. O Plano de Conservação das Grandes Planícies está sendo posto em execução para evitar todos os males e permitir uma racional utilização daquela área, que se estende desde o Golfo do México até a fronteira do Canadá; 357 municípios estão incluídos no citado plano.

A nova ciência, que trata da conservação do solo e da água, tem feito grandes progressos nos últimos 20 anos. Pelo estudo da própria terra, tornou-se possível a determinação, com considerável grau de precisão, das causas da degradação do solo, sob os efeitos dos diferentes usos e práticas. Mais ainda, foram encontrados meios de evitar e corrigir muitos males que o homem provoca na exploração da terra.

9 — Almôço na Blair House — O Sr. Wymberly DeR Coerr, Secretário de Estado Adjunto (interino) para Assuntos Interamericanos, ofereceu um almôço oficial à Delegação, na Blair House, tendo ali comparecido o Ministro Alfredo Bernardes e diversas personalidades do Departamento de Estado. O Sr. Coerr, que ocupa relevante cargo na administração federal do seu país, deu-nos as boas vindas e disse da satisfação dos seus compatriotas por nos encontrarmos ali, em visita oficial aos Estados Unidos. A sua saudação, respondeu o Senador Fausto Cabral.

10 — Encontro com Funcionários do Departamento de Estado — Nesse encontro, discutimos com os Srs. Alton Hamba e Braddock, eritos em assuntos interamericanos, diversos temas de mútuo interesse. O Sr. Braddock, dizendo ter estado no Brasil por um período de 5 anos, mostrou-se conhecedor dos nossos problemas, especialmente aqueles que se retorem ao Nordeste. O Senador Reginaldo Fernandes expôs os objetivos da nossa visita aos Estados Unidos, dizendo-lhe também que a Comissão estava satisfeita por sentir o interesse do Governo Norte-Americano, no sentido de cooperar com o Brasil, na solução do problema do subdesenvolvimento do Nordeste. O Sr. Hamba, confirmado essa disposição do seu governo, discorreu sobre a SUDENE tratando também do Plano "Alimentos para a Paz". O Senador Reginaldo expôs-lhe o pensamento da Comissão, já externado ao Sr. Mc Govern, Diretor do citado Plano. Tratou-se também do problema do café brasileiro, face ao aumento da produção africana e da atitude norte-americana com relação ao assunto.

11 — Espetáculo de Gala — Patrocinado pelo Departamento de Estado, realizou-se um belo espetáculo de música e dança, em costumes regionais, de 12 de países diferentes, para o qual fomos especialmente convidados.

12 — Visita ao Capitólio — Na Câmara dos Representantes, fomos recebidos pelo Deputado Aristides L. Golden Jr., Presidente do Subcomitê para Assuntos Internacionais,

a Comissão de Relações Exteriores, em o qual palestramos alguns minutos.

Depois de percorrermos o majestoso edifício do Capitólio, dirigimo-nos para a Sala da Subcomissão de Irrigação e Recuperação, da Comissão de Assuntos Interiores e Insulares do Senado, onde ouvimos uma exposição sobre os trabalhos daquela Subcomissão por um dos seus assessores técnicos. Nessa exposição, foi exposta a tramitação legislativa dos projetos de lei que aprovaram os planos de obra; como tudo tem de ser feito em obediência à Constituição da República, há também retardamento no andamento das proposições.

Referiu-se o assessor ao "Reclamation Act", votado pelo Congresso em 1902 e sancionado pelo Presidente Theodore Roosevelt, o qual representou o ponto de partida para a recuperação do Oeste pela solução que deu às eternas contendas pela água e pelo início da construção das grandes e completas obras que se levantam naquela intensa região, dela fazendo uma das áreas mais prósperas do país. Citou, também, casos em que o Congresso tem feito a cessão de terras, pertencentes ao Governo Federal, a famílias numerosas, a ex-combatentes e pessoas merecedoras do benefício. Tivemos a promessa de ser enviado ao Secretário da Comissão, Sr. Mécio Andrade, para a Biblioteca do Senado, um exemplar das normas de tramitação das leis que tratam do assunto.

13 — Programa Rádiofônico "Voz da América" — Os membros da Comissão atendendo a pedido, fizeram gravações no Capitólio destinadas a esse programa rádiofônico, que é normalmente transmitido para o Brasil.

14 — Almoço com Senadores e visita ao Senado — O Senador Wayne Morse (Oregon), Presidente da Subcomissão de Assuntos Interamericanos, da Comissão de Relações Exteriores do Senado, ofereceu um almoço à nossa Delegação, no próprio edifício do Senado, ao qual compareceram ainda os seguintes Senadores: John Sparkman (Alabama), George Aiken (Vermont), Mike Mansfield (Montana), Allen Ellender (Louisiana), Eugene McCarthy (Minnesota), Everett Dirksen (Illinois) e outros. Fomos saudados pelo Senador Ellender, tendo eu próprio respondido a saudação, em nome da Delegação Brasileira. Após o almoço, estivemos no Plenário, onde recebemos as saudações dos Senadores Sparkman, Aiken e Mansfield. Este último Líder da Maioria. Os seus discursos já foram transcritos nos Anais desta Casa, por solicitação do Senador Reginaldo Fernandes, que preside os trabalhos da Comissão das Sécas. Devido a impedimento regimental, nenhum de nós usou da palavra na tribuna do Senado Norte-Americano.

15 — União Panamericana — Devido ao estado de saúde do Embaixador Fernando Lobo, foi cancelada a recepção que estava programada na OEA. Os Senadores Reginaldo Fernandes e Rui Carneiro fizeram uma visita ao Embaixador, no hospital onde se encontrava internado, em nome da Comissão.

16 — Visita ao Sub-Secretário de Estado — Como última visita em Washington, a Comissão esteve com o Subsecretário de Estado, Senhor Hester Bowles, no seu escritório oficial. S. Ex.^a mostrou-se vivamente interessado nos problemas brasileiros, demonstrando satisfação em nos receber. O Senador Reginaldo Fernandes, em nome da Comissão, fez um relato das nossas atividades em Washington, ao mesmo tempo que agradeceu a cordial e amigável acolhida que nos foi proporcionada por parte de todas aquelas autoridades com quem mantivemos contato. Na data da palestra com o Sr. Chester Bowles tivemos plena confirmação de que, realmente, o Governo Norte-Americano está empenhado em

res propósitos, no sentido de colaborar com o Brasil, na solução dos nossos problemas, especialmente aqueles do Nordeste. Ainda voltamos a salientar a conveniência da ida do Senhor Superintendente da SUDENE, aos Estados Unidos, para que S.S., como principal responsável por esse importante órgão governamental, ali pudesse melhor discorrer sobre os planos já elaborados e promover os entendimentos no sentido de encontrar melhores meios de executá-los, para o que contaria, como vimos, com o maior interesse por parte do Governo Norte-Americano.

II — Estado de Oklahoma (15 a 18 de junho)

Em avião turbo-hélice Electra, da Eastern Air Lines, saímos de Washington com destino a cidade de Tulsa (Oklahoma), tendo escalado em Louisville (Kentucky), Evansville (Indiana) e Saint Louis (Missouri). Em St. Louis, passamos a viajar em avião DC-7-C, da American Air Lines.

Louisville é uma importante cidade, situada na margem esquerda do Ohio, em região de suaves colinas, onde se pratica intensa agricultura.

Evansville, também situada à margem do Ohio, a pequena distância da anterior, é uma cidade bem menor; porém, pelo movimento do aeroporto, imaginamos ser bem ativa.

Saint Louis é uma grande cidade, situada na margem direita do Mississippi, pouco a jusante da confluência do Missouri. A região é muito plana, cultivada. O rio Mississippi é, aí, bem largo: do ar, vê-se perfeitamente as obras de proteção das margens.

Tulsa, na margem esquerda do rio Arkansas, é um importante centro petrolífero e industrial, denominada a Capital mundial do óleo.

Em Tulsa, passamos para um avião DC-3, da Central Air Lines, que nos levou a Enid, com escala em Ponca City, no vale do rio Oklahoma.

Enid-Silos — No aeroporto da cidade de Enid, onde iniciamos as nossas atividades no Estado de Oklahoma, fomos recebidos pelos Srs. James Young, Secretário da Câmara de Comércio de Woodward, e pelo Senhor E. H. Mc Ivin, Jr., Superintendente da Estação Experimental Sul das Grandes Planícies, do Departamento de Agricultura, os quais nos prestaram gentil e completa assistência, durante toda a nossa permanência naquele Estado.

A primeira visita foi a "Union Equity", uma exemplar cooperativa que mantém um completo sistema de armazenamento de trigo, cevada e outros cereais. Durante bastante tempo procuramos as amplas instalações da cooperativa, constituídas por 4 enormes silos, por bem montado laboratório, equipamentos para carga e descarga automática dos vagões de transporte dos cereais, correias para distribuição do grão pelas diversas células dos silos, etc. O gerente, a medida que nos conduzia na visita, deu informações interessantes sobre a atividade da organização. Declarou, inicialmente, que a cooperativa agrupa 40.000 associados, exercendo sua atividade no verdadeiro centro produtor de grãos do país. Fundada em 1926, com o objetivo de livrar os lavradores dos prejuízos de que estavam sujeitos, em virtude de terem de vender o seu produto em época imprópria, devido à ausência de meios de armazenamento, e de sanar outros inconvenientes relativos à coleta rápida a que eram obrigados, a cooperativa progrediu satisfatoriamente, sendo hoje uma poderosa organização. Os cereais são recolhidos nos imensos campos e transportados em caminhões para vagões da estrada de ferro, estacionados em pontos convenientes; formado o trem, este é conduzido para os silos, onde os vagões descarregam automaticamente os cereais para os silos, para cada vagão. Durante a

coleta, que é breve, todo o cereal é armazenado nos silos, onde se estabelece um perfeito controle da umidade e da temperatura, e se impede a infestação de insetos. Na entre-safra, o produto é vendido e embarcado, por intermédio de uma outra grande empresa, a "Producer's Export Company" a qual foi organizada e financiada por 19 cooperativas regionais, inclusive a Union Equity. Somente esta cooperativa visitada ocupa-se com mais de 50 milhões de "bushels" (30 milhões de sacos) de cereais, por ano. A Federação Nacional das Cooperativas de Cereais conta com 93 cooperativas associadas, operando um total de 145 conjuntos de silos.

O exemplo da Union Equity convenceu-nos das vantagens do cooperativismo, no desenvolvimento de uma região.

O Sr. Sérgio Marinho — Permite V. Ex.^a, um aparte?

O SR. JORGE MAYNARD — Pois não.

O Sr. Sérgio Marinho — Desejaria um esclarecimento a propósito. Não há fixação de preço mínimo para a compra desses cereais que não encontram mercado no momento? Ou o próprio Governo federal os compra, para revender depois?

O SR. JORGE MAYNARD — A cooperativa compra o produto de seus associados. Esses grandes excedentes, pela explicação que nos deram, são de propriedade do Governo Federal, que os compra e revende.

O Sr. Sérgio Marinho — Não haveria preço mínimo para essas aquisições? Estamos trilhando esse caminho, que é aparentemente interessante, mas que exige do erário público grandes sacrifícios. Haja vista o que acontece com o café. Estamos estudando esse critério do preço mínimo aliás defensavelmente, a vários produtos.

O SR. JORGE MAYNARD — O nobre Senador Reginaldo Fernandes esclarece que há preço mínimo para os excedentes.

De Enid, seguimos de automóvel para Woodward, distante 145 km, atravessando bela região de suaves colinas, onde as plantações de trigo dominam completamente a paisagem. A magnífica estrada pavimentada passa por pequenas cidades e vilas, que chamam a atenção pela limpeza e bom gosto das casas e jardins.

Woodward

Tradicional campo de luta entre os Pelos Vermelhos e os boiadeiros, nos primeiros tempos da colonização, a região noroeste do Estado de Oklahoma ainda guarda aquele sabor do "Far West", tornado famoso no mundo inteiro pelo cinema. A cidade de Woodward localiza-se no vale do Rio North Canadian em território índio que pertenceu aos Cherokee, o qual foi aberto à colonização branca em 1893, pelo Presidente Cleveland. É uma pequena cidade, com cerca de 3.000 habitantes, de aspecto agradável, de ruas largas e bem limpas, possuindo belas viviendas. A cidade é governada por 3 Comissários, inclusive o Prefeito; possui um jornal diário — o Woodward Daily Press — com uma tiragem de 5.280 exemplares; é servida pela Santa Fé Railway e pela Missouri, Kansas and Texas Railway System. Considerando o tamanho da cidade, chama a atenção do visitante a quantidade de automóveis, o número de bancos, escolas e igrejas e, enfim, o padrão de vida dos seus habitantes. Seu progresso é devido à criação de gado e ao cultivo de cereais, especialmente o trigo. Não vimos aí nenhum veículo de transporte coletivo.

1 — FAZENDA DAVISON — Nas margens da localidade de Annett, 10 km a sudoeste de Woodward, há a Fazenda Davison, a principal produtora de algodão. Ali

mos recebidos pelo Sr. Francis E. Davison, o qual percorreu conosco toda a fazenda, descrevendo os trabalhos de proteção e de recuperação das terras, levados a efeito com a orientação do Serviço de Conservação do Solo, do qual era Chefe do Distrito o Sr. Mc Ivin, nosso acompanhante.

Situada na faixa conhecida como das Grandes Planícies, a região foi submetida, em tempos passados, a uma agricultura imprópria e predatória, agravada ainda pelo incêndio criminoso das campinas, atestado na época em que a grama se apresentava seca. Região de poucas chuvas, com a média anual de 580 milímetros e mínima de 250, e de solo caracteristicamente arenoso, em breve tempo, ali ocorreu tremenda degradação da terra, dando como resultado o desaparecimento de grande parte da cobertura vegetal. Os ventos, particularmente frequentes e fortes, começaram, então, a agir incessantemente, produzindo uma devastadora erosão eólica que acabou por tornar imprévisíveis imensas áreas. Isto foi o que aconteceu, antes, na Fazenda Davison e muitas outras. Diversas fazendas, porém, onde a natureza do solo era melhor e não foram submetidas aquele tipo de agricultura, foram preservadas, continuando a dar bons resultados até hoje. O restabelecimento da cobertura vegetal, em bases melhores, tem sido o principal objetivo do grande trabalho do Governo e dos fazendeiros. Depois de muitos estudos, pesquisas e observações, os técnicos chegaram à conclusão de que naquelas terras não deveria ser praticada agricultura alguma, exceto a conservacionista. Combatida a erosão eólica com a semeadura de tipos adequados de grama nas épocas próprias; com a plantação de árvores "quebra-vento"; com o combate sistemático às plantas daninhas; com o descargo da terra e outras providências conservacionistas, foram já recuperados grandes tratos de terra que são hoje destinados exclusivamente à pecuária, feita em bases racionais. Na Fazenda Davison, por exemplo, onde havia campos abandonados há 50 anos, por improdutivos, hoje esses campos estão cobertos de pastagens onde rebanhos de gado Hereford, da melhor categoria, adquirem grande peso, em pouco tempo. Os novilhos, ao atingirem 6 meses de idade, são removidos para locais de alimentação confinada e engordada até atingirem 250 e mais quilos, quando são então, enviados para os matadouros, porque daí por diante o aumento de peso não seria mais compensador. Com segura orientação técnica e alguma ajuda financeira do Governo, o Sr. Davison está conseguindo tirar proveito de uma terra que caminhava, a largos passos, para a saarização. A fazenda é dividida em partes, para impedir o desgaste das pastagens; certas áreas são deixadas intactas até que se recuperem; o número de cabeças de gado é limitado em função da área de pasto, da qualidade e idade do capim e da estação do ano. O Sr. Davison leva tão a sério o trabalho de recuperação da terra, que compra tudo aquilo de que precisa para a sua alimentação, não cultivando absolutamente nada na fazenda, a não ser o capim ou outras vegetais que lhe venham ajudar na sua ingente luta contra a erosão, especialmente a eólica.

Tivemos ocasião de verificar como é feita a erradicação de um arbusto daninho — o "shinnery oak", por meio da aspersão de produtos químicos: são vendidos aos fazendeiros. Em determinada fase do ciclo vegetativo da planta, é aplicado um herbicida especial (2,4,5-TP e 2,4,5-T) obtido depois de muitas experiências. O produto tem a facilidade de matar a planta daninha, sem causar mal ao capim. Erradicado o "shinnery oak", a grama se desenvolve e alastra mais facilmente, converendo desta modo pa-

ra uma mais rápida proteção do solo. Na seca, o "shinnery oak" existe melhor do que o capim, razão pela qual acabava eliminando este do campo. Faz-se, também, o combate a uma outra planta nociva, o "sage brush", que é uma planta rasteira que, concorrendo com o capim, o expulsa do pasto; neste caso, a erradicação tem de ser feita mais cuidadosamente, porque o "sage brush" também protege o solo.

Na Fazenda Davison é também protegida a fauna, porque os naturalistas chegaram à conclusão de que não pode ser quebrado impunemente o sábio equilíbrio da Natureza. Houve época em que quase se exterminou o coiote (espécie de pequeno lobo); como consequência, aumentou o número de lebres e outros animais que grandes prejuízos causaram. O mesmo aconteceu com os perus selvagens, aumentando a quantidade de gafanhotos e outros insetos. Os fazendeiros se encarregam, eles próprios, de manter os animais silvestres dentro de certos limites de número. Tivemos oportunidade de ver um regular rebanho de bisões (o búfalo norte-americano), hoje protegidos pelo Governo, e que outrora se contavam às dezenas de milhares nas Grandes Planícies, e que depois quase chegaram à completa extinção. Há, na fazenda, diversos cataventos, que extraem boa e abundante água do subsolo.

Deixamos a Fazenda Davison vivamente impressionados com o que vimos, com relação ao aproveitamento racional de uma terra empobrecida. Disse-nos o Sr. Davison: "Estamos recuperando esta terra para entregá-la em melhores condições às gerações futuras. Fazemos votos para que os Senhores não cometam no Brasil os erros que aqui foram perpetrados. Digo eu: Infelizmente, já erramos demais..."

2 — Estação Experimental Sul das Grandes Planícies

Localizada 30 km a SW de Woodward, está essa dependência do Departamento de Agricultura, dirigida pelo técnico Sr. Mc Ilvain. Instalada em 1913, é administrada pelo Serviço de Pesquisas de Agricultura, do Departamento de Agricultura. Sua principal atividade é dirigida para pesquisas relativas aos seguintes assuntos: solos próprios para o cultivo do trigo e sorgo (espécie de milho), bem como as práticas agrícolas; árvores e arbustos "quebra vento" e ornamentais; forragens e pastagens para gado de corte. Essas pesquisas visam: a diminuição dos custos da produção; o aumento da produtividade das culturas, inclusive da grama; a elevação do padrão de vida dos fazendeiros, boiadeiros e do povo em geral das Grandes Planícies do Sul.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JORGE MAYNARD — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Desejaria saber que espécie de árvores forragens usam nos Estados Unidos. Aqui temos o cacto.

O SR. JORGE MAYNARD — Usam, especialmente, grama e alfafa; não plantam cacto. Estes, só vimos os naturais, existentes nos desertos.

O Sr. Fernandes Távora — V. Exa. não viu por lá a algaroba?

O SR. JORGE MAYNARD — Não, até perguntei a respeito. Respondeu-me que não havia.

O Sr. Fernandes Távora — Mas é conhecido, pelo menos em toda a margem do Pacífico.

O Sr. Reginaldo Fernandes — Acontece que a irrigação naquela zona torna o terreno extremamente propício para a lavoura do trigo, do centeio e da alfafa.

O Sr. Fernandes Távora — O índice pluviométrico ali é muito baixo, não?

O SR. JORGE MAYNARD — Sim.

As características da região atendi-

da por aquela estação experimental são as seguintes, em linhas gerais: altitude de 600 metros; média anual de chuvas de 580 milímetros, variando de 250 a 1.000, com 70% das precipitações entre abril e setembro; evaporação de 1.295 milímetros durante o verão; solos arenosos e alguns argilosos; as principais atividades da agricultura são o gado (50%), o trigo (35%) e o sorgo (10%); os problemas mais sérios a serem enfrentados são a seca, o vento, a baixa e variável produção agrícola, a severa erosão eólica e da água, a baixa fertilidade, o tamanho demasiadamente pequeno das fazendas para serem unidades econômicas, a infestação de plantas daninhas, e as terras degradadas pela antiga agricultura imprópria e intensa.

O Superintendente Mc Ilvain mostrou detalhadamente a influência das pastagens na engorda do gado, provando por números o inconveniente do excesso de animais nos pastos: discorreu sobre as experiências relativas à aplicação de hormônios nos animais destinados à engorda; mostrou o efeito benéfico dos inseticidas; percorreu conosco os diversos campos de experimentação de capim, mostrando aquelas espécies e variedades que haviam sido selecionadas como melhores, seja pelas qualidades nutritivas, seja pela resistência à seca. Vimos, também, um tipo econômico de cerca, chamada "suspensa", na qual o arame é preso em postes afastados de 30 metros, tendo intercalados entre eles apenas leves guias suspensas do solo; o gado, manso, em geral, respeita essa cerca relativamente frágil. Finalmente, o Sr. Mc Ilvain informou que várias centenas de fazendeiros, granjeiros e técnicos agrícolas acompanharam bem de perto os trabalhos da estação experimental que ele dirige.

3 — Feira de Gado. — Nos arredores de Woodward assistimos ao final de uma feira de gado. Ali, os animais são vendidos, aos lotes, em leilão, depois de pesados e examinados pelos interessados. O dono dos currais e orientador geral dos negócios, vestido no traje pitoresco e tradicional do Velho Oeste, recebe uma porcentagem das vendas. No ano passado, foram ali negociadas 150.000 cabeças de gado.

4 — Fazenda Dean — Essa fazenda, situada a SE de Woodward, possui terras melhores do que a Davison. Com cuidados especiais, é ali praticada a agricultura do trigo e de outros cereais. O Sr. Harvey E. Dean tem tomado todas as precauções para evitar a erosão eólica e da água, seja plantando árvores "quebra vento", seja impedindo que certas áreas permaneçam desnudadas, etc. A fim de prevenir-se contra a seca, cultiva a alfafa e outras forragens que, colhidas na época própria, são armazenadas para serem utilizadas quando necessário. O feno guardado em lugar protegido dura anos e anos, pouco perdendo das suas propriedades nutritivas. Na Fazenda Dean também são combatidas as plantas daninhas, pela aspersão de substâncias herbicidas. Todo o trabalho é mecanizado, havendo poucos empregados na fazenda; para isso, possui o Sr. Dean razoável variedade de máquinas apropriadas a cada tipo de serviço. A parte da fazenda não adequada à exploração agrícola é destinada à criação de gado Hereford; entretanto, o número de cabeças é relativamente pequeno, para evitar o desgaste das pastagens. Diz-nos o Sr. Dean, que na sua fazenda, ele possui associadas duas grandes fontes de dinheiro: carne e óleo. Realmente, lá existe um poço de petróleo que lhe proporciona muito bom lucro, sem lhe dar o menor trabalho. A exploração dessa riqueza é compartilhada com uma empresa de petróleo que fez a pesquisa, furou o poço, fez todas as instalações necessárias e se encarrega de todas as operações de extração do óleo, deixando-

lhe uma parte dos lucros obtidos. A produção do poço é limitada por lei estadual, que determina seja ela inferior a 14 barris diários; segundo esse ritmo, o citado poço produzirá óleo durante 20 anos mais.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JORGE MAYNARD — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — V. Exa. poderia dizer-me qual a aparelhagem empregada para a irrigação nos Estados Unidos? Aqui empregamos não só as bombas como os pequenos poços artificiais. Não sei se isto é empregado lá ou se é velharia nosa.

O SR. JORGE MAYNARD — Te-rei muito prazer em abordar o problema da irrigação quando chegarmos ao ponto em que trato do Arizona e do Colorado. Em Oklahoma, quase não praticam a irrigação devido à quantidade de chuvas, as precipitações pluviométricas que, apesar de baixas, são suficientes para as culturas. A irrigação é praticada nos Estados mais secos, como o Arizona, o Colorado e a Califórnia.

O Sr. Sérgio Marinho — Oklahoma é um Estado classificado na faixa semi-árida?

O SR. JORGE MAYNARD — Perfeitamente.

O Sr. Novaes Filho — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JORGE MAYNARD — Com todo o prazer.

O Sr. Novaes Filho — Interrompo V. Exa. para manifestar a magnífica impressão que estou recolhendo do trabalho de V. Exa., o qual revela seu espírito metódico de observador. V. Exa. e os Ilustres Senhores que o acompanharam nessa visita à América do Norte estão de parabéns, porque fizeram observações muito preciosas, fornecendo-nos informações bastante interessantes em torno dos métodos modernos com que os Estados Unidos puderam transformar uma zona árida fonte de progresso.

O SR. JORGE MAYNARD — Agradeço sensibilizado as palavras do nobre Senador Novaes Filho. Quero, porém, ressaltar que este trabalho e o resultado da colaboração de todos os membros da Comissão que visitou os Estados Unidos. Nós o elaboramos com o interesse de trazer ao conhecimento do Senado tudo quanto vimos para que os Srs. Senadores, na sua alta sabedoria, possam tirar deste relatório as suas conclusões, comparando as condições das zonas áridas americanas com as das suas regiões, por cujo desenvolvimento tanto se interessam.

O Sr. Novaes Filho — O relatório reúne dados preciosos da maior utilidade para todos nós, brasileiros.

O SR. JORGE MAYNARD — Obrigado a V. Exa.

5 — Fazenda Holland — É outra fazenda, próxima da anterior, e que se dedica exclusivamente à produção de leite. Vimos escolhido rebanho de vacas Holstein, cuja produção leiteira é elevada e altamente compensadora. O gado pasta no campo e é também alimentado em estábulos, por meio de rações balanceadas. Sempre tendo em vista os males decorrentes da utilização excessiva da pastagem, a fazenda é dividida em partes que são revegadas periodicamente, e limitado a número de vacas em cada pasto. A ordenha e todo o processamento do leite é mecanizado, apesar de se tratar de uma pequena fazenda. Essa mecanização é o resultado da presença de energia elétrica, na fazenda; aliás, todas as fazendas por nós visitadas eram servidas de energia elétrica. A eletrificação rural não representa mais problema para aquela região, constituindo um dos fatores do seu progresso. O leite produzido é entregue a uma cooperativa que o distribui à população da cidade ou o industrializa inicialmente, quando o proprietário da fazenda procura organizar a base de seu rebanho, valeu-se da inseminação artificial; depois de formado

o núcleo de animais finos, abandona essa prática. A Fazenda Holland apresenta um bom exemplo de criação e exploração do gado leiteiro em ses modestas, porém racionais.

6 — Criação de cavalos — Visitar pequena fazenda de criação de cavalos, nos arredores de Woodward apudamos o cuidado com que são ali criados os animais. Especializou-se família Reger na criação de cavalos próprios para vaqueiros, isto é, destinados a lidar com o gado; para isso devidamente amestrados. Há também belos Palominos e outros cavalos de raça que se destinam aos famosos "cow boys" que os utilizam nas demonstrações esportivas e no cinema. Magia cavalos avaliados em 15.000 dólares. Fato interessante, e que o maior principal era uma senhora.

7 — Fazenda Weber — Situada a quilômetros a SE de Woodward. O proprietário, o Sr. Hermann Weber possui um tipo interessante de fazenda. É dono de regular quantidade de gado e de porcos, que mantém em confinamento. As terras da fazenda são utilizadas para o plantio quase exclusivo de forragens, centeio e grãos, com que alimenta os seus animais. Adquirindo equipamento usado, a pouca, a medida das suas necessidades, conseguiu montar um conjunto mecânico razoavelmente grande, complexo com o qual prepara a ração adequada para a engorda do gado dos porcos. O gado é adquirido a preço reduzido, sem a preocupação apuro da raça, o seu objetivo principal é a rápida engorda, o que consegue pela quantidade da ração que dá aos animais. Com relação à engorda de porcos, segue, mais ou menos, o mesmo sistema. Apenas, neste caso, ele te a sua própria criação pouco comprada de fora. É interessante notar que ambas as espécies de animais vivem nos mesmos currais até certa idade quando são, então, separados. O espírito investigador e prático do Sr. Weber levou-o a calcular a quantidade de alimentos consumidos, em média, por cada animal, e o peso adquirido, dentro de determinado período; Uma série de outras observações faz com que ele esteja perfeitamente a par das condições econômicas do seu rebanho. Com um sorriso franco, admitiu o Sr. Weber que a engorda de porcos é, atualmente, um negócio altamente lucrativo. Deixamos a Fazenda Weber bem impressionados com o trabalho ali realizado e com a operosidade do seu proprietário.

A noite, tivemos contato com personalidades de Woodward, na residência rural do advogado Spartacus.

8 — A cidade de Oklahoma — Depois de viajarmos durante 3 horas, pela ótima estrada de rodagem que lig Woodward a Oklahoma City, atravessamos região colínosa, onde se pratica com alguma intensidade a agricultura — a pecuária, atingimos a Capital do Estado de Oklahoma, Cidade com 600 mil habitantes, muito industrial e de grande movimento. Oklahoma City apresenta uma característica: que chama imediatamente a atenção do visitante. Refiro-me à quantidade de torres de petróleo espalhadas por toda a cidade, nos parques e jardins públicos, nos quintais das casas, nos terrenos baldios. Ao lado do Capitólio Estadual, há diversas dessas torres. Ao despedimo-nos, agradecidos, dos Srs. Young e Mc Ilvain, que foram incansáveis e muito gentis em nos acompanhar e prestar informações, durante todo o tempo que permanecemos naquele Estado. Do Aeroporto Municipal, de Will Rogers, nome dado em homenagem ao ator de cinema que não bem difundiu os costumes do Velho Oeste, partimos para o Estado de Arizona.

III — Estado de Arizona (18 a 21 de junho)

Em avião Constellation da Trans World Airlines (TWA), viajamos para Albuquerque (Novo México), onde tivemos de ir a Los Angeles, em

o Boeing da própria TWA, voltando logo depois, para a Capital de Arizona, nosso destino naquele dia, em um jato, Convair 880, também NA.

A medida que avançávamos para o norte, as terras iam se apresentando da vez mais secas e, ali, sobre os desertos imensos, ultrapassando as Montanhas Rochosas, alta cadeia que marca o diviso. de águas permanentes no hemisfério norte, alcançamos Arizona. A economia do estado baseia-se, segundo dizem, em 30 idiomas em inglês das palavras: algodão, cobre, gado e clima.

Phoenix

Cidade com 450.000 habitantes; de comércio muito ativo, ostentando grandes lojas; de ruas e avenidas bem largas e limpas; com uma universidade; com diversas indústrias, dentre as quais se destaca a indústria eletrônica; e intensa atividade agrícola nos seus vizinhos. Localiza-se a Capital de Arizona em uma ampla planície, conhecida pelo nome de Vale do Sol, situada ao sopé das Montanhas Rochosas.

Há 50 anos passados era uma pequena cidade poeirenta e estagnada, com 11.000 habitantes. A chave que abriu a larga porta do progresso foi a barragem Theodore Roosevelt, inaugurada pelo grande Presidente norte-americano, em 19-11. Daquela data para cá, valendo-se da energia, a água e do admirável esforço do seu povo, Phoenix transformou-se, como a fabulosa ave da Mitologia, na bela, ativa, progressista cidade, que, sem dúvida e com toda a razão, um dos orgulhos do povo do Oeste dos Estados Unidos. Para resumir o fenômeno do crescimento da cidade, basta dizer que a sua população quadruplicou nos últimos 20 anos; só nos três anos passados, a população aumentou de 250.000 pessoas. No lugar das casas de adobe levantam-se hoje edifícios até de 20 andares.

Ali fomos recebidos pelo Senhor J. Lester Schaffer, gerente da Agência da Equitable Life Assurance Society. Depois, estivemos no Capitólio Estadual em visita ao Governador Paul Fannin, que se encontrava, porém, no Estado de Hawai; recebeu-nos o Chefe de Gabinete Senhor Wesley Bolin.

1 — Universidade de Arizona

Orgulha-se de ter sido a primeira instituição de ensino superior, criada no Oeste, dentro de um raio de 950 quilômetros. Fundada em 1885, pelo Governador Anson Safford, completou recentemente 75 anos de fecunda atividade. A história da Universidade, contada por Douglas Martin no seu livro que tem o sugestivo título de Uma Lâmpada no Deserto, é fascinante; basta dizer que o seu início se deu numa época em que os índios Apaches ainda faziam incursões contra os colonizadores brancos. As múltiplas atividades da Universidade têm produzido resultados notáveis; para exemplificar, citamos as pesquisas sobre o algodão, as quais proporcionaram lucros à Arizona, resultantes do aumento das colheitas, graças às despesas da Universidade durante a sua existência. Lucros semelhantes têm advindo dos estudos sobre irrigação, outros aspectos da agricultura e geologia. Ministrando cursos Metereologia; de Agricultura; de Administração Pública; de Comércio; de Economia; de Engenharia Nuclear; Mecânica e Eletrônica, a Universidade de Arizona tem uma capacidade para 14.000 alunos. Localizada em Tempe, perto da cidade de Phoenix, ocupa área de 50 hectares, onde estão os diversos pavilhões e os campos de experimentação.

2 — Vale do "Salt River" — Irrigação e Energia Elétrica

Em sua saudação ao povo de Arizona, por ocasião do cinquentenário da construção da Barragem Theodore Roosevelt, no rio Salt, o Presidente Kennedy declarou: "O colossal aumento da população e a surpreendente expansão industrial na área de Phoenix só foi possível pela abundante água e pela energia elétrica obtidas através da execução do plano pioneiro de aproveitamento do rio Salt. Poucos lugares no mundo podem apresentar um exemplo tão significativo de utilização múltipla da água, em uma região semi-árida".

Na visita que fizemos às obras e aos campos, fomos acompanhados pelo Senhor Fryer, da administração da empresa "Salt River Project", o qual nos deu os necessários e mais completos esclarecimentos, bem como lêmbras enriquecedoras. Também foram nossos companheiros 4 australianos e 1 japonês, que visitavam a região.

Os vales centrais de Arizona são extremamente secos; em Phoenix, por exemplo, a média anual de chuva é de 178 milímetros. Nas montanhas, porém, a média anual sobe a 483 milímetros, mas, mesmo assim, as precipitações são bem baixas. Por esta razão, somente por meio de irrigação seria possível a prática da agricultura naquela região semi-árida. Essa irrigação, feita em bases técnicas, iniciou-se de fato. Hoje, dizem os habitantes de Arizona: "Queremos chuva e neve nas montanhas; porém, nada disso no vale, porque viria atrapalhar o cultivo".

A irrigação no vale do rio Salt já era praticada pelos índios, 200 anos A. C.; foram encontrados sinais de longos canais que se estendiam pela planície, os quais foram depois abandonados.

Os primeiros colonizadores da região construíram, em 1869, um canal para margem norte e por ele desviavam parte da água do rio, para a rega das suas terras situadas a leste do local onde hoje está a cidade de Phoenix. Organizaram-se em associação e, desta forma, entendiam-se bem com relação ao problema da distribuição da água, a qual era suficiente para as suas necessidades. Com o tempo, porém, novos colonizadores foram chegando e organizando novas associações; como era de prever, começaram a surgir sérios conflitos entre os usuários da água, a medida que esta ia se tornando cada vez mais escassa dada a crescente demanda. Surgiu, então, a necessidade de se fazer a elevação do nível da água do rio, para aumentar a descarga no canal geral de irrigação; mas, as barragens construídas para tal fim, apenas simples tapagens, eram obras provisórias que a correnteza destruiu nas épocas das descargas mais violentas do rio. Não havia, portanto, armazenamento algum, perdendo-se, assim, grande parte da água preciosa.

Foi quando o Presidente Theodore Roosevelt sancionou, em 1902, o "Reclamation Act", a que me referi anteriormente, pelo qual o Governo Federal era autorizado a desenvolver e conservar os recursos de terra e água no Oeste. Por outro lado, já os colonos desejavam que se fizesse qualquer coisa que acabasse com as lutas e que também lhes permitisse desenvolver a sua agricultura.

Verificada desde logo a impossibilidade de execução das grandes e necessárias obras apenas com os recursos dos particulares, o Governo Federal tomou a si a realização de um grande plano de recuperação que incluía diversas áreas do Oeste, inclusive aquela. Os 4.000 proprietários do vale do rio Salt, desejosos de conseguir o benefício, incorporaram-se em uma única associação, com a qual o Governo, através do Departamento do Interior, assinou um acordo, do qual constava, dentre outras coisas, que o

Governo construiria uma barragem no rio Salt, cujo custo deveria ser, depois, indenizado pelos proprietários das terras e usuários da água. O mesmo sistema de financiamento seria adotado para a construção da usina hidrelétrica, no pé da barragem. Assim, foi construída a grande Barragem Theodore Roosevelt, de alvenaria, medindo 84 metros de altura total; com um comprimento de 217 metros; espessura na base de 55 metros e 4,8 metros no coroamento; acumulando um volume de 1.677 bilhões de metros cúbicos de água em um lago artificial de 37 quilômetros de comprimento. Localiza-se a barragem no Parque Nacional de Tonto a 130 quilômetros de Phoenix, dois terços desta distância a água tem de percorrer para atingir os primeiros campos de irrigação. Na ocasião em que foi construída, era a Barragem Theodore Roosevelt a mais alta do mundo; hoje, ainda conserva a primazia de ser a mais alta, em alvenaria. A usina hidrelétrica tem um potencial de 18.970 quilowatts. Na mesma ocasião da construção da Barragem Theodore Roosevelt, foi levantada, a jusante desta, logo abaixo da confluência dos rios Salt e Verde a Barragem Granite Reef, que tem por objetivo distribuir as águas pelos grandes canais principais, denominados Canal Arizona e Canal Sul; a altura dessa barragem é, apenas, de 8,70 metros e o seu comprimento é de 300 metros.

Depois de uma série de dificuldades que surgiram entre os órgãos do Governo e os lavradores, o Departamento do Interior resolveu entregar, em 1917, todos os encargos, administração, lucros, etc.; a Associação dos Usuários das Águas do Rio Salt, tanto que fôs e saldada, no prazo estipulado, a dívida resultante da construção da barragem e das outras obras executadas. Daí por diante, até hoje o chamado "Salt River Project" vem sendo administrado por organização particular. A dívida foi liquidada em 1955.

Posteriormente, foram construídas mais as seguintes barragens intermediárias, no rio Salt, com as respectivas usinas hidrelétricas: Mormon Flat com 67 metros de altura, capacidade de 70 milhões de metros cúbicos e potência de 6.900 quilowatts; Hor e Mesa com 90 metros de altura, capacidade de 297 milhões de metros cúbicos e potência de 29.500 kW; e Stewart Mountain com 62 metros de altura, capacidade de 85 milhões de metros cúbicos e potência de 10.200 kW.

No rio Verde, e fazendo parte do mesmo sistema, foram construídas as barragens seguintes: Horseshoe com a altura de 18 metros, capacidade de 173 milhões de metros cúbicos, e Bartlett com a altura de 85 metros e capacidade de 218 milhões de metros cúbicos. Estas duas barragens são apenas de acumulação, não produzindo energia.

Todas essas 7 barragens citadas do sistema Salt-Verde, acumulam um total superior a 2,4 bilhões de metros cúbicos de água. Elas recebem a contribuição pluviométrica e do degelo de uma superfície aproximada de 33 mil quilômetros quadrados.

As usinas hidrelétricas citadas têm a capacidade de mais de 65.000 quilowatts.

Face à crescente necessidade de energia elétrica a Associação construiu, em 1937, uma usina termoeletrica Diesel, de 9.912 kW, em Crosscut. Em 1940, começou a receber a energia fornecida pela Usina Parker, no rio Colorado por uma linha de transmissão de 225 km de extensão; em 1941, construiu, também em Crosscut, outra usina termoeletrica, a vapor, com a potência de 27.500 kW. O Governo Federal tem colaborado na construção das barragens e usinas, concedendo empréstimos e proporcionando assistência técnica.

A fim de gerar de certos benefícios da legislação, foi criada uma nova organização mais ampla, a "Salt Ri-

ver Project Agricultural Improvement and Power District", para a qual passaram, mediante acordo, as barragens, usinas elétricas, etc., ficando a cargo da Associação dos Usuários da Água os trabalhos relativos à irrigação já ali, a Associação opera como uma agente do "Salt River District".

Sempre premidos pela escassez de água, em face do enorme aumento de consumo atual e o previsto para mais alguns anos, foi dada especial atenção ao aproveitamento da água do subsolo, o qual é feito dentro de certas limitações, com o fim de evitar a exaustão dos depósitos subterrâneos; em certas áreas não é permitido o bombeamento de água do subsolo para irrigação.

De 1950 para cá, foram ainda construídas as usinas termoeletricas, a vapor, de Kyrene nº 1 com o potencial de 22.000 kW.; a Kyrene nº 2 com o potencial de 44.100 kW. e, finalmente, a de Agua Fria com a capacidade de 227.272 kW. Todas essas usinas, hidro e termoeletricas, têm um potencial total de cerca de 430.000 kW., que são postos a serviço de Arizona Central. Uma 3ª unidade da Usina de Agua Fria, com 165.000 kW., será posta em funcionamento no corrente ano.

Como conseguir e aproveitar mais água, é a constante preocupação dos homens responsáveis pelo progresso da região. O lema "Arizona Progress, onde a água corre" tornou-se a sua obsessão. Voltaram-se as vistas então, para as cabeceiras dos rios Salt e Verde. Não obstante as precipitações continuarem dentro da média, na bacia hidrográfica daqueles rios, verificou-se que o escoamento da água para dentro dos reservatórios tem decrescido, de ano a ano. Estudos feitos em colaboração com a Universidade de Arizona levaram à conclusão de que essa diminuição era causada pela crescente presença de plantas que absorviam grandes quantidades de água, sem darem nada em troca. Estão sendo procedidos estudos intensos, no sentido de se encontrar uma solução: tudo indica que aquelas plantas deverão ser substituídas por outras úteis e que também ofereçam a necessária proteção do solo, para evitar a erosão e, portanto, o assoreamento dos reservatórios.

A empresa "Salt River Project", associando a produção de energia elétrica ao fornecimento de água, seja para a irrigação seja para o abastecimento das cidades, obteve meios, mediante os lucros obtidos com a venda da eletricidade, reduzir a preços muito convenientes o custo da água destinada à irrigação. Desta forma, a região de Phoenix ostenta uma das maiores áreas irrigadas do mundo. Há instalados 90.762 contadores de energia elétrica luz e força; o consumo médio anual residencial é de 5.017 quilowatts hora; as linhas de transmissão têm um comprimento de 4.700 quilômetros.

Com relação à irrigação daquela região, temos a prestar as informações que se seguem.

Chegadas à barragem de distribuição de Granite Reef situada, por assim dizer, no "portão" que dá saída para o vasto vale, as águas contidas no degelo e das chuvas caídas nas montanhas, depois de terem produzido energia elétrica são lançadas em dois canais principais — o Canal Arizona e o Sul, que formando um enorme leque, as levam a outros canais secundários, dos quais sai uma infinidade de ramificações formando uma complexa malha de canais menores, valas e rios, por onde a água chega à terra sadia e porém fértil. O Canal Arizona bifurca-se na saída a formar o Grande Canal e um outro que conserva o nome de Canal Arizona. O Canal Sul subdivide-se nos seguintes ramos: Canal Oriental, Canal Consolidado, Canal do Templo e Canal Ocidental, os quais se interligam.

Área irrigada é atualmente de 160.000 hectares, que recebem por ano

uma média de 3.600 metros cúbicos de água por hectare; a rede de canais principais e secundários tem o comprimento de 2.050 quilômetros; há 22 estações de bombeamento; 13 pequenas cidades abastecidas. Na ocasião, foi dada por ele oportuna, o agricultor recebe a água que necessita; para isso, fez a sua solicitação e aguarda o aviso da empresa, a qual marca dia e hora. A água fornecida é medida nos vertedouros.

Aí trago um pequeno esclarecimento ao eminente Senador Fernandes Távora. É necessário a instalação de diversas bombas ao longo dos canais, porque o nível deles fica um pouco abaixo das terras vizinhas. É, portanto, necessário bombeamento a pequenas alturas, para que a água possa ser distribuída a essas localidades distantes que, como disse V. Ex.^a, ficam a muitos quilômetros em alguns casos.

O Sr. Fernandes Távora — Meu interesse é saber se, onde não há águas captáveis ou onde não se possa dispor das águas de degelo ou de qualquer outra forma, como, por exemplo, o simples bombeamento de poços subterrâneos à margem de rios secos ou de poços, é o bastante para fazer-se uma agricultura razoável. Isso é, que me interessa saber. Porque há regiões no Nordeste onde não existem boqueirões para captação de água. E, nessas regiões, desde que se possa fazer bombeamento de água do interior da terra, isto é, de lençóis freáticos, pergunto qual aparelhagem seria necessária, ou qual a aparelhagem é, por acaso, usada lá, em casos idênticos. É claro que, lá, eles não precisariam se utilizar desses processos por que onde não há possibilidade de grandes captações de águas, há a do degelo. Esta minha questão de que aparelhagem dispõem?

O Sr. JORGE MAYNARD — Quanto a essa parte, creio que Vossa Ex.^a ficará melhor esclarecido quando eu entrar nas minhas observações sobre a Califórnia. A água, ali, é transportada por meio de bombeamento, mediante tubulações mantidas sob pressão. De modo que, dispondo-se de energia suficiente, se pode transportar o precioso líquido a longas distâncias.

O Sr. Fernandes Távora — Desejo saber se V. Ex.^a observou, em algum ponto dos Estados Unidos, irrigação para e simplesmente com águas captadas do sub-solo?

O Sr. Sergio Marinho — V. Ex.^a acaba de afirmar que não é permitida a obtenção de água do sub-solo para irrigar terras agricultáveis.

O Sr. JORGE MAYNARD — Em certas áreas, não é permitido devido à dificuldade de estabelecimento dos depósitos subterrâneos. Quando há possibilidade de se restabelecerem esses depósitos subterrâneos, devido ao regime das chuvas, é permitido e fazem o bombeamento das águas do sub-solo em larga escala. No por ano, aí há certas limitações, porque com as grandes extrações de água do sub-solo em pouco tempo o lençol freático fica à exaustão.

O Sr. Sergio Marinho — Daí a justificativa da proibição.

O Sr. JORGE MAYNARD — No vale do Rio São Joaquim, no Vale Central da Califórnia, por exemplo, extrai-se enorme volume d'água do sub-solo, constituindo hoje sério problema a possibilidade de exaustão dos depósitos subterrâneos.

O Sr. Fernandes Távora — Desejo saber se eles dispõem de aparelhagem porque aqui há regiões onde a precipitação vai de 100, 800 a mil milímetros. Em certos lugares atinge a mais de metro. Nessas regiões deve ser permitido o uso das águas

do sub-solo que daria bons resultados. Quero saber qual a aparelhagem necessária para isso, acrescido a diversões deles.

O Sr. JORGE MAYNARD — Nessas regiões, usam a água do sub-solo por meio de bombeamento. Para tanto, porém, é preciso dispor de muita energia. É o mais grave problema do Nordeste Brasileiro, o da energia!

Novos estudos estão sendo feitos, no sentido de ser aumentada a área irrigada. Com a diversificação das fontes de riqueza de Arizona, parte da área do vale do rio Salt está sendo subtraída a agricultura para outras atividades, como seja, por exemplo, para a indústria.

Realizam-se trabalhos de melhoria dos canais, numa luta contra a infiltração, contra a evaporação e contra o crescimento de plantas que provocam a obstrução.

A Empresa "Salt River Project Agricultural Improvement and Power District", conhecido pelo nome simplificado de "Salt River Project", possui organização interessante; a Diretoria e o Conselho são escolhidos mediante eleição à qual comparecem todos os associados. Cada acre representa um voto, havendo certas limitações que evitam o domínio de certos grupos. Outro aspecto interessante da instituição, é que o proprietário de uma área situada dentro do conjunto tem de pagar determinada taxa, mesmo que não se utilize da água; é uma espécie de taxa de melhoramento, a que ninguém pode se escusar de pagar.

No vale irrigado plantam algodão, que é a principal cultura, sorgo, alfafa, aveia, trigo, batatas, frutas cítricas e hortaliças diversas, que são enviados para todo o país. Durante todo o ano, estão colhendo e plantando qualquer coisa, na mesma estação.

Há pessoas que se dedicam à criação e engorda do gado; umas o trabalho do Sr. Morrison, fazendeiro da região, que faz a engorda de 3.000 cabeças de gado, alimentando-o com forragens e grãos cultivados nas suas terras. Ele próprio possui o equipamento mecânico necessário à preparação das rações; bem como os silos para armazenamento. O gado é adquirido no Texas e, depois de um período de alimentação em confinamento de 225 dias, é enviado para Los Angeles.

O povo da Arizona deseja utilizar em maior escala as águas do rio Colorado, o qual passa na região norte do Estado e serve de linha de limite entre ele e a Califórnia. Para a realização desse objetivo, estão sendo vencidas muitas resistências resultantes do grande interesse que têm todos os Estados da bacia do Colorado e o México, em aproveitar suas águas, ao máximo. O plano denominado "Arizona Central Project" prevê a construção de uma enorme barragem e usina hidrelétrica em Bridge Canyon, no rio Colorado. Parte da energia gerada será utilizada no bombeamento da água para o lago Havasu, situado pouco a montante da Barragem Parker; desse lago, a água virá por gravidade para o Vale Central de Arizona, por um canal que terá 380 quilômetros de extensão. O novo suprimento de água será suficiente para irrigar uma área dupla da atual. Estamos certos de que conseguiremos levar avante o seu audacioso projeto.

Deixamos o Estado de Arizona profundamente impressionado com os trabalhos ali executados pela vigorosa vontade do seu povo. A simbiose água-energia produziu resultados magníficos.

Na última noite, recebemos uma homenagem do Engenheiro Alexan-

der, do "Salt River Project", que amavelmente nos recebeu em sua residência.

IV — Estado de Califórnia (21 a 27 de junho)

Partindo do Aeroporto "Sky Harbor", de Phoenix, em avião DC-7C, da American Air Lines, atingimos a cidade de São Francisco, depois de duas e meia horas de voo, com escala em Oakland, sobrevoando sucessivamente o rio Colorado, o Deserto Mojave, o Vale da Morte, a Serra Nevada e, finalmente, a Baía de São Francisco.

No Aeroporto Internacional de São Francisco, fomos recebidos pelo Consul Geral do Brasil, Sr. Frederico Chermont Lisboa e pelo representante do Departamento de Estado, Senhor Sam Lesher.

1. Cidade de São Francisco — Situada entre famosa Baía e o Pacífico, tem a cidade cerca de 830.000 habitantes. É um grande centro cultural, comercial, financeiro, industrial e turístico. Quando a Califórnia tornou-se parte integrante dos Estados Unidos, em 1848, São Francisco era uma comunidade de 820 pessoas; em 100 anos transformou-se em uma das maiores cidades norte-americanas. Dentre as atrações da cidade de São Francisco destacam-se os numerosos parques; os tradicionais bondes; a extraordinária ponte pênsil, a Golden Gate, que apresenta o maior vão livre do mundo, medindo 1.260 metros de extensão; e o famoso Bairro Chinês. A ponte São Francisco-Oakland, composta de uma série contínua de estruturas, com um comprimento total de 8.300 metros, é, também, uma obra notável. Os São Franciscanos relembram sempre a catástrofe de abril de 1906, quando grande parte do centro da cidade foi destruída por violento terremoto, seguido de incêndio. Relembram também o passado tempo das diligências da Wells Fargo que, a custa dos maiores riscos e sacrifícios, mantinham as comunicações com o leste e transportavam o abundante outro batelado dos ricos alívios.

Em São Francisco, visitamos o Prefeito George Christopher, que nos prestou informações sobre os problemas da cidade. À noite, fomos homenageados pelo Consul Geral Chermont Lisboa, em sua residência.

2. Universidade de Stanford — Localiza-se na cidade de Palo Alto, ao sul de São Francisco, à qual é ligada pela magnífica estrada de rodagem, denominada Skyline Drive.

A Universidade foi fundada em 1885, pelo Senador Leland Stanford e sua Senhora. É uma instituição independente, particular, mantida pelas suas próprias rendas e donativos, livre de qualquer controle político. A organização acadêmica inclui cursos de Educação, Comércio, Engenharia, Humanidades e Ciências, Direito, Medicina e Ciências Minerais. Possui um enorme terreno, doado pelo Senador Stanford, com a área total de 4.500 hectares, sendo a metade ocupada pelos edifícios, dependências, parque, residências e campos de esporte. Anualmente, no outono, a Universidade admite cerca de 825 rapazes e 425 moças, vindos de todas as regiões do país; 2% dos estudantes são estrangeiros. Os alunos novatos têm de residir na própria Universidade. O acesso aos cursos superiores, sendo altamente competitivo, exige grande esforço dos alunos; por isso, o número de matriculados nestes cursos varia consideravelmente. Diz o estudante de Stanford que a Universidade "não é muito grande, nem muito pequena"; é suficientemente grande para proporcionar o ensino de várias matérias e é convenientemente pequena para permitir um ambiente de cordialidade e de amizade entre os estudantes e professores. Dentre os numerosos edifícios, destacam-se: a Igreja, onde se reali-

zam os serviços religiosos cristãos (católicos e protestantes) e a Torre Hoover com 85 metros de altura, onde instalada a Biblioteca da Universidade e o Instituto Hoover.

Na visita à Universidade de Stanford, fomos acompanhados pelo Professor Ronald Hilton, que é também diretor do Instituto de Estudos Europeus, Americanos e Luso-Brasileiros. Estivemos reunidos na Casa de B. var, sede do Instituto, onde o Sr. Hilton, acompanhado de diversos outros professores, expôs as finalidades da instituição e solicitou muitas informações nossas, sobre o Brasil. O Instituto dedica-se, como seu nome indica, ao melhor conhecimento da América Latina e ao estudo da civilização ibérica. Lembrou o Prof. Hilton o geólogo John Casper Branner, foi o segundo Reitor da Universidade de Stanford, foi um dos primeiros cientistas a estudar a geologia do Brasil, particularmente do Nordeste. Os seus valiosos trabalhos serviram ponto de partida para estudos posteriores, mais aprofundados. O Sr. Pe. A. Martin, também já falecido, professor de História Geral, traduziu "História do Brasil", de Calógeras. Sr. James Taylor, nascido em São Paulo, atual professor de Línguas, autor de um dicionário inglês-português e está preparando uma série de dicionários técnicos; o Sr. Don. Hilton, também professor de Língua, traduziu o livro "Vida de Joaquim Nabuco", de Carolina Nabuco. O Instituto publica mensalmente a revista "Hispanic American Report", dedicada inteiramente a assuntos ligados a povos de línguas portuguesa e castelhana.

Visitamos, depois, o Instituto Pesquisas de Stanford, que é uma instituição particular, designada da Universidade, mas que com ela colabora nos estudos que realiza. Encarregou-se esse Instituto do estudo de numerosos assuntos, levando esses seus estudos a mínimos detalhes econômicos; para isso, mantém um corpo técnico especializado em economia, planejamento, serviço público, geologia, meteorologia, metalurgia, etc.

No sábado (24 de junho), a Câmara de Comércio e o Centro de Hostalidade Internacional nos proporcionaram um passeio pela Baía de São Francisco e pelos pontos pitorescos da cidade.

3. Cidade de Sacramento — Viajamos em automóvel de São Francisco para Sacramento, durante cerca de horas. Em grande extensão, a estrada de pavimentação, de 1.ª classe, margeia o fundo da Baía de São Francisco, pelo lado norte; depois, penetra em enorme planície, conhecida como "Moon Valley", onde se vêem vastas culturas irrigadas de cereais diversos, forragens e grandes laranjais, bem como fazendas de criação de gado.

Sacramento é a Capital do Estado de Califórnia; conta com cerca de 300.000 habitantes e está situada à margem do rio Sacramento, dentro do grande vale central daquele Estado. É uma das mais belas cidades do Oeste Norte-Americano.

Em 1.839, John Sutter estabeleceu por ali uma colônia agrícola de sucos, dando-lhe o nome de Nova Hevícia. Com a descoberta do ouro na região, em 1848 a colônia entrou em declínio; os lavradores abandonaram as terras, fascinados pela nova riqueza descoberta e todo o gado de Sutter foi roubado. Algum tempo depois, um filho do colono suíço fundou ali mesmo a cidade de Sacramento que, logo após, em 1854, se tornaria a Capital do Estado.

4. Departamento Estadual de Água — Recebidos pelos três diretores, Senhores J. F. Wright, B. A. Goldberger e R. C. Price, bem como pelo Engenheiro W. L. Berry, chefe da Divisão de Planejamento, ouvimos longa exposição deste último, sobre o problema da água na Califórnia. Depois assistimos um filme sobre a situação

A exposição do engenheiro Berry ita de modo claro e seguro nos deu a impressão de que a magnitude do problema de água naquela região pela arrojada concepção para resolvê-lo.

Há 50 anos, que os engenheiros vêm procedendo exaustivos estudos sobre recursos de água da Califórnia, chegando finalmente à conclusão de que existe ali abundante água, mas que toda a dificuldade reside na sua distribuição pela natureza. A maior abundância está no norte do estado, onde grande parte da água se escoa no Pacífico; no centro e no sul, porém, onde estão as áreas mais produtivas, as disponibilidades de água são insuficientes. Calcula-se que 70% dos recursos de água estão ao norte e 30% ao sul da cidade de Sacramento, enquanto que 77% do consumo se faz ao sul daquela linha. No norte corre 1% do total das águas do Estado; os tributários do rio Sacramento contribuem com 32%; o vale do San Joaquin 16%; e nas outras áreas, apenas 11%. Outra dificuldade está na pouca ocorrência das precipitações de chuva ou neve; quase todas elas se registram em poucos meses do ano, ficando seco todo o resto do ano. O escoamento das águas de chuva se faz, com frequência, violentamente, de modo a provocar desastrosos enchentes. A fusão da neve é, também, relativamente vagarosa, o que representa um grande benefício; as águas do degelo, porém, são insuficientes. Ainda outra característica é a irregularidade das chuvas; nas regiões em que chove demasiadamente em poucos dias, e poucos meses depois manifesta-se forte seca. Como exemplo o rio El que, em um único dia, tem descarregado no ar 1,2 bilhões de metros cúbicos; poucos meses depois, os ribeirinhos têm de transportar água para beber.

O problema da exaustão dos depósitos de água subterrânea está causando sérias preocupações, com especialidade nas áreas onde há poucas possibilidades de reabastecimento desses reservatórios naturais. No vale de São Joaquim, por exemplo, onde se pratica intensa agricultura com água do subsolo, o nível do lençol subterrâneo tem baixado acentuadamente, indicando futura exaustão, o que representará o colapso de toda a atividade no rico vale.

A maior parte da água consumida na Califórnia é destinada à agricultura; uma grande parcela dessa água é distribuída por gravidade e outra bombeada e transportada, por meio de canais ou por tubulações, para áreas bem distantes, às vezes. A medida que se desenvolvem novas culturas, e novos campos de irrigação são abertos, mais água tem de ser transportada. No vale de São Joaquim, citado antes, já está havendo necessidade de adução de água, vinda de outras áreas. Por outro lado, o crescente desenvolvimento da indústria e o aumento da população das cidades exigem maiores quantidades de água transportada. Onde não há água em abundância, não se poderá implantar qualquer indústria.

Premidos pela crescente necessidade de água, como vimos, os californianos estão procurando, por todos os meios, aproveitar suas atuais reservas, enquanto pesquisam exaustivamente métodos econômicos que lhes permitam obter a de — salinização da água do mar, bem como a recuperação das águas servidas; quanto a este último caso, já há diversas indústrias, na Califórnia, que praticam esta recuperação.

O Sr. Fernandes Távora — Poderia V. Exa. prestar-me um esclarecimento?

O SR. JORGE MAYNARD — Pois não.

O Sr. Fernandes Távora — O transporte auxiliar de água é feito por canalização?

O SR. JORGE MAYNARD — O transporte de água pode ser feito com canalização fechada ou aberta. Quando há necessidade de bombeamento a canalização é fechada. Depois, então a água é lançada nos canais e distribuída por gravidade.

Para o melhor aproveitamento dos atuais disponibilidades, o Serviço Federal de Recuperação, do Departamento do Interior, e o Departamento Estadual de Águas elaboraram um grandioso projeto, denominado "Central Valley Project", o qual já está em execução. Destina-se ao suprimento de água para irrigação; ao abastecimento público; à produção de energia; ao melhoramento da navegação do baixo rio Sacramento; ao controle das enchentes; à drenagem da região; a evitar a intrusão de água salgada nas áreas de terras cultiváveis adjacentes à Baía de São Francisco, etc.

Dito em linhas muito gerais, o plano consiste no aproveitamento, em grande escala, das águas do norte do Estado e no seu lançamento para o centro e sul, numa distância de 1.200 quilômetros, até perto da fronteira do México. É o mais arrojado plano, na matéria, que já se idealizou no mundo. Para a sua execução, será necessária a construção de formidáveis conjuntos de obras diversas, como por exemplo, 260 grandes barragens novas com uma capacidade de armazenamento de 62 bilhões de metros cúbicos, os quais serão adicionados aos 24 bilhões já acumulados nos reservatórios existentes; numerosas outras obras serão necessárias. O plano prevê atender a 40 milhões de pessoas.

A primeira unidade do "Central Valley Project" já está iniciada, e o sistema do rio Feather, cuja obra principal será a grande barragem de Oroville, à margem da linha da Western Pacific Railway, a qual terá 220 metros de altura, reterá 4,3 bilhões de metros cúbicos. A água, depois de produzir energia elétrica, será conduzida para o centro e sul da Califórnia, por meio de tubulações, aquedutos, túneis e bombas, para distribuição às áreas necessitadas, desde Sacramento até San Diego, no extremo sul do Estado. Particularmente complexa é a intrapassagem do delta do Sacramento; aí os técnicos valem-se de genial concepção do engenheiro holandês Cornelis Diemond. Somente esta parte da obra custará 100 milhões de dólares; a despesa prevista para o projeto do rio Feather custará 1,6 bilhões e todo o "Central Valley Project" ficará em 12 bilhões de dólares.

Dizem os engenheiros do Departamento Estadual de Águas: "Queremos bastante água, no tempo certo e no lugar certo".

5. Usinas atuais do Rio Feather — Na viagem de Sacramento para Denver (Colorado), pelo magnífico trem "California Zephyr", da Western Pacific Railway, tivemos oportunidade de ver diversas barragens e usinas hidroelétricas do rio Feather, uma vez que a linha férrea se desenvolve, em grande extensão, ao longo daquele rio.

Essas usinas são as seguintes: Big Bend com o potencial de 70.000 kw; Poe, 120.000; Cresta, 70.000; Rock Creek, 110.000; e Bucks, 55.000. Há, ainda, não vistas da linha férrea, as seguintes usinas, no alto rio Feather: Caribou nº 1 — 75.000 kw; nº 2 — 120.000; Butt Valley, 40.000; e Hamilton 4.000. Todas elas têm um potencial de 564.800 kw que somadas ao da Usina Belden, em construção atingirá 778.000 kw.

As usinas do rio Feather são operadas pela "Pacific Gas and Electric Company", que mantém um sistema

interligado, abrangendo 47 dos 58 condados da Califórnia. Esse sistema elétrico compreende 63 usinas hidroelétricas, com o potencial de 1.972.000 kw, e 14 usinas termo e atomoeletricas, com o potencial de 3.630.500 kw; são, portanto, 77 usinas com a capacidade geradora de 5.603.000 kw. Cumpre informar que só existe uma única usina atomoeletrica, localizada nas vizinhanças de Oakland. As linhas de transmissão da empresa se estendem por 119.000 quilômetros, em um território de 400.000 quilômetros quadrados, o que dá uma ideia da colossal difusão da energia elétrica na Califórnia.

6 — Universidade da Califórnia — Inicialmente devemos prestar, em poucas palavras, informações sobre essa famosa instituição, para que se perceba o imenso campo de suas atividades.

Dedicando-se ao ensino à pesquisa e à prestação de serviços públicos, a Universidade é de inestimável utilidade para o povo dos Estados Unidos, e, em particular, ao da Califórnia.

É uma instituição mantida pelo Governo do Estado composta de um conjunto de estabelecimentos espalhados por toda a Califórnia, a saber: 7 escolas superiores; 6 departamentos de pesquisa, devotados ao estudo da energia nuclear, à engenharia à física e à astronomia; 9 estações agrícolas; 3 áreas experimentais; 1 horto florestal; 1 estação de pesquisas sobre peixes e animais silvestres; 52 serviços de extensão agrícola; 2 sedes de extensão universitária; e 2 instituições filiadas.

Dada a sua organização, em grande parte dedicada às riquezas naturais, a Universidade participa, através dos seus numerosos departamentos de pesquisa das estações experimentais, etc., das atividades do campo e das indústrias, prestando assim grandes serviços ao público. Isto faz com que os seus trabalhos tenham um aspecto dinâmico.

Fundada em 1868, conta hoje com 4.321 professores com tempo integral dedicado à Universidade, possui uma área de 13.000 hectares; diplomou no ano passado 9.758 alunos; as bibliotecas possuem 4.700.000 volumes; finalmente seus professores receberam já dez prêmios Nobel, o que demonstra o alto gabarito do corpo docente.

As 7 escolas fazem parte da Universidade da Califórnia, são: Berkeley Los Angeles, Davis Riverside Santa Barbara San Francisco e San Diego com uma matrícula de 50.000 alunos em todos os cursos. Para 1975 prevê-se a matrícula de 119.000 estudantes.

7 — Escola de Agronomia de Davis — Visitamos essa Escola, onde fomos recebidos pelo Vice-Reitor, Sr. Carter, e diversos professores dos cursos de irrigação fruticultura, veterinária, pecuária e produção agrícola.

Mostraram-se todos muito interessados em conhecer as coisas do Brasil, mormente do Nordeste. Por esta razão, inverteram-se os papéis: tivemos de prestar mais informações do que recebê-las. Falaram com entusiasmo da Universidade Rural do Brasil, no Km 47 da Rio-São Paulo, da qual conhecem muitos trabalhos.

A Escola de Agronomia de Davis, juntamente com as Escolas de Letras e Ciências de Veterinária e de um Departamento de Engenharia fazem, todas, parte da Universidade da Califórnia.

Davis fica localizada à margem da rodovia US40, a uma distância de 21 quilômetros a oeste de Sacramento, no centro de uma rica área agrícola possuindo um gleba de 1.500 hectares. O conjunto, denominado "Davis Campus" abrange um grande número de pavilhões, parques, residências, campos de esporte, etc. Tem juris-

dição também, sobre 8 estações experimentais e vários milhares de hectares de experiências, espalhados por todo o Estado.

No setor da Agronomia, os cursos versam sobre economia agrícola, educação agrícola, fisiologia animal, indústria do leite e laticínios, parasitologia, irrigação, pedologia e uma infinidade de outros assuntos. No setor das Letras e Ciências estuda-se história da civilização americana, artes, botânica, zoologia, química, geologia, etc., etc. No setor da Engenharia, há cursos correspondentes aos dois primeiros anos de Engenharia Civil e o 4º ano de Engenharia Agrícola, incluindo irrigação e drenagem; os outros anos do curso de engenharia são feitos em Berkeley e Los Angeles.

Em Davis, há 2.700 alunos matriculados, dos quais um terço é de mulheres. Há estudantes de cerca de 50 países estrangeiros.

Os cientistas, em Davis, estão constantemente fazendo pesquisas sobre genética, química, botânica, microbiologia, bio-química, etc. Os estudantes também se beneficiam desses amplos programas de pesquisas ali realizadas.

Na Escola de Agronomia, há também uma Divisão de Prática Agrícola, destinada a aqueles estudantes que possuem pouca experiência de fazendas. Por intermédio dela, os interessados aprendem a manejar as máquinas e implementos agrícolas, suplementando os seus conhecimentos e adquirindo prática. A Divisão também se encarrega de conseguir trabalho para os estudantes, nas fazendas durante o período de férias; assim, eles aprendem, ganhando.

8 — Homenagem — Em Sacramento, fomos homenageados por famílias da sociedade local que, gentilmente, nos ofereceram jantares, em suas aprazíveis residências.

O Sr. Fernandes Távora — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. JORGE MAYNARD — Com todo o prazer.

O Sr. Fernandes Távora — Desejaria que V. Exa. me dissesse se nessas regiões secas e irrigadas, e empregada a eletricidade na mineração. Esse aspecto interessa sobretudo ao Nordeste, onde temos grandes jazidas de minerais que esperamos explorar, quando tivermos a eletrificação daquela zona. Se a energia elétrica já é empregada na América do Norte na mineração alimentaremos a esperança de, no futuro, aplicá-la no Nordeste.

O SR. JORGE MAYNARD — A difusão da eletricidade nos Estados Unidos é enorme.

O Sr. Fernandes Távora — Sei que a energia elétrica é empregada na irrigação.

O SR. JORGE MAYNARD — Sem dúvida, em determinados setores da mineração, tem de ser empregada qualquer tipo de energia e a mais barata e mais a mão é a elétrica.

O Sr. Fernandes Távora — V. Exa. não há de estranhar minha pergunta, pois a SUDENE tem como ponto principal a eletrificação do Nordeste, visando não somente à indústria comum como, sobretudo, à mineração.

O SR. JORGE MAYNARD — Está certo, porque sem a energia, de modo geral, nada se conseguirá.

O Sr. Sérgio Marinho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JORGE MAYNARD — Com toda a honra.

O Sr. Sérgio Marinho — Desejaria que V. Exa. me desse uma informação, caso seja possível. Essa usina

átomo-elétrica é economicamente operável?

O SR. JORGE MAYNARD — O nobre Senador Sérgio Marinho aborda um tema bastante interessante e sobre o qual tratamos com elementos do Instituto de Stanford. Devido à exiguidade de tempo, não pude ler a parte do relatório relativo ao assunto. Explicaram-nos que, na atual do desenvolvimento da energia de fonte atômica, ela ainda não é econômica. Acredita-se porém, que dentro de pouco tempo será econômica. Fiz consulta nesse sentido porque, como sabemos nos brasileiros, especialmente os nordestinos, a maior deficiência do Nordeste é justamente a falta de energia elétrica. Dispomos de grandes fontes nos rios São Francisco e Parnaíba, insuficientes, porém, para o desenvolvimento futuro que almejamos de modo que teremos de apelar para outro tipo de energia e a mais à vista é a atômica, embora anti-econômica, por enquanto.

Essas usinas atômicas são as pioneiras, e cientistas não apenas norte-americanos, mas também europeus e do mundo inteiro estão interessados nesse novo tipo de energia, que não estamos longe de obter.

Existem outros tipos de energia, como a solar, ainda muito distante. O homem, porém, terá de ir buscá-la de qualquer forma; do contrário, perecerá.

V — Estado do Colorado

(28 de junho a 2 de julho)

Partindo de Sacramento, em confortável trem da Western Pacific Railway, viajamos para Denver, onde chegamos depois de 30 horas de viagem, na qual percorremos parte do Estado da Califórnia, atravessamos Nevada e Utah e penetramos a fundo no Estado do Colorado, até a sua Capital.

O traçado desse trecho da estrada de ferro é famoso pela beleza das regiões atravessadas. A construção dessa estrada constituiu uma das maiores epopeias da colonização do Oeste. Na Califórnia, ela segue o sinuoso e acidentado curso do rio Feather e galga a Serra Nevada; no Estado de Nevada, atravessa desertos; em Utah, cruza o deserto de Great Salt Lake, passa pela cidade de Salt Lake e penetra nas Montanhas Rochosas; finalmente, no Estado do Colorado, ultrapassa as altas montanhas, cruzando o divisor de águas continental, e atinge Denver.

O Estado do Colorado é o mais alto de toda a Nação, tendo uma altitude média de 2.040 metros; o ponto culminante do Estado tem 4.350 metros de altitude. O Colorado destaca-se pela riqueza mineral (urânio, molibdênio, ouro, etc.), pela sua intensa agricultura irrigada e pelas suas belezas naturais. Há ali, 11 florestas nacionais, além de parques e monumentos naturais que são cuidadosamente preservados.

Denver

Na altitude de 1.600 metros, localiza-se a Capital do Colorado em uma grande planície no Vale do rio South Platte, a qual se estende ao sopé das Montanhas Rochosas. A área metropolitana da cidade conta com 925.000 habitantes. Fundada em 1858, é hoje uma grande cidade, de comércio muito movimentado, belos parques, atraentes bairros residenciais, vida cultural intensa.

Visitamos o Vice-Governador, senhor Robert Knott, que nos recebeu no imponente Capitólio Estadual; naquela ocasião, encontrava-se ausente

o Governador Steve Nickols, que havia viajado a Hawai, para participar de uma conferência de Governadores. Em Denver, fomos acolhidos por pessoas do Instituto de Educação Internacional, que nos mostraram a cidade.

1 — 7º Distrito — Serviço de Recuperação

Sediado em Denver, está este Escritório do Departamento do Interior do Governo Federal. Na nossa visita, fomos recebidos pelo En. Litter, chefe da Repartição, que percorreu conosco todas as dependências, mostrando o bem montado Laboratório de Hidráulica e de Ensaios de Resistência dos Materiais. Vimos, em grande quantidade, modelos de rios, barragens, canais, etc., nos quais são procedidas as mais variadas experiências e observações sobre Hidráulica; do mesmo modo, há diversas máquinas e dispositivos para a determinação da resistência dos materiais, estruturas, etc., empregados nas obras.

Assistimos um filme sobre as colossais obras do sistema Colorado-Big Thompson. Particular atenção é dada, ali, ao problema do aproveitamento das águas provenientes das Montanhas Rochosas, que atravessam o Estado de norte a sul.

2 — União dos Agricultores

No edifício da Sociedade, fomos recebidos pelo Sr. Cha Brannan, fazendeiro, que foi Ministro da Agricultura, no Governo do Presidente Truman. Dizendo conhecer o Brasil, elogiou os trabalhos da Universidade Rural; do Km 47, ia Presidente Dutra. Demonstrando sempre muito interesse em conhecer aspectos da vida brasileira, pediu informações sobre a indústria da lã, sobre a fruticultura, etc. Discorreu só sobre a produção norte-americana, esclarecendo que, só no caso do algodão, possuem os Estados Unidos duas safras anuais, sem ter encontrado ainda a solução conveniente para o problema. Como fazendeiro o Sr. Brannan aplica, segundo disse, muitos dos conhecimentos adquiridos em nossa Universidade Rural.

3 — Sistema Colorado — Big Thompson e Irrigação

Durante um dia inteiro, visitamos esse complexo sistema de barragens, usinas hidroelétricas, casas de bombas, subestações, canais, túneis, campos de irrigação, etc. Na excursão, fomos acompanhados pelo Sr. Spencer, do Serviço de Recuperação, e por diversas outras pessoas, inclusive jornalistas.

Para que melhor se possa compreender o conjunto de obras, destinados principalmente à produção de energia elétrica e à irrigação, trataremos destes dois assuntos separadamente.

O setor das barragens, usinas hidroelétricas, linhas de transmissão, etc., está a cargo do Serviço de Recuperação, do Governo Federal; a distribuição e o controle da água para irrigação está a cargo do Distrito de Conservação de Águas do Norte do Colorado, do Governo Estadual. Em outras palavras, as instalações relativas à geração e transmissão de eletricidade são do Governo Federal; depois que as águas atingem o vale, as passagens pelas usinas geradoras, ficam sob o controle do Estado. Como se vê, o mecanismo administrativo é diferente daquele de Arizona, e há os dois sistemas se definem a fins idênticos.

A irrigação foi iniciada naquela região em 1860; os agricultores aproveitavam apenas as terras mais baixas, situadas ao longo dos rios. Depois, em 1870, foi organizada uma sociedade, a Union Colony, que construiu canais, pelos quais foram desviadas as águas do riacho Cache la Poudre, para as vizinhanças da localidade de Greeley. Em face do sucesso obtido, novas obras se seguiram em maiores proporções, nos vales dos rios South

Platte, Big Thompson e do próprio Cache la Poudre, os quais descem pela vertente leste das Montanhas Rochosas, divisor de águas continental. Em 1900, praticamente toda a água corrente dos rios citados era aplicada. Surgiu, então, a necessidade do armazenamento da água, durante a fase da abundância (primavera), para ser liberada no Verão; esse trabalho começou a ser feito em 1910. Mas, o consumo da água cresceu muito rapidamente, exigindo soluções mais amplas. Foi quando o Serviço Federal de Recuperação iniciou estudos para a solução do problema.

É fato conhecido de há muito tempo, que as precipitações de chuva e neve, na vertente ocidental são abundantes, devido às nuvens pesadas que, vindas do Pacífico e encontrando a colossal barreira das Rochosas, ali se condensam. Planejou-se, então, a grandiosa obra de captação das águas daquela vertente, de transposição do divisor de águas continental e de lançamento na escarpada vertente leste. Assim foi feito, entre os anos de 1938 e 1956.

O rio Colorado, cujas nascentes estão na vertente ocidental das Montanhas Rochosas, foi, então, represado pela Barragem Granby, que tem uma altura de 67 metros e forma um lago artificial com a capacidade de acumulação de 655 milhões de metros cúbicos de água; para aumentar ainda mais a reserva de água e aproveitar as condições topográficas favoráveis, foi construída a pequena barragem de Willow Creek, no rio do mesmo nome, afluente do Colorado, com 10,5 metros de altura e acumulando 13 milhões. A água acumulada nos dois reservatórios citados é bombeada para o lago natural Shadow Mountain, que, por sua vez, tem uma reserva de 22 milhões de metros cúbicos; assim, na vertente oeste há uma capacidade de acumulação total de água de 690 milhões, destinada ao transporte para a vertente leste.

Ainda na vertente oeste, foi construído outro grande reservatório, o Green Mountain no rio Blue, afluente do Colorado, cuja barragem tem 79 metros de altura, com a capacidade de acumulação de 188 milhões de metros cúbicos. Essa barragem tem como finalidade principal fazer com que os usuários das águas do Colorado, em outros Estados, a jusante, não sejam prejudicados nos seus direitos sobre a água daquele rio, direitos esses assegurados por lei. Como se vê, as águas acumuladas em Green Mountain não são desviadas para a vertente leste. Ao pé dessa barragem, foi construída uma usina hidroelétrica, com a capacidade de 21.600 quilowatts.

A água acumulada a oeste e destinada à transposição do divisor continental é, então, conduzida por gravidade, pelo Túnel Alva Adams, para a vertente leste, onde, depois de passar por uma série de usinas hidroelétricas, é lançada no amplo vale, irrigando-o.

O Túnel Alva Adams tem 21 quilômetros de extensão passando a uma profundidade de 1.140 metros abaixo da linha de cumeeada das Montanhas Rochosas. Com um diâmetro de 2,97 metros, permite uma descarga de 15,6 metros cúbicos por segundo; a diferença de nível entre a boca de entrada de água e a de saída é de 32,6 metros.

Transposto o divisor, as águas, já na vertente leste, são dirigidas para o pequeno Lago Mary com a capacidade de 1.125 milhões, onde existe uma barragem com 6 metros de altura e uma usina hidroelétrica de 8.100 quilowatts. Deste Lago Mary, as águas continuando sua descida serra abaixo, vão ao Lago Estes, que é formado pela Barragem Olympus, que tem a altura de 13 metros, representando 3.724 milhões; ali, existe outra usina

na hidroelétrica com o potencial de 45.000 kw. Prosseguindo, a água corre para o Reservatório Rattlesnake com a capacidade de 2.648 milhões formado por uma barragem de 40 metros de altura, passando antes chegar ao Lago, na Usina de Flatiron, de 33.250 kw. Adiante, sem descendo, está o pequeno Reservatório de Flatiron, com a capacidade de 0,920 milhões de metros cúbicos, qual recebe finalmente as águas pois de passarem na Usina do mesmo nome, de 63.000 kw. Do Lago Estes até Flatiron, há um complexo de sifões, túneis e canais que conduzem a água para uma queda de 561 metros, tendo no caminho a Usina Pole Hill citada em Flatiron há, também, uma usina revelável, que funciona como usina geradora de eletricidade e como bomba e vatória, conforme as necessidades e disponibilidades de água, tendo a potência de 8.500 kw. Finalmente está sendo construída a pequena usina Big Thompson, no rio deste nome com 4.500 kw. São, como vimos, usinas hidroelétricas, que têm o potencial de 183.950 kw. As estações bombeamento são 3 (Granby, Will Creek e Flatiron), sem incluir as estações montadas no próprio rio Colorado, entre a barragem Granby e confluência do rio Blue, estas atendem aos direitos sobre a água adquiridos anteriormente.

As linhas de transmissão, porém em alta tensão (115 e 69 mil volts) têm um comprimento de 1.230 quilômetros, inclusive o cabo elétrico que passa dentro do túnel Alva Adams.

Os canais, incluindo apenas principais, atingem cerca de 160 quilômetros e os túneis medem 55 quilômetros.

Esta é a parte do Governo Federal. Passando à parte do projeto, liga ao abastecimento de água para as cidades, vilas, etc. e para irrigação, qual está sob a jurisdição do Governo Estadual, lembramos que Flatiron é, por assim dizer, o ponto de contato entre as duas entidades e o Serviço Federal de Recuperação e o Distrito Estadual de Conservação de Águas.

Em Flatiron, está o escritório estadual encarregado da distribuição de água, denominado "Upper Platte System Despatching Office" onde foram recebidos pelos encarregados, tendo frente o Sr. Barkley.

Quando o agricultor, localizado em qualquer ponto do extenso vale irrigado, necessita de água, telefona para esse escritório e é atendido mediante uma série de providências transmitidas através de densa rede de comunicações, a qual liga todos os pontos-chaves de distribuição da água à área irrigada.

De Flatiron, partem dois grandes canais, uma para o norte e outro para o sul, formando ambos a base de uma grande figura triangular irregular, abrangendo toda a área irrigada e cujo vértice oposto a esta base, é justamente portanto, fica a muitos quilômetros, para leste.

O canal norte transporta água por gravidade, para o rio Big Thompson para a cidade de Loveland e para o Reservatório Horsetooth, que tem capacidade de 184 milhões de metros cúbicos e que é formado por 4 barragens, de alturas médias de 60 metros. Deste Reservatório de Horsetooth sai o canal Poudre, principal distribuidor da água de irrigação da parte norte da citada área triangular.

Quanto ao lado sul, a distribuição feita de modo diferente. De Flatiron a água é bombeada a uma altura de 89 metros, através de um túnel e um conduto forçado, para o Reservatório Carter. Quando há abundância de água e se inverte o escoamento, a usina reversível produz eletricidade. O Reservatório Carter é o principal alimentador do canal sul; ele tem a ca-

acidez de 136 milhões de metros cúbicos e é formado por uma barragem de terra, com 60 metros de altura. Dêsse reservatório sai o canal Little Vrain, que abastece o rio Little Thompson, o St Vrain Creek e o Canal Boulder Creek. Este último canal conduz água para o Reservatório Boulder e para o Boulder Creek, de onde sai a água para o Canal South Platte, pelo qual ela atinge a área sul do vale. O Canal St Vrain distribui água para a área central do vale. Todo este complexo sistema de canais, derivações, etc., irriga uma superfície de mais de 263.000 hectares, abastecendo de água 9 cidades e vilas. Um conjunto grandioso de obras.

Na área irrigada, as culturas são feitas nas seguintes proporções: beterraba 30%; feijão 6%; batata 6%; alfafa 16%; produtos para ensilagem; 3%; cevada 6%; milho 7%; trigo 1%; e outros 15%. Como se vê, a principal cultura é de beterraba, para fabricação de açúcar: para isso há algumas usinas no vale.

4 — Fazenda Bine:

Na parte final da tarde, visitamos essa fazenda, que se especializa na engorda de gado Hereford, pelo processo de confinamento. Toda a ração é preparada com produtos cultivados na própria fazenda, da mesma forma como o fazem os outros pecuaristas das zonas secas dos Estados Unidos, conforme vimos anteriormente.

Feita esta nossa última visita, deixamos Denver, com destino a New York: a impressão que trouxemos da grande capital e do Estado do Colorado foi a melhor possível, pelo que ali vimos e expusemos neste relatório.

6 — New York (2 a 3 de julho):

Em avião DC-8, a jato, da United Air Lines, viajamos para New York. O voo de 3 horas. Sobrevoamos as grandes planícies, na bacia hidrográfica Missouri-Mississippi, tivemos oportunidade de observar a imensidão da área cultivada naquela parte dos Estados Unidos.

Em New York, visitamos o Embaixador Freitas Vale, nas Nações Unidas; Srª Dora Vasconcelos, Côsul Geral do Brasil e o ex-enxador Assis Chateaubriand, no Bellevue Hospital. O Centro de Recepção, do Departamento de Estado, proporcionou excursão pela cidade.

Viajando em avião da VARIG, Boeing 707, regressamos finalmente ao Brasil, depois de um mês de magnífica e proveitosa viagem, quando tivemos a oportunidade de conhecer um grande país, de povo acolhedor e amigo.

Conclusão

Pela simples leitura do presente relatório, muitas conclusões podem ser auferidas, bem como estabelecidas diversas comparações entre o que existe e o que se faz nos Estados Unidos e aqui no Brasil, especialmente no Nordeste. Assim, parece-nos tornar-se já até fastidiosa a insistência sobre determinados assuntos. Por esta razão, salientaremos, em linhas gerais, apenas os pontos principais, no nosso julgamento.

Inicialmente, devemos, destacar a maneira cordial e amigável com que fomos recebidos nos Estados Unidos. As autoridades e todas as pessoas com quem mantivemos contato, e foram muitas, sempre demonstraram grande interesse e simpatia pelo Brasil. As altas personalidades do Governo Americano, com quem estivemos, fizeram sentir o desejo de cooperar conosco, na nossa luta contra o subdesenvolvimento. Do mesmo modo, tivemos acolhida condigna por parte das autoridades brasileiras, que nos dispensaram grande atenção.

Como vimos, no Estado de Oklahoma, a luta pela recuperação de uma terra que foi, antes, es-

polhada por uma agricultura imprópria e intensa. Cumpre-nos atentar para a urgente necessidade de tratarmos, aqui no Brasil, com muito maior consideração, o problema da recuperação e conservação de nosso solo; na verdade, temos perdido demasiado tempo neste sentido e requeamos que já esteja ficando tarde demais.

Na região semi-árida de Arizona, Califórnia e Colorado, onde há, também, espaços realmente áridos, vimos como o deserto está sendo conquistado para a agricultura e para a indústria, principalmente. Há muitos pontos de semelhança entre aquelas regiões e o Nordeste Brasileiro, devendo-se notar, entretanto, que em geral as nossas médias pluviométricas são mais elevadas. Em regra geral, o nosso problema é mais de irregularidade das chuvas, do que propriamente da sua falta quase total. Outra peculiaridade da região seca norte-americana é que ela é atravessada pelas altas Montanhas Rochosas e pela Serra Nevada, onde normalmente ocorrem nevascas e as chuvas são mais abundantes. Captação e armazenagem a água nas serras, e sua condução, vencendo grandes distâncias, para as terras secas, porém férteis, irrigando-as convenientemente. Há regiões em que a neve e a chuva, caídas nas montanhas, são também escassas. Ao descer da serra, a água é aproveitada para a geração de eletricidade, que é empregada nas operações de adução e distribuição para a irrigação dos campos e abastecimentos dos centros urbanos, etc., como foi explicado ao descrevermos as obras do Arizona Central, do Vale Central da Califórnia e da Vertente Oriental das Montanhas Rochosas, no Colorado. Água e energia elétrica são os dois fatores principais da conquistado deserto. O lavrador e o pecuarista não ficam no desconhecimento dos objetivos colimados pelos grandes empreendimentos, destinados ao melhor aproveitamento da água e da terra: são postos em condições de compreender a luta travada com a Natureza adversa.

Observadas as características próprias e algumas diferenças entre as regiões, poderemos realizar no Polígono das Secas muito daquilo que está sendo feito e que está projetado no Oeste Norte-Americano. Outro fator importante é a diferença de condições econômicas entre os dois países. Grandes obras já executamos no Nordeste do Brasil e os nossos técnicos têm demonstrado, à sociedade, um perfeito conhecimento do problema.

Com a criação da SUDENE, novas esperanças surgiram de recuperação daquela grande área do nosso território. O primeiro plano apresentado por essa entidade governamental está em final de tramitação na Câmara dos Deputados, e brevemente deverá vir ao exame do Senado Federal. Aprovado, teremos o almejado Plano Geral, que virá disciplinar as atividades governamentais na região.

Como vimos, são indispensáveis — a água, a energia e a educação do habitante da região. Não se desprenda daí que os outros fatores, como estradas, indústrias, saúde, abastecimento, etc., não sejam também muito importantes. Dentro do vasto Polígono das Secas há uma variedade grande de problemas, sendo possível que, em determinadas áreas, algum problema específico avulte sobre os demais. A verdade é que, com a água, poderemos ter agricultura e pecuária em bases mais estáveis, abastecer as cidades, indústrias, etc.; com a energia, poderemos transportar a água para onde dela necessitarmos, implantar as indústrias indispensáveis ao estabelecimento de uma economia mais sólida, proceder à eletrificação geral, iluminar as cidades e obter uma melhoria de outros benefícios.

Com a educação, com a educação do homem da região e o emprego de suas forças de cooperar mais eficientemente na luta contra o subdesenvolvimento. Tudo isto só conseguiremos mediante grande esforço, pois a tarefa é gigantesca.

Finalizando este relatório, cabe-nos agradecer ao Departamento de Estado e às autoridades norte-americanas a gentileza com que distinguiram os membros da Comissão de todos os Problemas das Secas, proporcionando-nos bela e proveitosa viagem ao seu grande país. Igualmente agradecemos ao Vice-Presidente do Senado Federal, o eminente Senador Moura Andrade, a quem sempre mantivemos a par de nossas atividades nos Estados Unidos, pelo interesse com que Sua Exa. acompanhou os trabalhos da Comissão.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

ções de cooperar mais eficientemente na luta contra o subdesenvolvimento.

Tudo isto só conseguiremos mediante grande esforço, pois a tarefa é gigantesca.

Finalizando este relatório, cabe-nos agradecer ao Departamento de Estado e às autoridades norte-americanas a gentileza com que distinguiram os membros da Comissão de todos os Problemas das Secas, proporcionando-nos bela e proveitosa viagem ao seu grande país. Igualmente agradecemos ao Vice-Presidente do Senado Federal, o eminente Senador Moura Andrade, a quem sempre mantivemos a par de nossas atividades nos Estados Unidos, pelo interesse com que Sua Exa. acompanhou os trabalhos da Comissão.

Era o que tinha a dizer. Sr. Presidente. (Muito bem! Muito bem! Palmas).

Secretaria do Senado Federal Atos do Diretor Geral

O Diretor-Geral deferiu os seguintes requerimentos:

De José Ribeiro Lima, Motorista, Símbolo PL-10, solicitando férias relativas ao período de 1960, a partir de 16 de agosto em curso;

De José Coutinho de Araújo, Motorista, Símbolo PL-8, solicitando férias relativas ao período de 1960, a partir de 16 de agosto em curso;

De Carlos Braga, Auxiliar de Portaria, Símbolo PL-8, solicitando férias relativas ao período de 1959, a partir de 14 de agosto em curso;

De Lygia Moraes Abreu, Oficial Legislativo, Símbolo PL-7, solicitando férias relativas ao período de 1959, a partir de 28 de agosto em curso;

De Marietta Jacy de Oliveira, Oficial Legislativo, Símbolo PL-4, solicitando 3 meses de licença especial a partir do dia 29 de julho;

De Antonio Carlos Bandeira, Redator, Símbolo PL-3, em que solicita 6 meses de licença especial, a partir de 28 de agosto em curso;

De Mario Marques da Costa, Oficial da Ata Símbolo PL-3, solicitando férias relativas ao período de 1960, a partir de 21 de agosto em curso;

De Luiz Lourenço, Auxiliar de Limpeza, Símbolo PL-11, solicitando conste em seus assentamentos o elogio recebido do Senhor Diretor da Taquígrafia pelos bons serviços prestados à essa Diretoria;

De Paulo Costa de Oliveira, Motorista, Símbolo PL-8, solicitando seja considerado como fãla, o período de 7 a 13 de agosto em curso;

e abonou as faltas dos seguintes funcionários:

De Pedro Leão Gonella, Auxiliar de Portaria, PL-10, nos dias 3, 4 e 5 de agosto em curso, levando à conta de licença para tratamento de saúde as demais faltas;

De Italina Cruz Alves, Oficial Legislativo, PL-4, no dia 9 de agosto em curso;

De Francisco Gomes, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 31 de julho p. passado;

De Carlos Augusto Senize, "pro-labore", no dia 10 de agosto em curso;

De Decleciano de Araújo Silva, Auxiliar de Portaria, PL-9, no dia 7 do corrente;

De Paulo Roberto Ayres, "pro-labore", no dia 3 do corrente mês;

De Cecília Braconi e Castro, Oficial Legislativo, PL-6, no dia 10 de agosto em curso;

Secretaria do Senado Federal, em 13 de agosto de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 151 — DE 17 DE AGOSTO DE 1961

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Jorge Paiva do Nascimento, Oficial Legislativo, PL-8, para exercer as funções de Chefe da Seção Financeira, da Diretoria de Contabilidade. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

PORTARIA Nº 152 — DE 7 DE AGOSTO DE 1961

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve, a pedido, designar Luciano de Figueiredo Mesquita, Assessor Legislativo, PL-3, das funções de seu Assessor técnico na direção dos serviços administrativos, determinando seja consignado nos seus assentamentos, elogio pelos excepcionais serviços prestados ao seu Gabinete, no exercício das referidas funções. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

REPÚBLICA-SE POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES

PORTARIA Nº 147 — DE 10 DE AGOSTO DE 1961

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar da Diretoria da Ata, Luiz Valdevino de Lima, Auxiliar de Limpeza, PL-11. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

Comissão de Promoções

A Comissão de Promoções, em reunião realizada no dia 16 do mês em curso, após tomar conhecimento da existência de vagas na carreira de Oficial Legislativo, decorrentes da nomeação de Micio dos Santos Andrade para o cargo de Diretor, organizou as seguintes listas, obedecendo ao disposto no art. 98 do Regulamento da Secretaria:

De PL-4 a PL-3 — Merecimento

Adherbal Távora de Albuquerque Nair Cardoso
Vindos da lista anterior
Romilda Duarte

De PL-6 a PL-4 — Antiquidade

Amélia Figueiredo de Melo Vianna

De PL-7 a PL-6 — Merecimento

Almerinda Vianna Baker
Maria de Lourdes Oliveira Rodrigues
Vindas de lista anterior
Ercília Cruz da Fonseca

De PL-8 a PL-7 — Merecimento

Maria José Miranda de Siqueira Lima
(A única com interstício na classe)

Secretaria do Senado Federal, em 16 de agosto de 1961. — Evandro Mendes Vianna, Presidente da Comissão de Promoções.

PORTARIA Nº 148 DE 14 DE AGOSTO DE 1961

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve desligar, a pedido, das funções de Chefe da Seção Administrativa, da Diretoria do Pessoal, Neuza Rita Perácio Monteiro, Oficial Legislativo, PL-6, elogiando-a pelos excelentes serviços prestados. — Ass. Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

RESENHA DOS DISCURSOS PROFERIDOS NO MES DE JULHO DE 1961

Organizada pela Sinopse do Protocolo Geral do Senado Federal

Afrânio Lages — Em 25 de agosto de 1961, no problema da 1ª sessão ordinária sob o tema "Colaboração do Brasil no L. 11

e as chamadas "Ligas Camponesas", lembrando ainda que solicitava ao Deputado Carlos Gomes elaboração de projeto que dê maiores recursos a esses órgãos. (DCN. 24-7-61). Em 27-7-61 faz apelo ao Ministro Romero Costa para que inclua a lavoura canavieira alagoana nos estudos da Comissão que constituiu. (DCN. 28 de julho de 1961).

Alô Guimarães — Em 26-7-61 refere-se a dois telegramas recebidos dos Municípios de Pirai do Sul e Jacarézinho, alusivos à falta de assistência médico-hospitalar e à paralização do aeroporto local. (DCN. 27 de julho de 1961). Em 27-7-61 debate assunto relacionado com a energia e seu aproveitamento em nosso País, notadamente no Estado do Paraná. (DCN. 28-7-61). Em 28-7-61 expõe fatos ligados ao problema do café no Brasil, bem como ao regulamento de embarques das safras de 1961-62, pelo IBC. (DCN. 29-7-61).

Aloísio de Carvalho — Em 13-7-61, em discussão o PLC. nº 90-61 (horário corrido), oferece parecer em nome da Com. de Serviço Público Civil. (DCN. 14-7-61). Em 9-7-61 (extr. às 17.30), usa da palavra para encaminhar votação de Requerimento relativo ao PLS. nº 28-58. (DCN. 10-7-61 — Suplemento).

Argemiro Figueiredo — Em 6-7-61 protesta contra a situação de abandono em que se encontra o Nordeste, fazendo referências à SUDENE e lendo artigo em "O Globo". (DCN. 7-7-61). Em 12-7-61 saída, com palavras elogiosas, o novo Senador pelo Estado de Goiás, Sr. Juscelino Kubitschek. (DCN. 13-7-61). Em 17-7-61 registra solução para os problemas do Nordeste, solicitando ao Presidente da República revisão de plano irracional e criminoso na SUDENE. (DCN. 18-7-61).

Em 18-7-61 destaca trechos de artigo de autoria do ex-Senador Assis Chateaubriand sob título "Do Colosso ao Casorobô", publicado no "Correio Brasileiro". (DCN. 19-7-61). Em 19-7-61, para encaminhar votação, tece comentários em torno do PLC. nº 175-59 (Escola de Enfermagem), ora em discussão. (DCN. 20 de julho de 1961). Em 25-7-61 refere-se ao intenso trabalho desenvolvido pelo Congresso, à Comissão que recentemente visitou várias dos Estados Unidos, apelando ao Presidente da República para que reveja plano da SUDENE. (DCN. 26-7-61).

Barros de Carvalho — Em 4-7-61, para encaminhar votação do PLC. nº 58-61 (Reforma do Itamarati), dá seu apoio. No mesmo dia (extr. às 16.30), em nome do PTB, agradece concessão de realização das reuniões da 13ª Convenção, inserindo em seu discurso publicação no "Correio da Manhã". (DCN. 5-7-61). Em 12 de julho de 1961 saída, com palavras elogiosas, o novo Senador pelo Estado de Goiás, Sr. Juscelino Kubitschek. (DCN. 13-7-61). Em 20-7-61, relativamente às demarques do Sr. Celso Furtado, Superintendente da SUDENE, junto às autoridades do Governo Norte-Americano, declara não ser justo importar-se cereais, atirando na ociosidade o pobre nordestino. (DCN. 21-7-61).

Benedito Valadares — Em 12-7-61 saída com referências elogiosas, o novo Senador pelo Estado de Goiás, Sr. Juscelino Kubitschek. (DCN. 13-7-61).

Brasílio Celestino — Em 5-7-61 lousa iniciativa do "Diário Carioca" e do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, pela realização do 1º Seminário de Carvão Nacional. (DCN. 6-7-61). Em 10-7-61, referindo-se à Emenda Constitucional nº 4, declara

que os grandes expoentes da cultura jurídica, compreenderão o sentido da referida Emenda. (DCN. 11-7-61). Em 14-7-61, em discussão Projeto que institui Dia do Trabalhador nas Minas de Carvão, declara-se favorável ao mesmo. Na mesma sessão registra passagem de mais um aniversário da Queda da Bastilha. (DCN. 15 de julho de 1961). Em 25-7-61 homenageia o colono brasileiro, referindo-se à confiança e às providências já postas em prática pelo atual Governo, saudando, outrossim, o imigrante de além-mar, que ajuda a construir o Brasil de amanhã. (DCN. 26-7-61).

Caetano de Castro — Em 4-7-61, para declaração de voto ao projeto da Reforma do Itamarati, sugere maior garantia e melhor assistência aos nossos representantes no Exterior. Na mesma sessão elogia a atenção das autoridades competentes para as favelas que se estão formando em Brasília, sobretudo quanto à higiene. (DCN. 5-7-61). Em 7-7-61 declara que a sessão de hoje foi cheia de emoções pelos vários discursos, verdadeiros poemas, dos colegas. Lembra finalmente Voto Presidencial ao PLC. que beneficiava os civis da FEB. (DCN. 8-7-61). Em 10 de julho de 1961, referindo-se ainda à Lei de Amparo aos Ex-Combatentes, lê memoria em que as pracinhas apelam contra o Veto ao projeto que concede aposentadoria aos 25 anos de serviço. (DCN. 11-7-61). Em 12-7-61 fala de uma lei que resolve de uma vez por todas, o problema das pensões dos Parlamentares, a fim de evitar o que está acontecendo: concessão de pensões desordenadamente. (DCN. 13-7-61). Em 13-7-61, em discussão o PLS. nº 7-59, sugere aconselhável a rejeição do Projeto. (DCN. 14-7-61). Em 14-7-61 tece considerações ainda em torno dos Pracinhas, falando de pensões concedidas a filhos de expedicionários. (DCN. de 15 de julho de 1961). Em 28-7-61, em discussão o PR. nº 31-61, declara que não é justo que um funcionário posto à disposição de outro Estado, conte tempo em dobro para efeito de aposentadoria. (DCN. 29-7-61).

Cunha Melo — Em 7-7-61 agradece palavras do colega Venâncio Greijas e apresenta, para transcrição no DCN., diversos documentos descritivos por todas, o problema das pensões de 1961).

Daniel Krieger — Em 3-7-61, respondendo ao discurso do Senador Lima Teixeira, tece considerações em torno da liberdade de imprensa. (DCN. 4-7-61). Em 25 de julho de 1961 incorpora-se às manifestações de apreço e admiração a Aderson Magalhães, aposentado, lendo ainda artigo do referido servidor sob o título "Adeus às Armas". (DCN. 26 de julho de 1961).

Fausto Cabral — Em 18-7-61 faz relato de peregrinação, com demais colegas, pelos Estados secos dos Estados Unidos. (DCN. 19-7-61).

Fernandes Távora — Em 3-7-61 justifica projeto que apresentara regulando a locação de imóveis. (DCN. 4-7-61). Em 5 de julho de 1961 lê discurso em que se reporta à espantosa catástrofe de Orós, lendo dados sobre os prejuízos causados no Município de Jaguaribe. (DCN. 6-7-61). Em 19-7-61, para encaminhar votação, tece comentários em torno do PLC. nº 175-59 (Escola de Enfermagem), ora em discussão. (DCN. 20 de julho de 1961).

Filinto Müller — Em 12-7-61 saída o novo Senador pelo Estado de Goiás, Sr. Juscelino Kubitschek. (DCN. 13 de julho de 1961).

Em 14-7-61, em votação Projeto que institui o Dia do Trabalhador nas Minas de Carvão, declara-se favorável à sua aprovação. (DCN. 15-7-61). Em 17 de julho de 1961 reporta-se a comentários

da imprensa em torno de seu nome, prestando esclarecimentos sobre celeuma relativa ao Projeto do horário corrido. (DCN. 18-7-61). Em 19 de julho de 1961 (extr. às 17.30) usa da palavra, não propriamente para encaminhar votação, mas para, em nome da Amória, render homenagem ao Sr. Aderson Magalhães. (DCN. 20-7-61) — Suplemento. Em 21 de julho de 1961 apela para o Sr. Presidente da República a fim de dar solução ao problema do Município de Dourados, em Mato Grosso, pois devido à retração dos Bancos, os agricultores se encontram em situação difícil. Na mesma sessão encaminha à Mesa P.L. nº 8-1961, justificando-o. (DCN. 22-7-61).

Gaspar Veloso — Em 20-7-61 (extr. às 17.30), como relator da Com. de Relações Exteriores, oferece parecer relativo aos ofícios do Ministro Afonso Arinos. (DCN. 21-7-61 — Suplemento).

Gilberto Marinho — Em 3-7-61 manifesta seu apoio à emenda apresentada ao Orçamento pelo Deputado Breno da Silveira. (DCN. 4-7-61).

Em 11-7-61 aplaude decisão judicial que deferiu mandado de segurança impetrado por servidores federais contra ato do Executivo. (DCN. 12-7-61).

Em 14-7-61 requer inserção nos "raios de editoriais de jornais cariocas" sobre o regime de seis horas contínuas de trabalho no serviço público civil. (DCN. 15-7-61).

Em 17-7-61 tece considerações sobre a rejeição pelo Senado, do projeto que concede o regime de trabalho de horário corrido aos funcionários civis da União. (DCN. 18-7-61).

Em 18-7-61 pede a atenção do Min. do Trabalho para a situação dos ferroviários e empregados em empresas de serviços públicos, no sentido de lhes ser concedida aposentadoria com 30% do salário de benefício. (DCN. 19-7-61).

Em 19-7-61 homenageia o Diretor do Diário Carioca, Sr. Macedo Soares, pelo acerto do artigo publicado a propósito dos fundamentos do projeto que restabelece o horário corrido para o funcionalismo público da União. (DCN. 20-7-61).

Em 24-7-61 homenageia o Dr. Arnaldo Sussekind, referindo-se à péga oratória por ele proferida no ato de sua posse. (DCN. 25-7-61).

Em 25-7-61 transmite apelo ao Presidente da República no sentido de que sejam cumpridas as leis que amparam os servidores das verbas globais. Na mesma data, para encaminhar votação do PLC nº 74-61, emite parecer verbal em torno do mesmo, bem como suas emendas. (O encaminhamento publicado no DCN. 26-7-61).

Em 27-7-61 encarece a necessidade de acelerar o processo de interiorização brasileira. (DCN. 28-7-61).

Em 28-7-61 destaca serviços prestados ao Brasil pelo jornal "O Globo", saudando a pessoa de Roberto Marinho e seus colaboradores, defendendo, outrossim, o projeto que estende aos servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e da Cia. Nacional de Tuberculose, os benefícios da lei que equipara os servidores da União à categoria de extranumerários mensialistas.

Guido Mondin — Em 18-7-61 presta esclarecimentos, segundo falsa opinião da imprensa, quanto à sua votação no Projeto do horário corrido. (DCN. 19-7-61).

Em 25-7-61 presta sua homenagem ao "Dia do Colono", uma das mais belas tradições do Est. do Rio Grande do Sul, lembrando ainda figura de Mansueto Bernardi. (DCN. 26-7-61).

Em 28-7-61 reitera apelo a fim de que os Institutos de Aposentadoria, particularmente o IAPFESP, parem

regularmente a seus pensionistas. (DCN. 29-7-61).

Em 31-7-61 fala das dificuldades surgidas para o desenvolvimento econômico do mais novo Município do RS, o da Barra do Ribeiro. (DCN. 1-8-61).

Heribaldo Vieira — Em 7-7-61 faz apelo ao Ministro de Com. e Ind. como intermediário dos interesses do Est. de Sergipe, relativo a providências adotadas pelo Instituto Nacional do Sal. (DCN. 8-7-61).

Em 11-7-61 encaminha à Mesa projeto de Lei que dispõe sobre a remoção de funcionários civis da União. (DCN. 12-7-61).

Em 1-8-61 (conjunta extraordinária às 11 horas), enaltece figuras históricas do Peru, presente o Presidente do Peru, Sr. Manuel Prado. (DCN. 2-8-61).

Jefferson de Aguiar — Em 12-7-61 para encaminhar votação de projeto que concede anistia a todos os trabalhadores ao mesmo. (DCN. 13-7-61).

Em 14-7-61 reverencia a memória de Jose de Melo Carneiro, filho de Freire, pelo centenario de seu nascimento. (DCN. 15-7-61).

Em 19-7-61 (extr. às 17.30), usa da palavra para encaminhar votação do PLC nº 12-58, ora em discussão. (DCN. 20-7-61 — Suplemento).

Em 27-7-61 congratula-se com o Senado pela promulgação de Decr. Leg. que concede anistia a todos os trabalhadores que participaram de greves no território nacional. (DCN. 28-7-61).

João Villasboas — Em 5-7-61 traz ao conhecimento da Casa a nota trocada entre as Chanceries, Brasileira e Chilena, na defesa dos interesses americanos em nosso hemisfério. (DCN. 6-7-61).

Em 17-7-61 declara que a Minúcia está imbuída com o pensamento exposto pelo Sen. Filinto Müller, bem como o Presidente, relativamente a comentários feitos na imprensa concernentes ao Projeto do horário corrido. (DCN. 18-7-61).

Em 18-7-61 usa da palavra para encaminhar votação do projeto que trata do salário mínimo dos mestres, ora em discussão. (DCN. 19-7-61).

Em 19-7-61, para encaminhar votação, tece comentários em torno do PLC nº 175-59 (Escola de Enfermagem), ora em discussão. (DCN. 20-7-61).

Em 21-7-61 declara que tem uma grande satisfação que, em nome da Bancada da UDN, subscreva o PDL nº 8-61, de iniciativa do Sen. Filinto Müller. (DCN. 22-7-61).

Jorge Manard — Em 21-7-61 dá explicação pessoal, oferta mais alguns dias na elaboração do relatório das impressões colhidas pelos colegas Fausto Cabral — Rogivaldo Fernandes e Rui Carneiro, em viagem ao EE. UU. (DCN. 22-7-61).

Juscelino Kubitschek — Em 12-7-61 lê seu primeiro discurso no Senado Federal, expressando agradecimentos ao povo goiano, à Assembleia do Est. do Rio e da Guanabara, e, em todos os homens públicos e cidadãos que aqui vieram trazer sua solidariedade. Fala ainda acerca da política internacional do Brasil. (DCN. 13-7-61).

Lima Teixeira — Em 3-7-61 saída a Bahia pela passagem do 2 de julho, lendo ainda artigo no "Jornal de Brasil" sobre liberdade de imprensa, reportando-se ao princípio de autodeterminação em Cuba. Na mesma sessão declara que o Dep. Francisco Julião é socialista. Foi apertado pelos colegas Daniel Krieger e Norueira da Gama, que se desentenderam. (DCN. 4-7-61).

Em 5-7-61 aborda situação precária do Instituto de Jacuá da Bahia, fazendo apelo ao Pres. da República

para que resolva o problema dos canicuitos baianos. (DCN. 6-7-61).

Em 7-7-61 refere-se ao Estatuto da Terra, ou Reforma Agrária, tocando considerações diversas sobre a maneira de governar os Sr. Jânio Quadros. (DCN. 8-7-61).

Em 10-7-61, referindo-se a convocação, de surpresa, dos deputados, pelo Sr. Jânio Quadros, faz vários comentários em torno do atual Governo. (DCN. 11-7-61).

Em 12-7-61 saída, com palavras elogiosas, ao novo Senador pelo Estado de Goiás, Sr. Juscelino Kubitschek. (DCN. 13-7-61).

Em 14-7-61 aplaude o Pres. da república pelo Fundo Especial para a lavoura e Indústria do Açúcar no Nordeste. (DCN. 15-7-61).

Em 17-7-61, aplaude declarações do Pres. John Kennedy ao Pres. da Sudene, sobre o Nordeste brasileiro. (DCN. 18-7-61).

Em 19-7-61, para encaminhar votação, tece comentários em torno do PLC nº 175-59 (Escola de Enfermagem), ora em discussão. (DCN. 20-7-61).

Em 19-7-61 (extr. às 17.30), usa a palavra para encaminhar votação, em relação ao PLC nº 28-58. (DCN. 20-7-61 — Suplemento).

Em 24-7-61 declara que o Pres. da Rep. apresentara, em 1962, um Plano Quinquenal, para balanço dos recursos nacionais, reportando-se, ainda, à Reforma Agrária. (DCN. 25-7-61).

Em 25-7-61, para encaminhar votação do PLC nº 74-61 tece comentários em torno do mesmo, em como suas emendas. Na mesma sessão, refere-se à comemoração na data de hoje, notadamente nos Sindicatos Rodoviários, do "Dia do Motorista". (DCN. 26-7-61).

Em 26-7-61 faz referência à extinção, bem como ampliação de novos Escritórios Comerciais — reportando-se aos Requerimentos — enviados, cujas respostas não foram ainda recebidas. (DCN. 27-7-61).

Em 31-7-61 tece breves considerações em torno de ato do Sr. Jânio Quadros, transferindo a Petrópolis para a cidade de Salvador, Bahia. (DCN. 1-8-61).

Lino de Matos — Em 13-7-61, referindo-se ao discurso do Sen. Juscelino Kubitschek, declara que a inegável simpatia pessoal do novo Senador não o isenta da culpa de haver passado as mãos do Sr. Jânio Quadros, a missão super-humana de renovação governamental. (DCN. 14-7-61).

Louvo da Silveira — Em 6-7-61, lembrando que o porto de Belém nos últimos tempos da borracha foi um dos mais movimentados do País, cita o nome dos órgãos que não devem faltar com a parte que lhes compete para um conjunto de medidas que regularize o transporte fluvial dos portos na Amazônia. No mesmo dia (extr. às 16.30), apresenta Requerimento nº 238-61 para retirada da Emenda nº 57-61, ao PLC, digo retirada da Emenda ao PLC nº 57-61. (DCN. 7-7-61).

Em 10 de julho de 1961 volta a focalizar assunto sobre a extinção da E. F. Brazanica, no Estado do Pará, lendo, sobre o mesmo tema, ofício recebido do Prefeito Municipal de Bragança. (DCN. 12 de julho de 1961).

Em 11 de julho de 1961 lê editorial de "O Globo" sobre queixa de congressistas, de que o Presidente da República não toma conhecimento do Legislativo. (DCN. 12 de julho de 1961).

Em 14 de julho de 1961 aborda problemas da cidade de Belém do Pará, falando também das favelas que se estão formando em Brasília,

de recebido dos residentes no Núcleo Bandeirante e carta do Dr. Nilton Antunes de Oliveira, Louva ainda a atitude do Sr. Jânio Quadros, pela permanência da E. F. Bragança. (DCN. 15 de julho de 1961).

Lopes da Costa — Em 3 de julho de 1961 aborda questão da pecuária nacional e suas imensas possibilidades, fazendo apelo ao Presidente da República para que a agricultura e a pecuária marchem em igual crescimento. (DCN. 4 de julho de 1961).

Em 5 de julho de 1961 reverência a memória do Desembargador José Barnabé de Mesquita, filho de Mato Grosso. (DCN. 6 de julho de 1961).

Mem de Sá — Em 13 de julho de 1961, em discussão o PLS nº 7-1959, manifesta-se em nome da Com. de Finanças. (DCN. 14 de julho de 1961).

Em 17 de julho de 1961 presta homenagem a cidade rio-grandense do sul da Bage, pelo quicentário de sua fundação. (DCN. 18 de julho de 1961).

Em explicação pessoal, transmite ao Min. da Agricultura, apelo dos Senadores Riograndenses para que seja traçado um plano de preço para os suínos, nos Municípios de subcultura do Rio Grande do Sul. (DCN. 20 de julho de 1961).

Em 19 de julho de 1961, para declaração de voto, tece comentários em torno do PLC nº 175-59 (Escola de Enfermagem), ora em discussão. (DCN. 20 de julho de 1961 Extra. às 17.30 — Suplemento).

Em 24 de julho de 1961 aborda duas notícias de importância para o Rio Grande do Sul: providências do Presidente da República para construção de barcos pesqueiros nos Brasil e prioridade para empréstimos externos no que respeita a construção de frigoríficos, etc. (DCN. 25 de julho de 1961).

Em 25 de julho de 1961 tece comentários em torno do PLC nº 74-61, ora em discussão.

Na mesma sessão, em nome da Com. de Relações Exteriores, emite parecer favorável ao Requerimento do Senador Vivaldo Lima, para desempenhar missão no Exterior. (DCN. 16 de julho de 1961).

Mendonça Clark — Em 11 de julho de 1961 renova apelo no sentido de que a Comissão de Coordenação e Planejamento seja instalada no Senado, falando ainda da próxima visita do Presidente da República, nos dias 28 e 29 de julho de 1961, ao Nordeste. (DCN. 12 de julho de 1961).

Em 13 de julho de 1961 restabelece verdade sobre invento de Antonio Vivaldo Filho — Declara que o Piauí confia na ação administrativa do Sr. Jânio Quadros e agradece atenção com que trataram dos assuntos piauienses os jornais "Correio da Manhã", "Diário de Notícias", "Tribuna da Imprensa", "Jornal do Brasil" e outros. (DCN. 14 de julho de 1961 — Republicado no DCN. 21 de julho de 1961 — Suplemento).

Em 18 de julho de 1961 referindo-se a próxima reunião em que o Presidente da República se encontrará com os Governadores dos Estados do Piauí e Maranhão, fala dos sérios problemas do Estado do Piauí. (DCN. 19 de julho de 1961 — Republicado no DCN. 21 de julho de 1961 — Suplemento).

Em 19 de julho de 1961, para encaminhar votação, tece comentários em torno do PLC nº 175-59 (Escola de Enfermagem), ora em discussão. (DCN. 20 de julho de 1961).

Em 19 de julho de 1961 (extr. às 17.30), usa a palavra para encaminhar votação do PLC nº 12-58, ora em discussão. (DCN. 20 de julho de 1961 — Suplemento).

Em 19 de julho de 1961 (extr. às 17.30), usa a palavra para encaminhar votação do PLC nº 12-58, ora em discussão. (DCN. 20 de julho de 1961 — Suplemento).

Em 20 de julho de 1961 cuida dos interesses do Piauí e faz referências aos seus Requerimentos de informações, agradecendo ao Presidente da República atendimento rápido referente ao prego da cera de carnaúba. (DCN. 21 de julho de 1961).

Em 21 de julho de 1961 tece vários agradecimentos, inclusive ao Governador Carvalho Pinto e a nomeação do Dr. Cláudio Pacheco, aos Ministros de Estado e ao Presidente da República pela maneira com vêm tratando o Piauí, congratulando-se com os piauienses. (DCN. 22 de julho de 1961).

Em 26 de julho de 1961 reclama do Governo providências mínimas para o Estado do Piauí, referindo-se a retenção de águas que possibilite agricultura e criação de gado. (DCN. 27 de julho de 1961).

Miguel Couto — Em 5 de julho de 1961 lê discurso em que envia calorosas felicitações ao Presidente Jânio Quadros e ao Governador Celso Peçanha pelo brilho com que se conduziram no concílio de Governadores. (DCN. 6 de julho de 1961).

Milton Campos — Em 7 de julho de 1961 lembra celebração de significativa data de cidade de Ouro Preto, antiga capital de Minas Gerais. (DCN. 8 de julho de 1961).

Em 13 de julho de 1961 em discussão o PLC nº 90-61 (horário corrido), opina quanto à constitucionalidade das emendas e sua conveniência. (DCN. 14 de julho de 1961).

Moura Andrade — Em 4 de julho de 1961 (extr. às 16.30), comunica aos Srs. Senadores que teve a máxima satisfação em ceder o plenário do Senado Federal para a convenção do PTB. (DCN. 5 de julho de 1961).

Em 17 de julho de 1961 nova o Senador Filinto Müller pelas declarações que faz em torno do Projeto do horário corrido, afirmando ainda que fixação de horário e atribuição reservada à administração. (DCN. 18 de julho de 1961).

Nogueira da Gama — Em 7 de julho de 1961 presta homenagem à cidade de Ouro Preto, que completa 250 anos, fazendo apelo ao Governo para que preserve os monumentos arquitetônicos ali deixados pelo Aleijadinho. (DCN. 8 de julho de 1961).

Em 12 de julho de 1961 em votação o PLC nº 88-61, declara-se favorável a sua aprovação (concessão de pensão à viúva). (DCN. 13 de julho de 1961).

Novais Filho — Em 3 de julho de 1961 fala das grandes deficiências em que se debate a zona rural brasileira referindo-se ainda em empréstimos feitos aos agricultores. (DCN. 4 de julho de 1961).

Em 4 de julho de 1961 refere-se as ligas camponesas e às ideias generosas do Deputado Francisco Julião, lendo declarações do Arcebispo de Olinda e Recife. (DCN. 5 de julho de 1961).

Em 4 de julho de 1961 para declaração de voto ao Projeto da Reforma do Itamarati, rezoja-se pela aprovação do projeto. (DCN. 5 de julho de 1961).

Em 10 de julho de 1961, congratulando-se com o colega Lima Teixeira pelo seu discurso tece comentários em torno da criação de Sub-Gabinetes civis nos Estados, pelo Sr. Jânio Quadros. (DCN. 11 de julho de 1961).

Em 11 de julho de 1961 faz apelo ao Presidente da República para acudir às necessidades da cidade de Olinda, assolada pelas enchentes. (DCN. 13 de julho de 1961).

Em 13 de julho de 1961 fala na emancipação do homem lavoura de Pernambuco, lendo telegrama da Associação dos Fomeadores de Cana de Pernambuco. (DCN. 14 de julho de 1961).

Em 17 de julho de 1961 faz apelo ao Presidente da República para que atenda ao que lhe foi solicitado pela Comissão de seis Deputados da Assembleia de Pernambuco — relativo a economia açucareira do Nordeste. (DCN. 18 de julho de 1961).

Em 18 de julho de 1961 fala da forma com que a imprensa universal comenta o grande documento, a Inciclica do Papa João XXIII. (DCN. 19 de julho de 1961).

Em 19 de julho de 1961, tendo recebido telegrama que lhe dirigiu a Cooperativa dos Usineiros Pernambucanos, faz apelo ao Presidente da República para que solucione o problema. (DCN. 20 de julho de 1961).

Em 24 de julho de 1961 aborda diferenças no Brasil, entre a indústria e a lavoura, entre as atividades industriais e os que movejaram no campo, lendo artigo de certo economista sobre o assunto. (DCN. 25 de julho de 1961).

Em 26 de julho de 1961 faz referência a assuntos ligados à agricultura no Brasil, declarando que nos ombros da lavoura repousam os interesses da economia nacional. (DCN. 27 de julho de 1961).

Paulo Fender — Em 19 de julho de 1961, para encaminhar votação, tece comentários em torno do PLC nº 175-59 (Escola de Enfermagem), ora em discussão. (DCN. 20 de julho de 1961).

Em 19 de julho de 1961 (extr. às 17.30), para encaminhar votação do PLC nº 12-58, ora em discussão, emite parecer em torno do mesmo. (DCN. 20 de julho de 1961 — Suplemento).

Em 25 de julho de 1961, para encaminhar votação, tece comentários em torno do PLC nº 74-61, ora em discussão. (DCN. 26 de julho de 1961).

Em 26 de julho de 1961, referindo-se ao discurso do Senador Novais Filho, esclarece vários pontos do projeto da Reforma Agrária, em tramitação na Câmara, referindo-se a Portaria do Diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Ind. do Banco do Brasil. (DCN. 27 de julho de 1961).

Em 31 de julho de 1961 faz apelo ao Min. da Fazenda no sentido de ser efetuado pagamento aos funcionários da Delegacia Fiscal de seu Estado, reportando-se outrossim, a assunto debatido e controverso: Direito de Greve. (DCN. 1º de agosto de 1961).

Reginaldo Fernandes — Em 18-7-61 refere-se a Comissão Especial para o Estudo das Secas do Nordeste, criada por quatro colegas, da qual é Presidente, anexo ao seu discurso, documento em inglês. (DCN. 20-7-61).

Em 19-7-61 (extr. às 17.30), para encaminhar votação, tece comentários em torno do PLC nº 175-59 (Escola de Enfermagem), ora em discussão. (DCN. 20-7-61 — Suplemento). — Em 27-7-61 (extr. às 16.30), congratula-se com o Gov. Carlos Lacerda pela escolha do Sr. Café Filho para a vaga de Ministro do Tribunal de Contas daquele Estado. (DCN. 28-7-61).

Rui Carneiro — Em 20-7-61 oferece impressões colhidas na recente viagem que empreendeu, em companhia de outros Senadores, a vários Estados da América do Norte, assolados por secas periódicas. (DCN.).

Rui Palmeira — Em 6-7-61 proclama esforço apreciável do Governo em movimentar a máquina administrativa, falando da próxima reunião de Governadores em Miami e esperando que América do Norte assolados por secas periódicas. (DCN. 7-7-61).

Saulo Ramos — Em 10-7-61 julga oportuna prorrogação de vigência da COTAP, cujo prazo expira a 31 de julho, que ainda não foi aprovada a lei antitruste. (DCN. 11-7-61).

Projeto de Lei da Câmara, n.º 7
de 1961 (n.º 832, de 1959, na Câmara), que concede isenção de direitos
e taxas aduaneiras, exceto a de Pro-
vidência Social, para a importação
de um altar-mor doado pela Sr.
Curglie Assad Abdala à Catedral O-

cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Projeto de Lei da Câmara n.º 74, de 1961 (n.º 217, de 1959, na Casa de origem) que altera o salário mínimo dos médicos.

Projeto de Lei da Câmara n.º 83, de 1961 (n.º 2.160, de 1960, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco o crédito especial de Cr\$ 300.000.000,00 para custear a construção da linha de transmissão de Três Marias a Montes Claros, no Estado de Minas Gerais.

Projeto de Lei da Câmara n.º 86, de 1961 (n.º 2.095, de 1960, na Câmara), que isenta do imposto de importação de equipamento telefônico importado pela Companhia Telefônica de

Campo Grande, Estado de Mato Grosso).

Aprovados:

Mensagem n.º 105-1961, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a nomeação do Sr. João Batista Baireto Leite Filho para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo de Israel.

Mensagem n.º 134-1961, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal a nomeação do Sr. General Amauri Kruel para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da Bolívia.

Requerimento n.º 249, de 1961, do Sr. Senador Jefferson de Aguiar, 39-

solicitando a inserção em ata de um voto de homenagem à memória do Dr. José de Mello Carvalho Muniz Freire, pelo transcurso do centenário do seu nascimento.

Requerimento n.º 263, de 1961, solicitando urgência, nos termos do artigo 330, letra "c" do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara n.º 6, de 1960 que dispõe sobre a Caixa de Assistência aos Advogados.

Parecer n.º 210, de 1961, da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas no sentido de ser ouvida a Rede Ferroviária Federal, sobre o Projeto de Lei do Senado, número 30, de 1960, que dispõe sobre trechos em construção de Tronco Principal Sul, sua incorporação à

Rede Ferroviária Federal S. A. e às outras providências.

Parecer n.º 288 de 1961, da Comissão de Educação e Cultura, sobre a Indicação n.º 2 de 1961, referente à adoção das razões oferecidas pelo Grêmio Politécnico da Universidade de São Paulo no sentido da reforma universitária.

Parecer n.º 378, de 1961, da Comissão de Constituição e Justiça, no sentido da remessa à Câmara dos Deputados do ofício n.º 3 408, de 30 de novembro de 1956, pelo qual o Tribunal de Contas encaminhou ao Senado o processo pertinente a termo aditivo que deixou de ser apreciado pelo Congresso.

Em 9-8-1961. — Célia Teresa Assumpção

PREÇO DO NÚMERO DE HOJE: CR\$ 0.40